

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 5.200

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 4.000 • Ano VII • Nº 78

PERU:
Entrevista
exclusiva com Alan García



FOME E SECA

A LUTA DESIGUAL DOS SUBDESENVOLVIDOS

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Fome: uma tragédia evitável

Poucos problemas internacionais sintetizam de forma tão clara a dominação do Terceiro Mundo quanto o da agricultura. Toda a complexa teia de mecanismos espoliativos começa agora a ser divulgada, na medida em que situações dramáticas de fome provocam perplexidade e choque nos países ricos do Ocidente. Imagens mostradas pela televisão em todo o mundo trouxeram para o dia-a-dia da Europa e dos Estados Unidos um drama silencioso que se desenrola já há algum tempo e vai continuar ainda em regiões do mundo, cujas dificuldades eram ignoradas pela quase totalidade dos bem nutridos habitantes do Primeiro Mundo.

A fome comoveu, mas o grande problema que surge por trás dela é o da agricultura, das secas, da distribuição desigual de comida e da destruição provocada, primeiro, pelas antigas potências coloniais e, agora, pelas empresas transnacionais. O modelo de produção e distribuição de alimentos imposto pelas nações ricas do Ocidente está revelando a sua face cruel e, pior que isso, indica o que acontecerá no futuro, se nada for feito para mudá-lo. A reportagem de capa deste número mostra que a fome e a desertificação não surgiram por acaso, mas foram provocadas.

Também neste número destacamos uma análise dos primeiros meses do governo Sanguinetti no Uruguai, além de entrevistas exclusivas com os presidentes Alan García, do Peru, recém-eleito de forma consagrada, e Manuel Pinto da Costa, de São Tomé e Príncipe, que faz um balanço dos dez anos de independência dessa ex-colônia portuguesa.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio
(América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro
Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Revista Mensal nº 78

Maio - 1985

Preço de Capa: Cr\$ 4.000

Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

Coordenador de Produção

José Carlos Gondim

Redação permanente:

Claudia Neiva, Roberto Bordini, Horacio Castellanos Moya, Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques, Cristina Cancova, Eduardo Varela, Raul Gonçalves

Departamento de Arte:

Samaral (editor), Sonia Freitas, Miguel Efe

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza

(Brasil), Cristina Assis (Portugal)

Composição:

Ronaldo Fonseca

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 - 1er. piso Of. 12 y 14 - Telef: 35-81-94 -

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Castilla 16637 - Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 - Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 - Telef: 285-66-14 - Bogotá

Nicaragua: Arqueles Morales

Apartado 576 - Managua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109, Sommerchild, Maputo

Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Quincot, Cedric Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Wernick de Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto B. Marantoni, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monserrat Filho, Herbert de Souza, Theotonio dos Santos, Ladislau Dowbor, Luis Maira, Roger Rumrill, David Fig. A.W. Singham, Alex Mashinini, Laurie Platsky, Ana Maria Urbina, Ligia Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy, Gnidva Kuncar, Hugo Neves, Otoniel Martínez, Deborah Huttington, Alan Nairn, Rodrigo Jauberth, Ezequiel Dias, Alice Nicolau, João Melo, Mia Couto, Luis Molit, Orlando Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casinader, Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards, Claude Alvares, Carlos Núñez, Pablo Marítez, Mario de Cautin, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim Gonçalves, Nils Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno, M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzania), Wafa (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Illet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Foto de capa: ONU

EDIÇÕES REGIONAIS

• Edições em português

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabrava Filho

Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clovis Sena - Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção

Henrique Menezes, Inácio dos Santos, Macário Costa

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799

Tel.: 580-4476 / 580-4326

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro,

RJ - Telef: 242.1957 - Telex: 21-33054 CTMBRR

ANGOLA, CABO VERDE,
GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-50

Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edições em espanhol

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centro-Americano

Roberto Bordini, Horacio Castellanos Moya

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán -

Telef: 689-17-40 - 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores:

Gerónimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S/A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. ECUADOR: Ediciones sociales, Córdoba 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - News World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Bookellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GR-ÉBRETTANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Pesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitan de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, Managua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramela, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Diagonal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave. González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 23918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANNHA: Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A. Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

cadernos do
**terceiro
mundo**

**Nova promoção
com mais opções
e brindes**

**Saiu
o guia do
terceiro mundo**

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura, ou 1 Guia ou 3 livros da "Estante" do Terceiro Mundo"
3 assinaturas da revista com Guia	1 assinatura + 1 Guia, ou 1 Guia + 3 livros da "Estante"
3 compras de Guia	1 Guia ou 1 assinatura
3 pedidos diferenciados	1 assinatura ou 1 Guia + 2 livros da "Estante"

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber: A - () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 39.000,); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 35.000,); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 62.000,); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 35.000, + porte ao receber)

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão: Tel.:

Desejo receber: A - () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 39.000,); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 35.000,); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 62.000,); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 35.000, + porte ao receber)

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão: Tel.:

Desejo receber: A - () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 39.000,); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 35.000,); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 62.000,); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 35.000, + porte ao receber)

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão: Tel.:

em
ag. Central — em nome da Editora Terceiro
Mundo Ltda.
De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$
() cheque nominal ou () vale postal — Ag. Central — em nome da Editora Terceiro
Mundo Ltda.
Dentro do(s) brinde(s) a que tenho direito, escolho:

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Profissão:

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 — grupos 104/105/106 — Rio
de Janeiro — RJ — CEP: 20241 — Tel.: (021) 242-1957

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 78, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: ☐ não-assinante ☐ já assinante ☐ assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.



DIALÉTICA DA DOMINAÇÃO

De Adalberto P. Paranhos
Sem pactuar com o lugar-comum, o autor mostra a natureza contraditória-dialética da dominação ideológica e da consciência de classe na sociedade capitalista. 96 pág.
E-53 Cr\$ 12.000,



FLAUTA RÚSTICA

De Clóvis Sena
Espécie de viagem-pra-dentro, de reencontro com a identidade cultural numa área do litoral norte da América do Sul. Livro saudado como "poema em prosa", "feliniano", "fascinante", "virgiliano". 236 pág.
E-55 Cr\$ 10.000,00



COMUNICAÇÃO E COTIDIANO

De Mário L. Erbolato e Júlio César T. Barbosa
O leitor, sem perceber, tem seus sentidos e atenção despertados para a análise de certos aspectos da realidade que, por se nos apresentarem como banais no dia-a-dia, fogem de uma reflexão mais rigorosa e acentuada. 192 pág.
E-54 Cr\$ 21.000,



APESAR DO BLOQUEIO UM REPÓRTER CARIÓCA EM CUBA

De Mário Augusto Jakobskind
"Não adianta tapar a boca, fechar os olhos e fazer barulho para que não ouçamos o que Cuba está fazendo. Os 'três macaquinhos' da censura não conseguem esconder a realidade cubana" (João Saldanha). 105 pág.
E-52. Cr\$ 10.000,

6 Cartas

8 Panorama Tricontinental

14 Editorial — A arma do comércio norte-americano aponta contra o Terceiro Mundo

18 Matéria de capa — A fome de muitos e a comida de poucos, Carlos Castilho

20 A corrida contra o tempo

26 As transnacionais dizem o que vai ser produzido e comido

31 África, o ônus mais pesado da crise

39 Tanzânia/Moçambique: Duas experiências socializantes com camponeses

43 Cabo Verde: Construir um país, gota a gota, pedra a pedra, Carlos Pinto Santos

América Latina

47 Brasil: O problema da legitimidade do poder, *Neiva Moreira*

50 Peru: "A esquerda latino-americana deve se unir", entrevista com o presidente eleito Alan García, *Cesar Arias Quincot*

53 El Salvador: Moratória no fluxo de armas, entrevista exclusiva com Guillermo Ungo, presidente da FDR-FMLN, *Beatriz Bissio e Maluza Stein*

57 "Eles destroem e nós tornamos a construir", *Etevaldo Hipólito*

62 Uruguai: Os primeiros meses de Sanguinetti, *Carlos Núñez*

69 Argentina: Impugnação à Doutrina de Segurança Nacional, *Horacio Verbitsky*

Oriente Médio

76 Líbano: O diálogo impossível, entrevista com o ministro Walid Jumblatt, *Alberto B. Mariani*

África

79 São Tomé e Príncipe: Dez anos após a independência, entrevista com o presidente Pinto da Costa, *Baptista da Silva*

83 Sudão: Um futuro ainda incerto

Comunicação

86 Pana: Conclusões do Conselho Intergovernamental

87 Livros do 3º Mundo

88 Revistas do 3º Mundo

Norte/Sul

89 A luta dos ecologistas europeus, *Francisco Cê Gomes*

Economia

93 O monopólio do comércio mundial de arroz, *Mario de Cautín*

95 Notas

96 Humor



A herança de Tancredo Neves



Peru: a derrota da direita



As milícias drusas

Cartas

Clube de Amigos

Convidamos todos os leitores de cadernos para que participem do Clube de Amigos "Liberdade", que foi criado por um grupo de jovens interessados em ampliar os seus laços de amizade. Solicitamos aos interessados que nos enviem carta para que lhes sejam enviadas as normas do clube.

Clube de Amigos "Liberdade" — Rua Serrana, 657 — Vila Queiroz — Limeira — SP — CEP: 13.480 — Brasil.

I Matéria sobre o

"apartheid": aplausos

Li, com muita atenção e com indizível indignação, a história da fracassada política do *apartheid* implantado pelos brancos na África do Sul. O trabalho merece aplausos. É quase inacreditável que uma minoria branca e racista consiga impingir tanto sofrimento a milhões de negros, maioria esmagadora da população, em sua própria pátria-mãe. Uma coisa é certa e inarredável: essa política racista, selvagem e humilhante para toda a humanidade, tem se mantido graças ao apoio velado do governo dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Alemanha Ocidental e também de Israel, corresponsáveis por tudo o que acontece no sul da África. O trabalho desta revista, com todas as suas reportagens sobre o assunto, tem sido notável. Por favor, prossigam, para que um número cada vez maior de pessoas de todo o mundo, e principalmente do Terceiro Mundo, conheçam a verdade, veiculada de forma incompleta ou mesmo sistematicamente sonogada pelos meios de comunicação do Ocidente da chamada "imprensa livre".

Carol Majewski — Cruz Alta — RS — Brasil.

II Matéria sobre

o "apartheid": profética

Há muito tempo cadernos se tornou uma das publicações de minha preferência e, no momento, é praticamente o meu livro de cabeceira. Cadernos comemorou 10 anos, uma década de compromissos assumidos com a verdade e com a libertação dos povos do Terceiro Mundo. Que a nobre missão desta revista consiga se fazer presente ainda por muitos anos, no cenário nacional e internacional.

Aproveito para mandar meus sinceros elogios à edição do nº 75 (fevereiro/85) pela excelente matéria de capa sobre o "caldeirão da *apartheid*".

6 - terceiro mundo

A matéria teve todo um tom profético, pois a explosão iminente da África do Sul aconteceu em março com toda a força que cadernos previu. Neste momento em que na Europa vários partidos de direita estão expandindo suas bases ou sendo conduzidos ao poder em diversos países do Velho Continente, gostaria que cadernos publicasse uma análise de como isso poderá afetar a nascente democracia sul-americana, principalmente a realidade política brasileira.

José Eugênio Guimarães — Belo Horizonte — MG — Brasil.

Solidariedade para com a Nicarágua — I

Da Comissão de Jovens de Alverca, Portugal, chegou à nossa redação de Lisboa a seguinte mensagem, dirigida ao povo da Nicarágua:

"Companheiros,

Expressimos a nossa solidariedade para com o seu povo e o seu país através da pintura mural que vêm na fotografia. Somos a Comissão de Jovens de Alverca, estrutura juvenil aberta à participação de todos os jovens da vila de Alverca do Ribatejo. Expressimos a nossa solidariedade para com a luta do seu povo, que tem sido a luta da Frente Sandinista de Libertação Nacional, quer no período negro do somoismo, quer nesse momento crucial da história do seu país e do seu povo.

Estamos e continuaremos estando atentos ao seu exemplo e à sua luta.

Por uma Nicarágua livre, soberana e independente!"

Comissão de Jovens de Alverca — Portugal.

Solidariedade para com a Nicarágua — II

No nº 73 dessa revista, a matéria sobre a Nicarágua mostra, com muita propriedade, as agruras de um povo heróico em sua luta contra os mercenários financiados pela CIA. Sendo assim, a hora é de unirmos, sobretudo os latino-americanos, em solidariedade ao povo de Sandino, objetivando garantir aquela exitosa Revolução, conseguida e mantida à custa de muito sacrifício do povo. Gostaríamos de apelar às organizações de operários, estudantes, funcionários públicos, profissionais liberais, intelectuais, artistas, bem como demais setores da sociedade, para que manifestem, da melhor forma que lhes couber, o veemente repúdio e protesto contra as ações criminosas do governo pirata de Mr. Ronald Reagan, na América Central. Aproveitamos para sugerir a

essa importante e combativa revista, a realização de uma reportagem acerca da atual situação de Granada, invadida pelos ianques.

Helio Rosetti Jr. — Diretor do Sinpro — (Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo) — Brasil.

O Ano Internacional da Juventude

(...) Sendo 1985 o Ano Internacional da Juventude, os cadernos deveriam abordar com maior destaque os eventos nos quais participam os jovens, enfocando simultaneamente a vida destes nos países do Terceiro Mundo. Sugeriria igualmente que se publicassem trabalhos relativos ao grande Festival Mundial da Juventude, que se realizará na pátria de Lênin.

Domingos Francisco Milange — Luanda — Angola.

O silêncio sobre Timor Leste

Venho manifestar a minha preocupação face ao silêncio em relação à atual situação de Timor Leste, país do nosso mártir Terceiro Mundo. Nos meios de comunicação pouco se fala deste país e tenta-se ignorar a dramática situação que vive aquele povo, onde milhares de pessoas correm perigo de vida devido à fome, falta de assistência médica etc, em consequência da invasão indonésia. Desde 1975, as investidas militares dos indonésios nas zonas rurais vêm impedindo o povo de trabalhar a terra para se alimentar. O regime de Suharto pratica crimes contra esse povo por ele não negar o apoio à Fretilin, sua vanguarda. Cadernos pouco tem publicado sobre essa pequena ilha, quase totalmente ocupada pela Indonésia, que deseja anexá-la. Por que a comunidade internacional não se empenha em encontrar soluções que permitam ao povo de Timor Leste o livre exercício de sua autodeterminação e independência?

É necessário que levantemos as nossas vozes condenando o regime caduco de Suharto, aliado do imperialismo norte-americano, para que o povo de Timor Leste não perca sua pátria como o povo palestino. Neste contexto, gostaria que cadernos publicasse brevemente matérias sobre o assunto, para que possamos nos inteirar melhor das precárias condições em que se encontra aquele povo irmão.

Manuel M. "Aplauso" — Benguela — Angola.

Registramos sua sugestão, mas lembramos que foram publicados ar-

tigos sobre Timor Leste nos números 68, 72, 77.

A crise argentina

No meu país agravam-se, dia-a-dia, os problemas sociais e econômicos. Tudo isso é consequência direta das imposições do Fundo Monetário Internacional aceitas pelo nosso governo. Agravada durante os anos de ditadura, a crise aprofundou-se e atinge, especialmente, os assalariados, com demissões, fechamento de fábricas, carestia e inflação sem precedentes. De janeiro de 1984 até o mesmo mês do corrente ano, o custo de vida aumentou em 776,4%. A despeito das promessas oficiais, os salários continuam a ser a "variável de ajuste" da economia. O desemprego atinge mais de um milhão de homens e mulheres. Os grandes monopólios, o

setor oligárquico e os grandes capitalistas continuam a acumular riquezas e ganhos fabulosos.

(...) A institucionalidade democrática conquistada pelo nosso povo em perigosas jornadas de luta, tem de ser defendida e consolidada através da luta contra as imposições reacionárias. Tem que se modificar a política econômica e ignorar os acordos com o FMI. Deve-se adotar um Plano com uma série de medidas destinadas a reativar o mercado interno, redistribuir o rendimento nacional em benefício dos assalariados e dos setores produtivos, acabar com a especulação cambial e financeira, conceder créditos acessíveis às pequenas e médias empresas, às cooperativas e às produções regionais. Para sermos coerentes, temos que cortar os laços de dependência com o imperialismo e pôr fim ao latifúndio. Nacionalizar as alavan-

cas fundamentais da economia e realizar uma profunda reforma agrária, para a construção de uma Argentina livre, com justiça social, no caminho do socialismo.

Angel Negri — Buenos Aires — Argentina.

Assinatura de "cadernos" em Moçambique

Muito desejo ser assinante da revista *cadernos do terceiro mundo*, mas não conheço as condições para tal. Sem outro assunto no momento, termino enviando os meus cumprimentos.

José Capate — Nampula — Moçambique.

Para fazer uma assinatura de cadernos aí em Moçambique, você deve se dirigir ao INLD (Instituto Nacional do Livro e do Disco). Endereço: Av. Ho Chi Minh 103 — Maputo.

Intercâmbio

- **Paulino José Salvador "Lino"**
C. P. 509 — Luanda — Angola
- **Rosana Makiko Abo**
Av. Gabriel do Lara, 1186
Paranaguá — Paraná — C. P. 228
CEP: 83.200 — Brasil
- **Bartolomeu Santos**
C. P. 18455 — Luanda — Angola
- **Fernando Eduardo M. Rodrigues**
C. P. 23.084 — Rio de Janeiro
RJ — CEP: 20.922 — Brasil
- **Antônio Henriques Bua**
Rua do Ribatejo, casa 186 — Bairro Terra Nova — Luanda — Angola
- **Milton Lucas da Silva**
Posse Muller — Victor Graeff — RS
CEP: 99.350 — Brasil
- **Luís Paulo Maria**
C. P. 1665 — Praça do Pioneiro
Benguela — Angola
- **Geraldo José Volpão**
C. P. 223 — Paranaguá — PR
CEP: 83.200 — Brasil
- **Armando Mendoza**
C. P. 57 — Apan. Hgo. — CEP: 43.900
México
- **João Alberto Antônio**
Rua 41, casa 52 — Bairro Kassekel
Luanda — Angola
- **Oswaldo de Souza**
Av. São Luiz 258 — LJ 15 — São Paulo — Brasil
- **Constantino Domingos João**
C. P. 18.515 — Luanda — Angola
- **João Fábio Stuke**
R. Sergipe, 145 — Bairro Brasil
Itu — São Paulo — CEP: 13.300
Brasil
- **Francisco João Tomé da Costa**
Zona 18, casa 36 — I
C. P. 796 — Luanda — Angola

- **Daniela Assumpção Dorin**
Rua Sorocaba, 175 — Itu — São Paulo — CEP: 13.300 — Brasil
- **Miguel Pedro Antônio**
a/c de Gaby — C. P. 245
Cabinda — Angola
- **Marcos da Silva**
Rua Omílio Monteiro Soares, 847
Vila Fany — Curitiba — Paraná
CEP: 80.000 — Brasil
- **René Angelo Sadi**
C. P. 3952 — Luanda — Angola
- **Alberto Bezerra**
Sítio Peregrina — Camocim de S.
Félix — Pernambuco — CEP: 55.665
Brasil
- **Ana Maria**
C. P. 12428 — Maianga — Luanda
Angola
- **Adlei Cristian C. Pereira**
Rua Cel. Cavaleiros, 340/2
Sorocaba — São Paulo — CEP: 18.100
Brasil
- **Adelino N'difa**
Rua Mário de Andrade — Zona
Comercial — Apartado 1411
Lobito — Angola
- **Fernando Wilson Alves**
Rua R-6, 134 — S. Oeste
CEP: 74.000 — Goiânia — Goiás
Brasil
- **Miguel Mateus B. Pedro**
C. P. 6558 — Luanda — Angola
- **Prof. Bartolomeu Funghetti**
C. P. 36 — S. Francisco de Paula
RS — CEP: 95.400 — Brasil
- **José Eduardo E. "Edú"**
C. P. 140 — E. N. A. M. ctte-Bula
Negage — Angola
- **Antônio Miguel Pedro "Mingle"**
C. P. 18143 — Luanda — Angola
- **Plácido João Francisco de Almeida**

- Posta Restante da Precol CTT
Luanda — Angola
- **Fernando Alves**
Rua Conde da Ericeira, 3 — 1º Esq.
Covilhã — CEP: 6.200 — Portugal I
- **Mateus Domingos**
Bairro Militar, Bloco 29, casa 2
C. P. 12218 — Luanda — Angola
- **Gonçalves José Faustino**
a/c João Manuel João
Clube Ferroviário da Beira — C. P. 600
C. F. M. — Centro — Beira
Moçambique
- **Paulo Cesar Honorato**
Rua Senador Vergueiro, 98/
apto. COB. 02 — Flamengo — Rio
de Janeiro — RJ — Brasil
- **João de Brito Pires**
Rua Bento Banha Cardoso, 25
Luanda — Angola
- **Eduardo José Gomes Pimentel**
R. Jerusalém, 190 — B. Glória
Belo Horizonte — Minas Gerais
CEP: 30.000 — Brasil
- **Kamalândia Ferdinand**
C. P. 2431 — Luanda — Angola
- **Manuel Isabel Antônio**
C. P. 12275 — Bairro Azul — Zona L
Rua Joaquim Rodrigues da Graça
Luanda — Angola
- **Oscar Luís Rebello Cardoso**
C. P. 89 — Benguela — Angola
- **Luís Pereira Moura**
a/c Luís Afonso Quintino — C. P. 1001
Benguela — Angola
- **Sebastião Antônio dos Santos**
C. P. 6558 — Luanda — Angola
- **Leopoldina Rodrigues Buaque**
C. P. 18410 — Vila Alice
Luanda — Angola
- **Henrique José Nunes da Mata**
C. P. 5950 — Luanda — Angola

Reagan: entre o fantasma de Hitler e o bloqueio à Nicarágua



Arce: "Lutamos e continuaremos a lutar por nossos direitos"

☐ Frustrado porque o Congresso norte-americano jogou por terra sua pretensão de conceder mais ajuda militar à contra-revolução, Ronald Reagan decretou a imposição de um embargo econômico à Nicarágua, que implica a proibição total de comércio e tráfego marítimo e aéreo entre ambos países.

A medida foi anunciada pouco depois da sua chegada à Alemanha, onde sua decisão de prestar homenagem diante das sepulturas de soldados nazistas levan-



Reagan: agindo com a Nicarágua como se ainda fosse o "mocinho"

tou uma onda de protestos no mundo democrático e surpreendeu inclusive a própria opinião pública norte-americana: "Passei uma boa noite e não vi nenhum fantasma", falou Reagan em tom de ironia depois de dormir em um castelo alemão de propriedade da família de Hitler.

Segundo se anunciou, o embargo econômico que entrou em vigor a 7 de maio poderá ser complementado por novas sanções, dentro de sua campanha contra o governo sandinista, sob a alegação de que a Nicarágua constitui uma "ameaça extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos".

Enquanto isso, em Manágua, os dirigentes sandinistas pediram ao povo para aumentar a produção e alistar-se nas Milícias Populares para enfrentar o bloqueio econômico. "Não conseguirão nos colocar de joelhos pela fome", foi a firme resposta do comandante Bayardo Arce, chefe político da Frente Sandinista de Libertação Nacional. "Não podemos nos destruir. Lutamos e continuaremos lutando pela paz e por nossos direitos, com flexibilidade, mas também com dignidade e firmeza", acrescentou o dirigente revolucionário, falando em nome do presidente Daniel Ortega e do Diretório Nacional Sandinista.

Durante o ano passado, a Nicarágua exportou para os Estados Unidos, bananas, carne bovina, frutos-do-mar e café, num total de 57 milhões de dólares, enquanto importou bens norte-americanos no valor de 111 milhões de dólares, principalmente em produtos químicos para a agricultura, máquinas e óleo lubrificante.

Sri Lanka: agrava-se o problema tamil

□ A rebelião da minoria tamil do Sri Lanka alcançou proporções dramáticas nas últimas semanas, gerando um clima de insegurança em todo o país. Savumiamoorthy Thondaman, líder dos plantadores de chá oriundos da Índia radicados no Sri Lanka e membro destacado do governo de Colombo, ele próprio um tamil, exortou a Índia e os membros do resto da equipe governamental cingalesa a atuar com rapidez para pôr fim ao conflito que está arrasando esta ilha do Oceano Índico.

Os tamis reivindicam do governo encabeçado por Junius Jayewardene a autonomia administrativa e, no caso dos grupos mais extremistas, o separatismo total com a proclamação de um Estado independente. As ações da guerrilha tamil (grupo étnico que chegou ao Sri Lanka vindo da Índia, onde há uma importante comunidade) tiveram o seu auge em julho de 1983, quando mais de 40 mil tamis abandonaram o Sri Lanka através do estreito de Palk, que separa a ilha da Índia, fugindo das represálias governamentais. Desde então, o número de refugiados tamis não parou de aumentar. Todos eles se concentram

no estado de Tamil Nadu, no sul da Índia, onde vive a maior parte dos tamis indianos. Segundo declarações do primeiro-ministro Rajiv Gandhi, no decorrer do mês de março chegaram ao país mais de 11 mil refugiados tamis provenientes das províncias do norte do Sri Lanka.

"A situação em Tamil Nadu está muito tensa. O povo está inquieto e exige medidas urgentes para solucionar o problema dos tamis cingaleses", afirmou Savumiamoorthy Thondaman, após o seu regresso de uma visi-

ta à Índia. Segundo ele, "mais de dez colégios tamis de Tamil Nadu suspenderam as suas atividades por causa das agitações estudantis que reclamam a intervenção do governo de Nova Déli no conflito tamil do Sri Lanka". Os jornais dessa província indiana dedicaram grande espaço aos choques entre tamis e tropas governamentais com títulos sensacionalistas como "Genocídio", "Massacre", "Brutalidade".

Segundo notícias veiculadas por órgãos da imprensa cingaleses, no início de abril o governo de Nova Déli reforçou o patrulhamento do estreito de Palk com novas lanchas para dificultar o fluxo de guerrilheiros tamis para a Índia.



Os tamis reivindicam a autonomia administrativa ou, os mais radicais, o separatismo total do governo central de Colombo

Guiné-Bissau fotografada do céu

A força aérea da Guiné-Bissau, em colaboração com a sua congênere portuguesa (FAP), vai realizar o levantamento fotográfico de todo o território guineense. A aerofotogrametria do território nacional guineense permitirá a posterior elaboração de uma cartografia atualizada do país. O avanço do mar em certas

bacias hidrográficas, a seca do Sahel com efeitos devastadores no nordeste do território e o assoreamento existente em certos leitos e pontas da costa explicam a necessidade do investimento.

A colaboração da Força Aérea Portuguesa (FAP) é realizada segundo os acordos de cooperação entre os dois países, estando o custo desta operação orçado em cerca de

225 mil dólares. Os vôos para o levantamento cartográfico, cujo início estava marcado para o final do mês de janeiro, foram adiados temporariamente, à espera da liberação dos recursos necessários. Acredita-se que a maior parte dessa verba sairá do orçamento do Estado português destinado à cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa.

ACONTECEU...

AMÉRICA LATINA

● **Chile:** Foram libertadas 39 pessoas que estavam detidas no campo de prisioneiros de Pisagua, desde que o estado de sítio foi implantado a 7 de novembro passado. Outras 269 ainda permanecem detidas, acusadas de "extremistas" pelo regime de Pinochet.

● **Argentina:** O Senado aprovou o "Tratado de Paz e Amizade" com o Chile, que estabelece os limites do canal de Beagle. Tal acordo já contava com o voto favorável da Câmara dos Deputados. Há quatro meses, 80% dos argentinos tinham-se pronunciado favoravelmente ao acordo num plebiscito.



As ilhas de Beagle

● **Porto Rico:** O secretário-geral do Partido Socialista, Carlos Galliza, reuniu-se em Havana com o vice-presidente cubano Carlos Rafael Rodríguez. Eles analisaram a situação interna de Porto Rico e a crescente militarização da ilha por parte dos Estados Unidos, que consideraram "um fato preocupante".

● **Venezuela:** O enviado especial do secretário-geral da ONU, Diego Cordovez, manteve contatos com o presiden-

te Jaime Lusinchi sobre a questão fronteiriça com a Guiana pela soberania da zona do Esequibo. Cordovez chegou a Caracas, procedente de Georgetown.

ÁFRICA

● **Tanzânia:** O presidente Julius Nyerere visitou o Cairo, onde se encontrou com o presidente egípcio Hosni Mubarak. Os dois mandatários analisaram a situação no Oriente Médio e na África Austral. Nyerere, na qualidade de titular em exercício da Organização da Unidade Africana (OUA), realiza uma missão a pedido dos seis países da "linha de frente" para exortar os governos do mundo a pressionarem a África do Sul a cumprir o Acordo de Nkomati.



Hosni Mubarak

● **Índia:** O primeiro-ministro Rajiv Gandhi, reafirmou o pleno apoio do seu país à independência da Namíbia, depois da reunião que teve com Sam Nujoma, presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), que chegou à Índia para preparar a reunião do Gabinete de Coordenação do Movimento dos Países Não-Alinhados.



Sam Nujoma

MUNDO ÁRABE

● **Síria:** Uma representação de alto nível da Síria, Argélia, Iêmen do Sul e Líbia concordaram em realizar uma conferência de cúpula quadripartite, para discutir a situação da região em geral e as iniciativas atualmente em curso "no quadro das estratégias hostis à nação árabe".

● **Tunísia:** A Liga Árabe no seu 40º aniversário difundiu um documento que realça a importância da unidade de ação dos países árabes e pediu que se adotem medidas convergentes no que referiu como "a luta contra os sionistas e o problema libanês".

México: A guerra dos tóxicos

□ Cerca de mil mortos, entre soldados, policiais e marginais, é o saldo brutal da guerra das drogas no México, durante os últimos cinco anos, retomada com a captura na Costa Rica de um dos principais narcotraficantes mexicanos, no mês de abril passado.

Desse total de vítimas, 315 foram soldados do exército e da marinha do México, uma centena pertencia à polícia e o resto eram narcotraficantes, alguns mortos em choques com as autoridades, e outros em sangrentos tiroteios entre bandos rivais. Houve, além disso, aproximadamente uma centena de vítimas alheias a esta sangrenta guerra que morreram "por engano" ou por causa de balas perdidas durante os choques.

Rafael Caro Quintero, de 35 anos, detido com um grupo de cúmplices em uma luxuosa mansão adquirida nos arredores da

capital costarrriquenha e deportado para o México, terá que responder diante dos tribunais mexicanos por alguns crimes cuja autoria intelectual ou material lhe é atribuída diretamente. Dentre eles, o sequestro e assassinato do agente norte-americano na luta contra a droga, Enrique Camareña Salazar, e do piloto mexicano Alfredo Zavala, que se presume que fosse colaborador da polícia norte-americana.

O jovem e multimilionário narcotraficante será acusado também como responsável intelectual pelo assassinato de 20 trabalhadores rurais de alguns acampamentos de Chihuahua, no norte do México, onde mais de seis mil camponeses foram recrutados para cultivar, preparar e empacotar maconha. Nesses virtuais campos de concentração, vigiados por guardas armados, cuja propriedade se atribui a

Caro Quintero, a polícia e o exército resgataram e destruíram em novembro do ano passado mais de oito mil toneladas de droga, pronta para ser despachada para os Estados Unidos, o maior e mais lucrativo mercado mundial de narcóticos.

Organismos norte-americanos calculam que o comércio de drogas nos Estados Unidos aumentou em cerca de dez bilhões de dólares anuais a partir de 1978 e proporcionou no ano passado em torno de 110 bilhões de dólares em lucros para os narcotraficantes. Uma tonelada de maconha vendida a varejo no mercado negro de Nova Iorque rende cerca de dois bilhões de dólares, segundo dados oficiais norte-americanos.

Essas cotações, geradas por 56 milhões de norte-americanos que fumam maconha e 22 milhões que cheiram ou injetam cocaína, explicam o interesse dos narcotraficantes em cobrir essa demanda, lutando em todos os campos contra policiais e militares, e entre seus próprios bandos rivais. (Mario de Cautin)

África: novas bases militares norte-americanas

As bases para as Forças de Intervenção Rápida dos Estados Unidos em Omã, Somália e Quênia, cuja construção teve início em 1981, estão praticamente prontas, segundo informou o brigadeiro Watts do Ministério da Defesa norte-americano, em Washington.

Ainda este ano as bases no Quênia e na Somália devem estar em condições operacionais. Para 1986, está prevista a conclusão das bases em Omã, às quais os Estados Unidos dão importância estratégica especial. A construção das bases custou até agora 462 milhões de dólares, disse Watts.

Bispos latino-americanos: "não pagar a dívida externa com a fome"

□ O pagamento da enorme dívida externa da América Latina não pode ser feito sob condições que impliquem fome e sofrimento para o povo, afirma uma declaração dos bispos da região, ao fim de uma conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), reunido em San José, Costa Rica.

O documento divulgado pelo Episcopado adverte sobre a progressiva deterioração da economia regional, numa época em que os países latino-americanos enfrentam uma dívida externa calculada em 360 bilhões de dó-

lares, que os obriga a destinar quase 50% das suas exportações para pagar o serviço da mesma.

O Celam enfatizou o fato de persistirem as injustiças econômicas, o fosso cada vez maior entre ricos e pobres, que incrementa a imoralidade pública e privada. Nesse sentido, aos bispos do continente, "é-lhes dolorosa a persistência, em diversos lugares, da realidade cruel da violência armada e da repressão desenfreada, com os tristes saldos de mortes e ódios, destruição de famílias e bens e a multiplicação dos refugiados, desalojados e desaparecidos".

África do Sul: aumentaram investimentos diretos

Os investimentos diretos na África do Sul "aumentaram significativamente nos últimos anos", especialmente devido à decisão tomada por empresas transnacionais da Grã-Bretanha e da Alemanha Federal, segundo um recente relatório da Organização das Nações Unidas (ONU).

A decisão de operar na África do Sul aumentou os investimentos neste país, em 1983, das companhias britânicas em 15%, e os da Alemanha Ocidental em 32%, em relação ao ano anterior.

Ao mesmo tempo, houve uma queda nos investimentos dos Estados Unidos na África do Sul, de 2,5 bilhões de dólares para 2,3 bilhões de dólares no mesmo

período, segundo o estudo divulgado em Nova Iorque.

O relatório sobre "As atividades das companhias transnacionais na África do Sul e Namíbia" foi preparado para uma reunião da Comissão sobre Companhias Transnacionais, realizada de 10 a 19 de abril. A comissão é um organismo intergovernamental formado por representantes de 49 países.

O relatório contém detalhes sobre a economia sul-africana em 1982 e seu desenvolvimento em 1983 e 1984, levando em conta os esforços feitos por grupos sindicais, legislativos, eclesiásticos e universitários para "desestimular" os investimentos

na África do Sul, em protesto contra a política racista do regime de P.W. Botha.

Entre as empresas britânicas que continuaram operando na África do Sul durante 1983 e 1984 estavam a *Reckitt and Colman*, e entre as alemãs-federais estavam a *Mercedes Benz*, a *BMW* e a *Daimler*, todas fabricantes de automóveis. O relatório fornece a lista de 1.068 companhias estrangeiras que operam na África do Sul. Cerca de 250 investem em metais e maquinaria, 160 na indústria química, 75 na de eletrônica e 81 em serviços bancários e financeiros.

Outros países que investem na África do Sul são Austrália, Canadá, França, Holanda, Suécia e Suíça. Um relatório recente do "Comitê Nacional para a África" revelou que no final de 1984 foi introduzida legislação destinada ao "desinvestimento" na África do Sul em cinco estados e 20 cidades dos Estados Unidos.

Nova Caledônia: governo francês adia referendun de autodeterminação

O governo da França adiou, "no mais tardar para 31 de dezembro de 1987", a convocação de um referendun de autodeterminação da população da ilha de Nova Caledônia.

A decisão deixou em suspenso a promessa das autoridades francesas de definirem este ano o futuro constitucional da ilha, no oceano Pacífico.

Segundo as autoridades, a consulta não seria convocada antes "das eleições legislativas de março de 1986" quando a esquerda, atualmente no poder, enfrenta a possibilidade de uma derrota e de perder a maioria parlamentar.

Os partidos de oposição, ou seja, todo o leque da direita, re-

jeitam a idéia de perder a posse dessa ilha, de particular importância estratégica. Em sua campanha contra o governo socialista de Mitterrand aparece o fantasma da guerra da Argélia, à qual muitos políticos fazem constante referência.

O alto comissário do governo francês, Edgard Pisani, designado por Mitterrand em novembro passado com a missão especial de encontrar uma solução política para o conflito do arquipélago, apresentou em fevereiro uma proposta de "independência associada".

Os habitantes, representados em sua maioria pela Frente de Libertação Nacional Canaque Socialista (FLNKS), aceitaram

parcialmente esse plano, mas os movimentos *caldoches* (a população de origem européia) o rejeitaram violentamente.

A partir dessa reação, Paris quis um pouco mais de tempo. Pisani retornou e está à espera da resposta de Mitterrand à sua proposta, disposto a regressar a Numea, a capital, no momento em que o governo fixar sua posição definitiva.

O primeiro-ministro da França, Laurent Fabius, declarou que o adiamento tem como objetivo preparar melhor "as condições subjetivas e materiais internas na ilha", para concretizar sua independência definitiva.

"Para isso, disse, procederemos a reorganizar o poder local, designando quatro regiões autônomas, que em agosto próximo serão convocadas a eleger o seu conselho de governo, por sufrágio universal". (José Vera)

Quênia: lançado plano de proteção ao consumidor

□ Especialistas em questões de consumo do governo do Quênia, com a colaboração de organizações paraestatais e não-governamentais, divulgaram um amplo plano de proteção ao consumidor. O Plano de Ação, que será aplicado pelo Instituto Queniano de Direito Público (PLI), uma organização não-governamental, tem como objetivo educar os consumidores e proteger a população de produtos de baixa qualidade e de políticas de preços pouco equitativas, que atem contra o poder aquisitivo dos consumidores, explicou Oko Ombaka, diretor do organismo.

Os especialistas fizeram uma reunião no início de abril em Nairóbi, a capital, quando realçaram que os consumidores continuam sendo vulneráveis às forças do mercado, em grande parte devido à falta de educação e conhecimento dos seus direitos. Este último dado se aplica especialmente, segundo eles, aos grupos de rendimentos mais baixos.



O controle de qualidade está entre os objetivos do Plano

Os *experts* realçaram também o problema colocado pela natureza monopolística e oligopolística das forças comerciais dominantes que controlam a economia queniana. Analisaram ainda o papel que devem exercer os controles de marcas, normas, patentes e de qualidade na pro-

teção aos consumidores.

O grupo também discutiu as políticas de preços, crédito ao consumo, serviços profissionais e de moradia. Nesse sentido, recomendaram ao PLI que organize uma intensa campanha de educação ao consumidor e crie suas próprias publicações regulares. Estuda-se também a criação de um grupo de trabalho que investigue e controle as estratégias de comercialização das manufaturas e as práticas publicitárias do setor comercial.

O Instituto, além disso, ficou encarregado de estabelecer um grupo de trabalho composto de especialistas acadêmicos, funcionários dos ministérios, assim como por sindicatos e organizações de consumidores, para que investigue e controle as práticas monopolistas em relação aos consumidores, aos trabalhadores e ao bem-estar público.

Por último, os especialistas recomendaram que todas as manufaturas se submetam a controles de qualidade e que o Escritório de Normas do Quênia autorize o acesso das pequenas indústrias aos seus laboratórios para realização de controles de qualidade.

Colaboração de médicos argentinos com a ditadura

Mais de uma centena de médicos argentinos colaboraram com a ditadura militar em atividades repressivas, afirmou Norberto Liwski, membro do Comitê Executivo da Comissão Médica Internacional para a Saúde e os Direitos Humanos. Liwski informou também que, até o momento estão sendo processados dez médicos e vários outros foram indiciados pela justiça argentina. Membro da equipe médica que assiste as "Mães da Praça de Maio", Liwski acrescentou que "há elementos suficientes que demonstram uma ampla

participação de profissionais médicos no apoio técnico à tortura ou na falsificação de atestados de óbito de desaparecidos ou de recém-nascidos, sequestrados quando do desaparecimento dos seus pais".

EUA votam contra resoluções da ONU

Segundo um cálculo publicado pelo *New York Times*, ao longo de 1984 os Estados Unidos votaram a favor de apenas 14% das resoluções aprovadas pela maioria dos Estados membros da ONU, contra 21%, em 1983.

A tendência dos Estados Unidos para contrariar cada vez mais as tentativas internacionais de resolução de problemas que afetam a humanidade nos mais diferentes aspectos, revelou-se nas 37ª e 38ª sessões da Assembleia Geral da ONU e de forma muito clara na sessão do ano passado. Durante as mesmas, os Estados Unidos se opuseram frontalmente à maioria dos membros da organização, ao votarem contra 17 deliberações, se absterem em 6 e aprovarem somente 3, de um total de 27 documentos internacionais de considerável importância.

A arma do comércio norte-americano aponta contra o Terceiro Mundo

A crise econômica mundial deu lugar a golpes e contragolpes entre as potências industrializadas e destas contra os países subdesenvolvidos.

A concorrência comercial intercapitalista se torna sempre encarniçada nas conjunturas depressivas e, embora a guerra comercial generalizada — que muitos temeram desde que começou em 1980 a última recessão — tenha sido evitada até agora, deverão aparecer novos e talvez maiores perigos.

A recessão partiu dos Estados Unidos, onde cessou por volta do fim de 1982. Posteriormente, a superpotência experimentou um aumento substancial de seu Produto Nacional Bruto (PNB) durante cerca de dois anos. Mas a política monetária orientada para conter a inflação, assim como o enorme déficit fiscal norte-americano, que foi precisamente a ferramenta aplicada para estimular a economia, deu como resultado taxas de juros bancários altíssimas que revalorizaram notavelmente o dólar em relação às demais moedas.

Isso serviu para captar vultosos capitais de todo o mundo, que concorreram para financiar a expansão norte-americana. Esse esplendor contrasta com o lúgubre reverso da medalha.

O chamado "superdólar" tirou competitividade dos produtos norte-americanos nos mercados internacionais e favoreceu uma pujante penetração dos bens estrangeiros no próprio mercado interno. O resultado é uma catástrofe sem precedentes no comércio internacional. Segundo dados recentes divulgados pelo Departamento de Comércio dos

Estados Unidos, em 1984 se atingiu um déficit recorde na balança de conta corrente de 101,65 bilhões de dólares, mais do que duplicando o saldo negativo do ano anterior, que foi de 41,56 bilhões de dólares.

Enquanto os analistas se perguntam até quando a economia norte-americana poderá continuar acumulando um déficit externo alarmante e crescente, junto com um endividamento fiscal exorbitante, no Congresso e no Executivo crescem as pressões para redobrar as represálias contra os competidores que inundam o mercado nacional. A atenção dos meios de imprensa se dirigiu em particular aos conflitos entre os Estados Unidos por um lado, e o Japão e os países europeus de outro, tirando a importância daquilo que as tendências protecionistas para as nações subdesenvolvidas implicam.

Justamente as consequências mais duras recairão sobre as nações do Terceiro Mundo. Isso porque a política que se está delineando para limitar suas exportações para o mercado norte-americano agravaria a crise que os países subdesenvolvidos sofrem devido ao pesado ônus que representa a dívida externa e à carência de capitais além de introduzir condicionamentos orientados a desvirtuar seus planos de desenvolvimento.

A essas conclusões chegou um recente estudo do Sela (Sistema Econômico Latino-Americano) sobre "América Latina e a lei de comércio e tarifas dos Estados Unidos".

No fim do ano passado, entrou em vigor a nova lei de comércio norte-americano e, a pedido dos

governos regionais a Secretaria Permanente do Sela realizou uma análise que, embora enfocasse as relações entre a América Latina e seu poderoso vizinho do norte, contém afirmativas válidas para o conjunto do mundo subdesenvolvido.

A nova lei inclui disposições que "reforçam o caráter restritivo da legislação comercial norte-americana e estimulam o recurso a medidas unilaterais de protecionismo, o que pode corroer ainda mais o sistema multilateral de comércio e afetar de maneira muito negativa os interesses comerciais dos países em desenvolvimento", diz o Sela.

Outra conclusão importante constata que se "amplia notavelmente o âmbito da política comercial dos Estados Unidos ao incluir entre seus objetivos assuntos relacionados com as condições estabelecidas para o investimento estrangeiro e o comércio internacional de serviços".

O raciocínio central que guiou os legisladores é que o acesso dos produtos estrangeiros ao mercado norte-americano exige como contrapartida que a mercadoria e os capitais norte-americanos encontrem nos países exportadores um quadro semelhante ao existente nos Estados Unidos. Isso, independentemente das características institucionais e do grau de desenvolvimento dos países e mesmo que as medidas aplicadas no âmbito da lei estejam em contradição com acordos internacionais dos quais a superpotência é signatária e participante, como é o caso do Gatt.

Em síntese, mediante este instrumento o governo norte-americano se dota de armas para combater as políticas internas e de comércio internacional de outros países, que a seu ver sejam "não-razoáveis", "discriminatórias", "injustificáveis" ou "desleais". Em tais casos, a superpotência adotará represálias que terão como resultado limitações à entrada de seus competidores no mercado. Trata-se de um conjunto de disposições que vão da negociação de restrições "voluntárias" por parte do competidor, até o aumento das tarifas alfandegárias ou outras barreiras para impedir a entrada de produtos, se o país em questão não concordar em reduzir o montante de suas exportações.

Os temores latino-americanos diante da nova lei são justificados porque, já no passado, diversos

países foram objeto de represálias comerciais e agora se encontram diante de uma legislação ainda mais drástica. Também porque devido a motivos geográficos a dependência econômica em relação aos Estados Unidos é muito acentuada.

Em 1983 os países latino-americanos colocaram 38,74 bilhões de dólares, equivalentes a 44,3% das exportações regionais, no mercado norte-americano. Logo, um fechamento daquele mercado para determinado produto implicaria uma situação de ruína para a indústria e o país atingidos. Diante de que situações o governo norte-americano utilizaria o seu tremendo peso econômico?

Segundo a análise realizada pelo Sela, seriam comportamentos "desleais" os "subsídios à exportação, as políticas de desenvolvimento industrial e as normas que regem a aceitação de investimentos estrangeiros, entre outros".

Se os investidores norte-americanos — ou seja, as empresas transnacionais — não encontrassem em determinado país do Terceiro Mundo as mesmas condições que têm as empresas locais — o chamado "trato nacional" — caberiam portanto represálias. Visto que a industrialização dos países do sul é incipiente, para desenvolver-se não podem trilhar outro caminho além do estímulo a suas pequenas indústrias. Este pode consistir em impor medidas protecionistas, em incentivo estatal e em uma legislação para a instalação das empresas estrangeiras que impeça a ruína de suas próprias indústrias. Da mesma forma, o apoio às exportações de bens industrializados é uma necessidade para países com mercados internos reduzidos e por isso insuficientes para o crescimento de certos setores manufatureiros.

As nações do Terceiro Mundo só poderão emergir do atraso mediante a instrumentação e o estabelecimento de políticas de desenvolvimento, que impliquem grandes esforços a longo prazo e que não podem comparar-se às políticas das potências ricas e industrializadas para protegerem os seus mercados ou para ganhar outros novos. A nova lei norte-americana, precisamente, ignora realidades que não têm termo de comparação, colocando em pé de igualdade o Japão ou os membros da Comunidade Econômica Européia, com os países subdesenvolvidos.

Editorial

Ao mesmo tempo menospreza a soberania dessas nações e as coloca frente a um dilema sem solução. Com efeito, se para manter suas exportações para os Estados Unidos um determinado país concedesse às corporações norte-americanas um "tratamento nacional", estaria com esse ato condenando as suas próprias indústrias, pois é evidente que estas não estão em condições de competir com aquelas.

Se não agisse assim, sofreria represálias que resultariam na perda do mais importante mercado e provocariam numerosos danos às indústrias correspondentes e à sua economia.

Por sua vez, as exportações norte-americanas para esses países nas esferas da alta tecnologia e dos serviços, que são os campos que a política norte-americana se propõe a dar prioridade, deveriam ser aceitas sob condições "substancialmente equivalentes" às que vigoram nos Estados Unidos. Do contrário, haveria represálias.

Observa-se, pois, que a legislação norte-americana ultrapassou amplamente a fronteira do que tradicionalmente se entende por reciprocidade e por liberalização do comércio internacional.

A superpotência procura impor seu próprio modelo econômico a outros países, mesmo entrando em contradição com o ordenamento institucional, jurídico e econômico dessas nações. Para esse fim emprega sua força comercial, como antes se valeu de sua força militar. Não seria então "neocolonialismo" o termo exato para descrever essa política?

O tratamento reservado aos países subdesenvolvidos é tanto mais injusto se lembrarmos que as mesmas medidas que hoje lhes são cobradas foram adotadas pelas potências avançadas para sua arrancada econômica e constituem a única metodologia conhecida para a expansão industrial.

As práticas mercantilistas criticadas com vigor por Adam Smith gozavam de prestígio na Inglaterra nos primórdios da primeira revolução industrial e só depois de ter alcançado a hegemonia mundial o *establishment* britânico descobriu os méritos dos ensinamentos do pai do liberalismo, que tanto lhe convinham a essa altura para colocar suas

mercadorias, as mais competitivas de então.


O mesmo vale para as demais potências européias. O Japão, desde a restauração Meiji (1868) até hoje, exerceu um protecionismo e uma intervenção estatal implacáveis. E os Estados Unidos, seguindo o exemplo de seus antepassados ingleses, só afrouxaram suas elevadas barreiras alfandegárias quando o crescimento de suas indústrias as tornou competitivas internacionalmente.

A imposição de represálias a países que lutam para alcançar um distante desenvolvimento através de políticas semelhantes àquelas que demonstraram historicamente sua validade significa simplesmente que se quer negar-lhes o acesso ao progresso, perpetuando a escandalosa desigualdade entre o Norte e o Sul, entre a opulência e a miséria.

Estas afirmações não implicam uma defesa de um protecionismo e uma participação estatal indiscriminados, nem a reivindicação de uma autarquia econômica que seria insensata sob todos os pontos de vista. Somente evocam o direito inalienável à articulação de políticas nacionais e de integração regional que deverão fazer uso apropriado e flexível de instrumentos correspondentes à natureza intrínseca do subdesenvolvimento, os quais, evidentemente, variam segundo os países e as regiões. As nações ameaçadas têm a obrigação de defender os seus direitos e, apesar de serem fracas individualmente, contam com a possibilidade de vencer o desafio, desde que se unam para isso.

Se suas exportações para os mercados do Norte lhes são indispensáveis, também é verdade que podem responder às represálias com restrições às exportações de seus adversários. Mas assim como o fechamento do mercado norte-americano pode desferir um golpe brutal para a economia desses países, nenhum deles tem, isoladamente, a capacidade de dissuadir a superpotência com a mesma sanção.

O estabelecimento de políticas para a proteção de interesses comuns em perigo, ou seja, a sólida unidade entre os países do Terceiro Mundo para desobstruir os entraves do caminho para o desenvolvimento, é não só uma necessidade como também o imperativo deste momento e a condição do futuro.



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73671 2/3 CP. 342
Teleq. "IN CAFE" LUANDA

A fome e a com



da fome na Etiópia. Mas não foi só a previsão do ex-secretário de Estado que falhou. Fracassaram também os esforços para aumentar a produção de alimentos apenas através do uso da tecnologia mais avançada. Agora, o otimismo pomposo de Kissinger foi substituído por prognósticos apocalípticos, daqueles que apostam na redução do crescimento demográfico como solução instantânea para a fome.

Entre os dois extremos surge, no entanto, uma alternativa que ganha força principalmente entre organismos não governamentais no Ocidente, e que propõe a reformulação completa da estrutura agrícola vigente no mundo capitalista. Em vez dos cultivos de exportação, é preciso dar prioridade à agricultura de auto-subsistência. Em vez da mecanização acelerada, o uso de técnicas adaptadas à realidade de cada país. Em vez da automação, o pleno emprego. No lugar da ditadura dos preços, a hegemonia das necessidades. A substituição da dependência absoluta, pela autonomia relativa.

Carlos Castilho

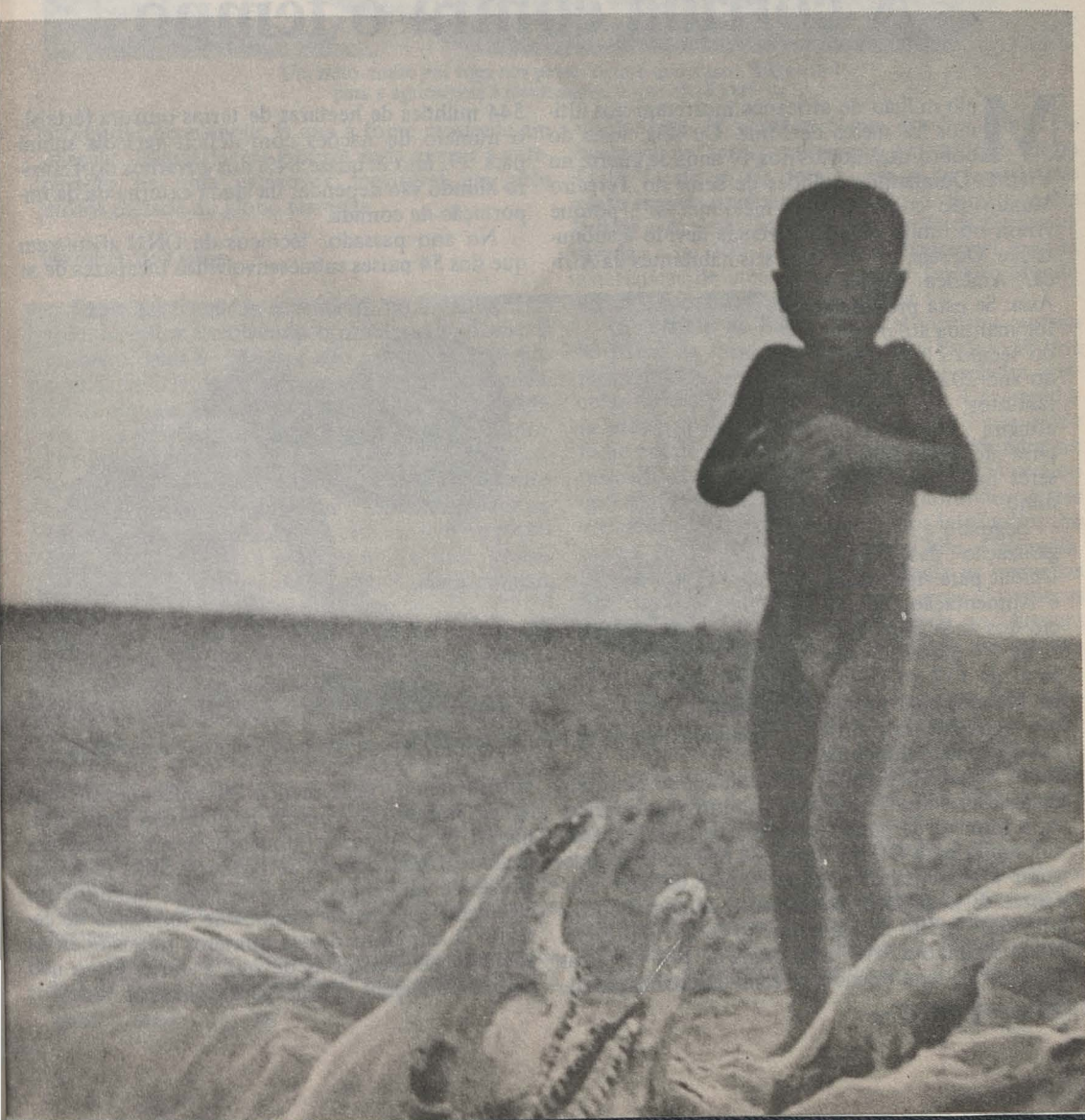
Em 1974, o então secretário de Estado Henry Kissinger anunciou bombasticamente: "Dentro de dez anos não haverá mais fome no mundo". O aniversário da frase de Kissinger, pronunciada durante uma Conferência da FAO que lançou a década da alimentação, passou despercebido porque em novembro do ano passado o mundo inteiro estava sob o impacto das imagens

po
vo
to

da
di
gu
au
to
vi
se
dc
gu
en
gu
as
da
de
çã
ral

da
pr
an
po
te
ca
as
co
te

de muitos ida de poucos





O problema da fome deixou de ser uma questão assistencialista para ser o ponto de partida para a mudança do sistema agrícola deixada pelo colonialismo e aprimorado pelas empresas transnacionais

A corrida contra o tempo

Meu milhão de africanos morreram nos últimos 12 meses de fome. Ou seja, mais do dobro dos mortos nos 14 anos de guerra no Vietnã. Quinhentos milhões de seres no Terceiro Mundo são considerados "meio-mortos", porque vivem no limite da sobrevivência devido à subnutrição. Ou seja, um em cada seis habitantes da África, América Latina e Ásia. Se esta proporção for mantida até o início do século 21, por volta do ano 2025, o total de famintos no mundo atingirá a assustadora cifra de 1,3 bilhão de seres humanos, no mínimo.

Segundo a FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, no início dos anos 80 já existiam 54 países de um total de 117 no Terceiro Mundo, cuja produção agrícola era insuficiente para alimentar todos os seus habitantes. E no ano 2000, se forem mantidos os atuais níveis de produtividade agrícola, o número de países incapazes de se autoabastecer subirá para 64, dos quais 38 não poderão assegurar a alimentação nem da metade de seus habitantes. E se ao fator crescimento demográfico for somado o efeito do esgotamento de terras (haverá, ainda segundo a FAO, uma perda de 19% nas áreas produtivas, equivalente à semi-desertificação de

544 milhões de hectares de terras outrora férteis), o número de nações com déficit agrícola subirá para 99. Isto é: quase 84% dos governos do Terceiro Mundo vão depender da ajuda externa ou da importação de comida.

No ano passado, técnicos da ONU afirmaram que dos 54 países subdesenvolvidos incapazes de se



Quinhentos milhões de seres no Terceiro Mundo vivem no limite da sobrevivência

autoalimentar, pelo menos 29 enfrentavam uma aguda escassez de comida porque não tinham dinheiro para importar alimentos e sua agricultura havia registrado queda de produtividade. O déficit global de alimentos entre os países famintos foi calculado em quatro milhões de toneladas de cereais. O conjunto destes números intensificou as advertências alarmistas de que a curto prazo não haverá condições físicas para alimentar todos os



Um mito muito em voga nos países ricos é que a terra disponível para a agricultura é insuficiente, o que não é verdade

habitantes do planeta. E que a fome mostrada em imagens dramáticas na Etiópia seria apenas a antecipação de uma catástrofe inevitável em pelo menos metade do globo terrestre.

Os mitos dos ricos

Estas advertências escondem, no entanto, uma série de mitos envolvendo o problema da fome. O primeiro deles é o de que não existe no momento comida suficiente para alimentar toda a humanidade. A comida existe. Cálculos feitos com base nos anuários estatísticos da FAO indicam que se produz hoje no mundo em média um quilo de alimentos por dia para cada ser humano. Este quilo fornece 3.000 calorias e proteínas suficientes para manter cada mulher, homem ou criança vivo no planeta. E 3.000 calorias é mais do que a média consumida pelos habitantes da Europa, tidos como bem nutridos.

Além disso, enquanto faltam quatro milhões de toneladas de comida para alimentar os famintos da África, os estoques norte-americanos de cereais atingiam em 1983 um total de 140 milhões de toneladas, fato que levou a Casa Branca a pôr em prática um milionário programa de desestímulo à produção agrícola, com o objetivo de impedir a queda dos preços e manter a lucratividade dos agricultores de Tio Sam. Em 84, a ONU estimou em 3,5 milhões de toneladas a ajuda necessária para impedir a curto prazo uma catástrofe alimentar na África, mas até agora apenas 2,2 milhões estavam assegurados.

O segundo mito muito em voga nos países ricos é o de que a terra disponível para a agricultura é

insuficiente. A verdade é que dos 1,5 bilhão de hectares de terras cultiváveis em todo o globo (11% da superfície total), menos da metade são efetivamente usados na produção de alimentos. Na África e América Latina, a proporção de terras cultivadas é de 20% da área fértil disponível, mas as estatísticas de áreas agrícolas no Terceiro Mundo escondem outras distorções graves.

Um estudo do Banco Mundial mostrou que em 83 países da África, Ásia e América Latina, 3% dos proprietários controlavam 79% das unidades agrícolas existentes nos três continentes. A esmagadora presença dos grandes proprietários é um outro fator negativo, já que o mesmo Banco Mundial no relatório *Assault on World Poverty* (1975) revelou que a produtividade média dos minifúndios é três a quatro vezes maior do que a dos latifúndios em países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Guatemala. Na Tailândia as pequenas propriedades colhem 60% mais arroz do que as grandes e na Índia a produtividade por hectare dos minifúndios é 35% maior do que nos latifúndios.

Segundo a FAO, é possível ampliar a área cultivável de 1,5 para três bilhões de hectares se for feito um esforço para drenar áreas pantanosas e irrigar regiões semi-áridas, especialmente no Terceiro Mundo, onde hoje apenas 36% das terras férteis são usadas na produção de alimentos.

Outro mito muito generalizado é o de que a agricultura não pode mais absorver mão-de-obra e que portanto é necessário acelerar a industrialização para reduzir o desemprego. Esta afirmação defendida pelos dirigentes do mundo industrializado ocidental foi uma das principais responsáveis pela

pouca atenção que a produção de alimentos passou a ter desde a década de 50.

A verdade é, no entanto, bastante diferente. Países como Índia e Brasil multiplicaram por até 15 vezes o investimento em projetos industriais entre 1950 e 1970, mas o número de empregos urbanos aumentou apenas duas vezes, porque a esmagadora maioria das novas unidades manufatureiras usou tecnologia moderna com baixo índice de aproveitamento de mão-de-obra, seguindo os padrões implantados pelas empresas transnacionais. Houve uma enorme mobilização de recursos financeiros, que teve efeito mínimo sobre o aumento do número de empregos.



Quando no século 16 os fazendeiros britânicos decidiram criar ovelhas em vez de plantar surgiu pela primeira vez o problema da superpopulação

A polêmica demográfica

É finalmente o grande mito da pressão demográfica. Os prognósticos indicam que no ano 2025 a população do Terceiro Mundo chegará a 5,1 bilhões de habitantes. A África, por exemplo, terá entre 1,1 a 1,5 bilhão de habitantes. Segundo técnicos europeus, isso significará um peso adicional para economias débeis, que serão obrigadas a criar novos empregos para suportar uma massa de desempregados e subempregados que hoje já oscila em torno dos 20 a 30%. O aumento da população provocaria, assim, um inevitável aumento de famintos e desempregados vivendo na periferia das cidades.

Não há a menor dúvida de que o acelerado crescimento demográfico em algumas regiões influi no equilíbrio alimentar, mas a grande verdade é que o aumento do número de subnutridos e subempregados não é uma consequência direta da taxa de natalidade. O problema da superpopulação surgiu pela primeira vez já no século 16, na Inglaterra, quando os fazendeiros decidiram criar ovelhas em vez de plantar. O pastoreio exigia muito menos

mão-de-obra do que a agricultura, e a consequência foi o surgimento dos "vagabundos urbanos", segundo a crônica burguesa da época. No século 16 toda a população da Inglaterra era menor do que a de uma cidade média atual na Grã-Bretanha, e a solução para acabar com o problema dos "vagabundos" foi mandá-los para as colônias na África, Ásia e América Latina. O problema não era uma taxa de natalidade acima da desejada ou da possível, mas uma mudança no sistema econômico de produção.

Séculos mais tarde, o mesmo problema atinge também as ex-colônias. Ao transformar a agricultura dos países do Terceiro Mundo (ver matéria "As transnacionais dizem o que vai ser produzido e comido" nesta edição) introduzindo um número limitado de cultivos, os interesses estrangeiros provocaram a liberação de um grande contingente de mão-de-obra, que tradicionalmente encontrava trabalho permanente numa agricultura diversificada e de auto-subsistência.

A especialização das lavouras fez com que somente uma ou duas vezes por ano, em períodos mais ou menos curtos, houvesse a necessidade de grandes contingentes de mão-de-obra do campo. Em Cuba, por exemplo, em 1950, mais de meio milhão de trabalhadores encontravam emprego apenas uma vez por ano, durante a colheita da cana. No Brasil, o mesmo fenômeno acontece agora com o surgimento de milhares de "bóias-frias", trabalhadores sazonais que migram de uma lavoura para outra em busca de emprego.

A mecanização agrícola também jogou no subemprego um grande número de camponeses. No Paquistão, um estudo do governo revelou em 1975 que o uso de tratores nas fazendas médias e grandes jogaria no mercado de trabalho entre 600 a 700 mil desempregados num prazo de 15 anos. Na América Latina, cada trator substitui entre três a quatro assalariados rurais, e o continente inteiro já registrou um total de meio milhão de desempregados só com a mecanização agrícola. Na Índia, com a modernização dos equipamentos para semeadura e colheita, a procura por trabalhadores sazonais desapareceu em 1980.

Nos países ricos criou-se a controvertida expressão "bomba demográfica", cujo verdadeiro significado ganhou cores apocalípticas num discurso pronunciado em 1966 pelo então presidente norte-americano, Lyndon Johnson: "Existem na terra (na época) três bilhões de seres humanos, e nós (os norte-americanos) não somos mais de 200 milhões. Somos um contra quinze. Se a força prevalecer sobre o direito, os Estados Unidos serão invadidos e tudo o que temos será tomado pelos famintos do resto do mundo". Para garantir um suposto "direito de ser rico", Johnson levantou o fantasma da rebelião universal dos pobres, para justificar uma campanha mundial pela limitação forçada da nata-

lidade no Terceiro Mundo. Usando uma linguagem mais sofisticada, o Banco Mundial adotou a mesma estratégia e passou a preconizar o controle da natalidade como uma das sugestões a todos os países pobres que recorressem à instituição em busca de ajuda.

Mas no livro *The Food First* ("A comida primeiro") os autores Frances Moore Lappé e Joseph Collins recolheram evidências de que nenhuma das campanhas forçadas para baixar o crescimento demográfico deu certo. Pelo contrário, eles mostram que os únicos lugares onde houve queda da taxa demográfica foram os que adotaram políticas de elevação do poder aquisitivo das classes mais pobres. O controle surgiu assim quase que espontaneamente, sem traumas nem imposições.

Ao contrário do que a visão pessimista européia divulgou no início da década de 70, o crescimento da produção agrícola per capita no mundo manteve-se até 1982 um pouco acima da taxa de crescimento demográfico. No "Informe Alimentar Mundial da FAO" para 1984, a produção per capita desde 1974 estava três pontos percentuais acima da taxa de natalidade, desfazendo as previsões catastróficas sobre uma escassez generalizada de comida.

A dura realidade

Se existe comida no mundo em quantidade suficiente para alimentar a população atual, e se existe terra para teoricamente garantir o abastecimento da humanidade, as razões para a fome endêmica devem ser procuradas em outro setor, que é precisamente o da distribuição. O que os mitos espalhados pelas sociedades ricas não dizem é que tanto a comida como a terra estão distribuídas desigualmente no mundo. Uma desigualdade que é provocada sobretudo por questões políticas. Toda a estrutura agrária existente na maior parte dos países do Terceiro Mundo foi moldada no período colonial e aperfeiçoada posteriormente no sentido de atender aos centros consumidores dos países ricos do Ocidente, através do fornecimento de matéria-prima barata. A rigor, todo o sistema produtivo de alimentos do mundo capitalista está organizado desta maneira, e até mesmo as nações socialistas do Terceiro Mundo ainda não conseguiram escapar dele, apesar de inúmeras tentativas.

A exploração predatória dos recursos naturais e humanos da África, Ásia e América Latina foi impune até os anos mais recentes, quando a multiplicação acelerada do número de famintos e das mortandades causadas por desnutrição começou a assustar até mesmo os bem alimentados europeus e norte-americanos. No auge da guerra do Vietnã, em 1966, o então secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, fez um discurso em



A "revolução verde" foi apontada como a solução milagrosa para o Terceiro Mundo

Montreal (Canadá) no qual reconhecia: "O abismo que separa as nações ricas das pobres se amplia sem cessar. A partir da década de 70 mais da metade da população mundial viverá em países independentes da parte sul do planeta. Esta metade terá fome e terá à sua disposição menos de um décimo dos bens e serviços produzidos pela humanidade... Nossa segurança (a dos ricos) estará diretamente relacionada com a do mundo subdesenvolvido. A segurança é desenvolvimento e sem desenvolvimento não haverá segurança".

A falsa "revolução verde"

Mas em vez de atacar o problema da desigualdade, as nações ricas preferiram agarrar-se a soluções tecnológicas. A que mais publicidade ganhou foi a chamada "revolução verde" apontada como a solução milagrosa para a fome do Terceiro Mundo e que valeu ao geneticista norte-americano Norman Borlaug, o prêmio Nobel da Paz de 1970. Quinze anos depois ninguém mais se lembra das grandiosas promessas de acabar com a subnutrição através da intensificação e modernização de cultivos de variedades híbridas de cereais dotadas de alta produtividade.

A "revolução verde" foi, em síntese, um esforço das empresas transnacionais da alimentação no sentido de aumentar a produtividade daqueles que

terceiro mundo - 23

já estavam numa situação boa na agricultura. Ela não partiu da tentativa de criar variedades vegetais adaptadas às necessidades das regiões mais pobres do mundo. Ela não contemplava a criação de tecnologias com uso intensivo de mão-de-obra. Ela não previa a melhoria dos cultivos tradicionais e nem preconizava a diversificação das lavouras para compensar as adversidades do clima, e nem muito menos deu atenção ao balanceamento da dieta alimentar dos habitantes das regiões menos produtivas. O que a "revolução verde" procurou foi colheitas recordes, no menor espaço de tempo possível e com o menor número de variedades vegetais, usando a genética, a mecanização e a adubação artificial.

O resultado foi que ela acabou favorecendo apenas os fazendeiros mais desenvolvidos. Acentuou a especialização de cultivos e o pior de tudo: tornou dramática a dependência dos camponeses do Terceiro Mundo em relação às sementes, máquinas e adubos, todos importados. Em suma, a tão decantada revolução de Borlaug não diminuiu a fome mas aumentou consideravelmente os lucros das grandes empresas que dominam a agricultura mundial. O aumento da produção de alguns cereais como milho, soja, trigo e sorgo colocou nas mãos dos países ricos um excedente enorme, que passou a ser usado como alimento para o gado, num grande desperdício de energia protéica, já que a carne é muito mais pobre do que os vegetais em matéria de nutrientes essenciais.

Em 1974, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) resolveu levar o problema da fome a uma discussão mundial, através de uma conferência realizada em Roma em novembro. O encontro se destinava a encontrar soluções universais para a crônica e crescente escassez de comida no planeta, mas a composição dos delegados, em sua maioria membros do chamado *agribusiness*, acabou transformando a reunião numa sucessão de declarações grandiloquentes, entre as quais se destacou a de Henry Kissinger, que sem maiores constrangimentos anun-

ciou bombasticamente na época: "Dentro de dez anos, nenhuma criança irá dormir com fome e nenhuma família do mundo deverá ter preocupações com o pão do dia seguinte". De qualquer maneira, a reunião serviu como um alerta, e lançou a chamada "década da alimentação", durante a qual deveriam ser feitos esforços para eliminar a fome no mundo.

Dez anos depois, em novembro de 84, a década acabou, e o balanço foi trágico. O prognóstico de Kissinger se tornou ridículo diante das imagens dolorosas da fome na Etiópia transmitidas em todo o mundo. Os participantes da conferência de 1974 silenciaram diante do fracasso evidente de suas promessas e o aniversário da reunião teria passado despercebido, se um grupo de organizações não-governamentais não tivesse promovido por seu próprio esforço, a chamada Assembléia Mundial da Alimentação, em Roma, em novembro do ano passado. Com o apoio da FAO, mas sem estar ligada diretamente às políticas governamentais, a Assembléia marcou uma importante mudança na discussão sobre o problema da comida no mundo, graças à participação decisiva das chamadas ONG (Organizações Não-Governamentais).

Os esforços das ONG

Elas surgiram no meio da década de 70, quando grupos religiosos europeus e norte-americanos começaram a se sensibilizar com a miséria do Terceiro Mundo. A princípio assistencialistas, estes grupos evoluíram para posições mais profundas em decorrência do contato direto com a realidade da fome e da miséria, bem como da constatação de que muitos governos estavam mais preocupados com personalismos do que com o esforço para distribuir comida.

Na Assembléia Mundial da Alimentação (AMA) participaram cerca de 120 delegados, e pela primeira vez o número de participantes vindos de países do Terceiro Mundo era igual ao dos vindos da Europa e Estados Unidos. E eles não se limitaram a denunciar a desigualdade, mas nas resoluções procuraram ir mais fundo na análise da estrutura agrícola do mundo. A declaração da AMA foi especialmente dura no que se refere à política imposta pelo FMI na Ásia, América Latina e África, ao mesmo tempo em que criticou as agências internacionais de desenvolvimento por preferirem grandes planos, em vez de dar prioridade ao apoio dos esforços de base para acabar com a fome. Exigiu a redução do incentivo aos cultivos de exportação, em benefício das lavouras de auto-subsistência. Pediu o apoio às organizações populares, especialmente as de mulheres, para que estes grupos tenham maior participação na fixação da política agrícola de cada país.



Há dez anos atrás, Henry Kissinger anunciou que mais nenhuma criança iria dormir com fome...

As ONG são o grande fenômeno novo na luta mundial contra a fome. Elas têm surgido principalmente na América Latina e na África. Só no Peru há cerca de 300 grupos, enquanto que no Brasil se acredita que os núcleos mais ativos já ultrapassem os 200. Pelo fato de não estarem organizadas em estruturas, é impossível ter uma idéia do número de ONGs no mundo, mas o jornalista inglês Robin Sharp, um dos idealizadores da Assembléia Mundial da Alimentação, acredita que até o final da década de 80, elas se tornarão o principal instrumento de pressão, a nível mundial, no problema da fome e alimentação. Um problema que a cada dia que passa deixa de ter a sua marca assistencialista, para se concentrar cada vez mais na questão da agricultura.

Segundo Susan George, autora de vários livros sobre a questão alimentar a nível mundial, a produção de alimentos será até o ano 2000 um tema que mobilizará as atenções de toda a população dos países pobres e provocará cada vez mais um constrangido mea-culpa das nações industrializadas. Os fatos e verdades mantidos até agora num desconhecimento proposital pelas grandes empresas transnacionais, começam a vir a público, graças às denúncias e investigações de um número cada vez maior de organismos não-governamentais. Já não se trata mais de administrar excedentes para resolver situações de emergência. A redistribuição de alimentos já não passa mais apenas pelo deslocamento de estoques. O que está em cheque é a estrutura de produção de comida em escala planetária. E, principalmente, a forma pela qual é usada a terra.

A expressão "corrida contra o tempo" passou a ser cada vez mais usada entre os especialistas, para definir as tentativas de impedir o surgimento de situações irreversíveis no final do século. A FAO, em seu trabalho "Agricultura — Horizonte 2000", não deu margem a muito otimismo e tranquilidade no que se refere à evolução do problema da produtividade futura das terras disponíveis. Nada menos de 544 milhões de hectares de terras férteis se tornarão improdutivas até o final do século se nada for feito para deter a erosão e o desgaste dos elementos nutritivos. Ou seja, a área cultivável por habitante do Terceiro Mundo baixará de 0,37 de hectare por pessoa para 0,25 de hectare.

Segundo a FAO, a população dos países subdesenvolvidos deve aumentar em 50% até o final do século, mas a superfície agrícola disponível nos 117 países do Terceiro Mundo, descontada a área para cultivos não alimentares, somente poderá sustentar uma população 7% maior do que a prevista para o ano 2000. Daí em diante, ainda segundo a FAO, os prognósticos serão ainda piores, porque até o ano 2025, se prevê um novo acréscimo de 43% na população do mundo subdesenvolvido. De



O que está atualmente em cheque é a estrutura da produção de alimentos a nível mundial

acordo com os técnicos, se nada for feito até este fatídico ano, a humanidade estará à beira da catástrofe alimentar em escala planetária.

Dos 64 países que no final do século estarão numa situação considerada crítica em matéria de alimentos, se nada mudar até lá, 28 poderão deixar esta condição se conseguirem até o ano 2000 aumentar em nível médio os insumos agrícolas (caso do Butão, Filipinas, Sri Lanka, Vietnã, Baamas, Guadalupe, Guatemala, ilhas de Barlavento, Jamaica, República Dominicana, Trindade-Tobago, Burkina Fasso, Benin, Botsuana, Comores, Etiópia, Malawi, Mali, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Suazilândia, Togo, Tunísia, Uganda e Zimbábue). Outros 17 poderão deixar a lista se usarem um alto nível de insumos (adubos, técnicas de proteção da erosão, tecnologia), como nos casos de Bangladesh, Antígua, El Salvador, Haiti, Martinica, Porto Rico, Reunião, Irã, Síria, Iraque, Argélia, Burundi, Quênia, Lesoto, Mauritânia, Níger e Somália. Restarão 19 países que continuarão em situação crítica, mesmo com um alto nível de insumos e só poderão equilibrar a sua situação se reduzirem o ritmo do crescimento demográfico. ●



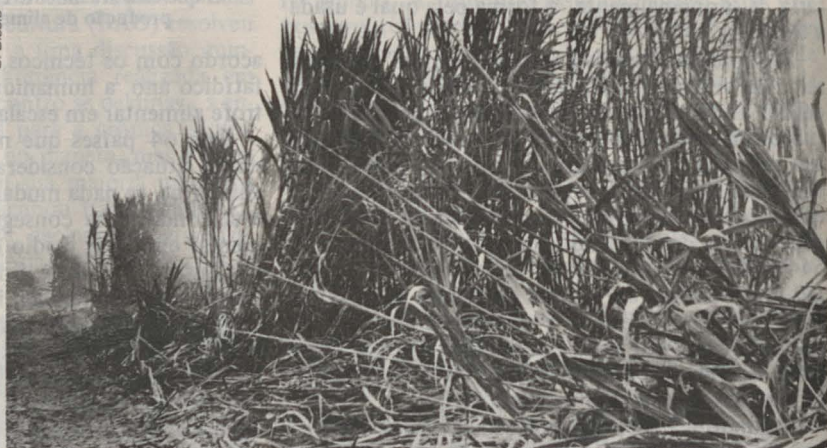
Europeus e norte-americanos mudaram radicalmente a estrutura de produção e consumo de alimentos no Terceiro Mundo. O resultado foi a escassez, subnutrição e fome, com altos lucros para os monopólios

As transnacionais dizem o que vai ser produzido e comido

Por volta de 1850, o governador da então Guiana Inglesa e o secretário das colônias Earl Grey decidiram que a região passaria a produzir açúcar em larga escala. Todas as terras consideradas inaproveitadas passaram ao controle do império britânico, que logo em seguida enfrentou o problema de escassez de mão-de-obra. A solução foi baixar de tal maneira o preço dos alimentos importados para que eles se tornassem mais baratos que os produzidos na Guiana. Com isso, os pequenos camponeses que tradicionalmente se auto-abasteciam e forneciam comida para as cidades, entraram em crise. Não só eles perderam compradores por causa dos baixos preços da comida importada, como deixaram de ter dinheiro para pagar impostos. Resultado, a maioria acabou abandonando suas terras para procurar emprego nas grandes fazendas de açúcar administradas pelos ingleses. As terras abandonadas, por sua vez, vieram a ser incorporadas aos grandes latifúndios coloniais.

Na Jamaica aconteceu fenômeno idêntico, e o país ficou também dependendo totalmente de ali-

mentos importados por causa da destruição dos cultivos locais. No século 18, quando as 13 colônias inglesas na América do Norte ficaram independentes para formar os Estados Unidos, todo o suprimento de comida foi interrompido. Sem poderem voltar para a agricultura de auto-subsistência, cerca de 15 mil camponeses morreram de fome



O secretário das Colônias Earl Grey e o governador da então Guiana Inglesa decidiram passar a produzir açúcar em grande escala

entre 1780 e 1787 apenas na Jamaica.

No antigo Alto Volta, hoje Burkina Fasso, os administradores coloniais quintuplicaram as taxas cobradas por cabeça de gado e por hectare de terra para auto-subsistência, com o objetivo de forçar os camponeses a ir trabalhar em grandes planta-

ções de algodão para a exportação. Em 1929, a Grande Depressão provocou o colapso do mercado de matérias-primas, e dezenas de algodoeiros foram desativados no país. Mais de 80 mil trabalhadores não puderam mais pagar impostos e, sem terra para cultivar, acabaram emigrando para a então Costa do Ouro (hoje Gana) onde travaram com os habitantes locais uma verdadeira guerra por empregos nas plantações de cacau.

A destruição sistemática da estrutura agrícola nos países do Terceiro Mundo na época colonial está contada em milhares de exemplos citados em livros de autores como Walter Rodney e Alan Adamson. Quando a destruição não era direta, ela aconteceu pela via comercial. A Índia sempre foi um exportador de grãos no século passado e até os anos 40, deste século. Em 1943, os ingleses determinaram que todo o trigo produzido na Índia deveria ser prioritariamente exportado para compensar a perda dos suprimentos de arroz da Birmânia, então ocupada pelos japoneses. As autoridades coloniais britânicas ordenaram a comercialização até mesmo dos estoques de reserva. Um ano depois veio a seca e 1,5 milhão de indianos morreram de fome, apesar de em toda a história pré-colonial da Índia nunca ter havido falta de comida, mesmo nas longas estiagens. Durante a grande seca de 1876/77, a Índia exportou trigo em quantidades recordes para a Inglaterra.

As falsas "vicissitudes"

Os ingleses explicaram na época que a mortandade foi provocada pelas "vicissitudes do clima", omitindo o fato de que eram as reservas de grãos mantidas anualmente através dos séculos pelos indianos, as principais responsáveis pela ausência de fome em massa.

Na vizinha China, as "vicissitudes" foram ainda maiores e nem por isso os registros históricos indicam grandes mortandades pela fome. Relatos que retrocedem a quase dois mil anos atrás na China revelam que o país neste período teve 1.621 enchentes e 1.392 secas, confirmando as estatísticas feitas em 1928 pelo inglês Walter Mallory, de que os chineses enfrentaram mais de uma catástrofe climática por ano desde antes da chamada era cristã. Mais recentemente, em 1972/73, enquanto 18 nações com um-terço da população do mundo enfrentavam uma das piores secas do século, a China já vivia o terceiro ano consecutivo de ausência de chuva, sem que tivesse que pedir uma tonelada sequer de ajuda externa para alimentar os seus quase um bilhão de habitantes. A diferença é que entre os chineses a comida sempre veio em primeiro lugar, até mesmo durante a era colonial.

O caso mais grave de destruturação da agricultura por influência externa aconteceu na África,

na zona desértica do Sahel. No século passado a região foi severamente despovoada graças ao tráfico de escravos, feito pelos europeus. Acredita-se que só no Sahel mais de 15 milhões de negros foram levados à força para outras regiões, nos 300 anos em que as potências européias usaram os escravos africanos para implantar seu sistema econômico na América. Quando os colonos franceses chegaram à periferia do deserto, estabeleceram imediatamente o trabalho forçado e as grandes plantações de algodão ou amendoim. O algodão alimentava as tecelagens francesas e o amendoim fornecia o óleo comestível mais vendido na Europa.

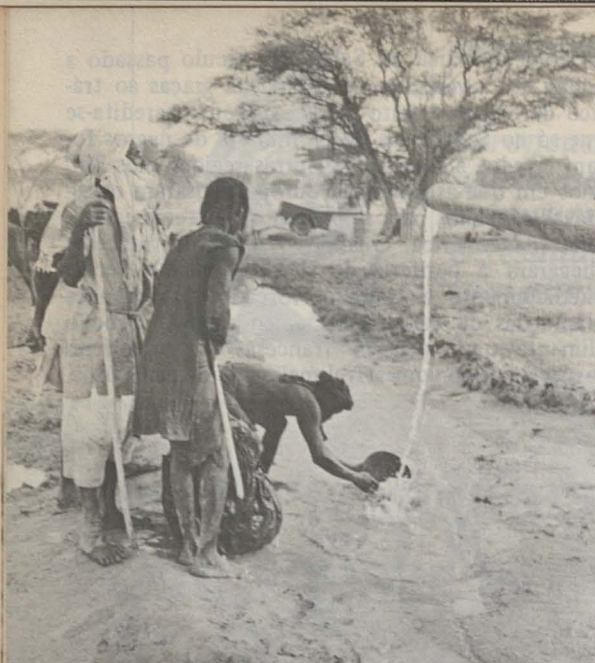


Na China, as "vicissitudes" foram ainda maiores mas nem por isso houve grandes mortandades pela fome

Isso destruiu a agricultura local, onde os camponeses plantavam simultaneamente várias variedades de sorgo. Uma variedade acabava sobrevivendo sempre que a chuva escasseava. Nos períodos de boa colheita, os camponeses eram capazes de estocar alimentos por até dois anos. Mas quando os colonos franceses resolveram ampliar as lavouras para a exportação, quase toda a agricultura de auto-subsistência foi eliminada. Enquanto isso, os colonos reduziram os tipos de sorgo plantados para alimentação a apenas uma variedade, uma alternativa que se mostrou catastrófica, porque tinha a produtividade exigida pelos interesses comerciais, mas não a resistência exigida pelo duro clima do Sahel.

A desertificação

O cultivo intensivo de áreas com uma débil fertilidade acabou destruindo a camada de húmus. Com isso regiões enormes se tornaram estéréis, não tanto pela falta de chuva, que sempre foi escassa e irregular, mas pelo manejo totalmente predatório do solo. Na república do Mali, outrora considerada como um dos celeiros da África, o panorama



No Níger, o acelerado crescimento das lavouras de exportação foi feito às custas dos plantios de auto-subsistência

é hoje desolador (ver matéria "África: o ônus mais pesado da crise").

Na era pré-colonial, a agricultura do Mali era formada basicamente por pequenos lotes rurais familiares e por pequenos rebanhos. Existia uma harmonia entre ambos, já que havia troca de produtos e consequentemente um equilíbrio alimentar. A introdução das grandes plantações coloniais reduziu drasticamente a pequena propriedade e tirou áreas essenciais para o pastoreio do gado na época da estiagem. Deixou de haver a troca entre camponeses e surgiu a desnutrição, já que os agricultores tinham uma dieta formada quase que exclusivamente por proteínas vegetais e nenhuma animal. O inverso acontecia com os criadores de gado.

Logo depois da segunda guerra mundial os franceses resolveram investir na criação de carne bovina no Mali, num momento em que o algodão e o amendoim entraram em crise no mercado internacional. O pequeno rebanho malinês foi rapidamente multiplicado várias vezes. Mas após quatro ou cinco anos de bons resultados veio a seca. Os bois, que na época da estiagem se concentravam nos oásis com água e pasto, acabaram tendo que se concentrar em grande número em áreas muito pequenas. O resultado inevitável foi que as milhares de cabeças aglomeradas em no máximo seis poços de água acabaram com todo o pasto, comendo inclusive as raízes.

Quando as chuvas voltaram, o solo era areia

pura, o rebanho ficou reduzido a um-sexto e o pasto não se recompôs nunca mais. Hoje o Mali tem menos gado do que há 50 anos, embora tenha uma população dez vezes maior, e logicamente, subnutrida. Os produtores franceses foram embora, trocando o gado por outra atividade, mas a população foi obrigada a permanecer numa terra que já não produzia mais para o seu sustento.

No Níger, outro país incluído na zona do Sahel, em 1934 havia 73 mil hectares de terra plantados com amendoim. Vinte anos mais tarde a área havia dobrado e em 1961 já era cinco vezes maior. Durante a grande seca de 1968, as lavouras de amendoim atingiram um total de 432 mil hectares. Quase no mesmo período, ainda no Níger, cerca de 300 mil hectares estavam ocupados com algodão. Todo este acelerado aumento das lavouras de exportação foi feito às custas dos plantios de auto-subsistência. A soma das exportações de algodão e amendoim em 1971 chegou a 18 milhões de dólares, mas o governo do Níger teve que gastar 20 milhões em comida importada e vestuário. No Senegal, metade das divisas ganhas em 1974 com as exportações de amendoim foi gasta na compra de trigo norte-americano para alimentar moinhos franceses em Dacar.

A "fazenda global"

A partir da década de 50, a desestruturação da agricultura nos países do Terceiro Mundo atingiu um novo grau de intensidade com a penetração das transnacionais da comida. Para essas gigantes empresas, cujo número não é maior do que uma dezena, o grande objetivo é criar uma "fazenda global" para um "supermercado global". Isto é, usar o máximo das possibilidades agrícolas de países onde a terra e a mão-de-obra são baratas, para produzir alimentos que depois serão vendidos nos mercados consumidores da Europa e Estados Unidos.

O México foi um dos primeiros países latino-americanos a ser envolvido nesta sofisticada e complexa cadeia comercial das transnacionais. Tradicionalmente, os vegetais vendidos em Nova Iorque no inverno eram produzidos no clima quente da Califórnia. Hoje, o suprimento de hortaliças e frutas dos principais centros consumidores norte-americanos vem do México. Até poucos anos atrás os aspargos consumidos em Manhattan vinham da região central da Califórnia. Hoje vêm de uma pequena cidade mexicana chamada Irapuato, 150 km ao norte da Cidade do México. Duas firmas norte-americanas, a *Del Monte* e a *General Foods*, controlam 90% da produção mexicana de aspargos. Além delas, também estão no México a *Campbells* e as redes de supermercados *Safeway* e *Grand Union*.



B. Bissio



As exportações feitas pelas transnacionais para os mercados ricos provocaram uma enorme evasão de alimentos produzidos no México. As vendas de cebola quintuplicaram, até chegar a 47 mil toneladas em 74. Em apenas seis anos, na década de 70, as exportações de pepinos passaram de quatro mil para 66 mil toneladas. Metade dos tomates consumidos nos Estados Unidos vem do México, o mesmo acontecendo com os morangos e beringelas. Em apenas 15 anos, os mexicanos passaram a exportar em média 75 mil toneladas de morangos para os Estados Unidos. Sete firmas norte-americanas controlam toda a produção, usando variedades que não atendem às necessidades locais mas sim ao paladar dos consumidores da costa leste.

A especialização dos cultivos mexicanos visando à exportação só foi possível mediante a redução em um-terço da área plantada de feijão e milho — tradicionais alimentos do país — provocando paralelamente tanto o encarecimento da comida consumida localmente, como também a queda dos padrões de nutrição. Hoje, um camponês mexicano recebe um-sétimo do salário pago a um trabalhador rural da Califórnia e consome dez vez menos calorias por dia, enquanto as firmas *Pet Milk*, *Ocean Garden*, *Imperial Frozen Foods*, *Griffin and Brand*, e *Better Foods* registraram lucros de até 250% nos últimos seis anos.

O "rebanho global"

O mesmo processo de alteração da produção nos países do Terceiro Mundo atinge o mercado da carne bovina. Entre um-terço e metade da carne produzida na América Central é exportada. Em 1975, a Costa Rica, por exemplo, com uma população de quase três milhões de habitantes, exportou 30 mil toneladas de carne para os Estados Unidos. O consumo de carne per capita no país caiu de 25 quilos por ano para menos de 17. Segundo o *Brookings Institute* dos Estados Unidos, se a Costa



As exportações feitas pelas transnacionais para os mercados ricos provocaram uma enorme evasão de alimentos produzidos no México

Rica tivesse consumido localmente esta carne, o índice per capita teria passado para 50 quilos por ano, e seria talvez um dos mais altos do mundo. Os altos lucros obtidos na exportação, levaram os fazendeiros centro-americanos a abandonar quase que totalmente a produção de leite, o que provocou a elevação do preço e a carência geral do produto para crianças pobres.

A intensificação do abate de gado para exportação teve como consequência também o aumento da atividade das transnacionais que lidam com rações. Assim, a soja brasileira é processada pela *Cargill* norte-americana que fabrica rações para o gado



Através da propaganda, as transnacionais mudaram os hábitos alimentares do Terceiro Mundo. Na foto, uma menina indígena toma sorvete numa área onde há fome, em Huancayo (Peru)

da Costa Rica, que depois de abatido vai ser processado na Filadélfia para posteriormente ser consumido no Japão e Europa. É a fazenda global produzindo para o supermercado global.

Na Colômbia, a *Ralston Purina*, fabricante de rações para aves, decidiu criar uma "indústria de produção" de galinhas partindo do zero, e tendo como grande incentivo facilidades fiscais e uma mão-de-obra baratíssima. Primeiro a *Purina* deu créditos para os criadores importarem pintos. Pouco depois havia tantos frangos que a mesma *Purina* deu créditos para plantações de sorgo (para rações), que substituiu áreas imensas onde o milho era tradicionalmente cultivado. Na década de 60 a área plantada de vegetais para consumo popular diminuiu, enquanto a superfície das lavouras de soja e sorgo aumentou seis vezes. Em consequência, a produção de frangos para abate e posterior exportação passou de 11 milhões de cabeças para 25 milhões em menos de seis anos. Para os pequenos camponeses da Colômbia, as transformações desencadeadas pela transnacional *Ralston Purina* significaram uma queda de 2/3 no teor médio de proteínas da sua dieta, já que um hectare de terra cultivada com feijão ou milho para autoconsumo fornece 16 vezes mais proteínas que a carne do frango alimentado com os mesmos produtos.

No Paquistão, o milho sempre foi um alimento

tradicional das camadas mais pobres da população. O preço era baixo e além disso o cereal servia como mercadoria de troca para outros produtos, tanto alimentares como instrumentos de trabalho. Mas a partir da década de 60, a transnacional *CPC International* assumiu o controle da maior companhia de cereais do Paquistão, a *Rafhan Maize Products*, e passou a incentivar o cultivo de milho em grandes propriedades. A *CPC* começou a industrializar a sua produção e com isso o preço do milho quintuplicou, ficando inacessível ao consumidor pobre. A sua dieta consequentemente piorou e o país está hoje na lista dos mais subnutridos da Ásia, embora há menos de 30 anos ele fosse auto-suficiente em alimentos e apresentasse uma população adequadamente nutrida.

Sorvete para os famintos

Além de modificarem radicalmente o sistema de produção de alimentos, as transnacionais envolvidas na "fazenda global" mudaram os hábitos alimentares de milhões de habitantes do Terceiro Mundo através do "Supermercado Global". O principal instrumento desta mudança foi a propaganda, mobilizando quantias bilionárias para tentar mudar hábitos, apresentando os novos produtos industrializados como superiores aos tradicionais.

Uma estatística revelada no livro *Food First* indica que apenas um-décimo do preço dos alimentos industrializados postos a venda nos países pobres corresponde ao custo da matéria-prima. Todo o restante é consumido pela propaganda (quase 20%), comercialização, transporte e administração. Além disso, a média do poder nutritivo dos alimentos processados pelas transnacionais é 40% menor do que o mesmo alimento consumido *in natura*.

Para se ter uma idéia de como as transnacionais agem, o mesmo *Food First* reproduz uma notícia publicada no jornal *Financial Times* em março de 1973: "Novos mercados para sorvetes, salsichas e comida congelada fabricados na Inglaterra estão sendo abertos pela *Unilever* no interior da Libéria e Serra Leoa. Atualmente a empresa mantém *freezers* nas pequenas aldeias com luz elétrica, que recebem produtos congelados diretamente de Liverpool ou Londres. No Zaire, os mesmos artigos estão sendo desembarcados no porto de Matadi e daí seguem em vagões frigoríficos para o interior, ou são transportados em *containers* frigoríficos por avião".

A propósito, a *Unilever* controla 80% das plantações de palmeiras do Zaire, tendo ainda enormes investimentos em Gana, Nigéria, Camarões, Gabão e Congo. É a maior firma do mundo em processamento de alimentos.



TRANUZIR

O continente africano é o que está pagando o maior preço pela herança colonial e pela desorganização da produção agrícola provocada pelos complexos agroindustriais dos países ricos ocidentais

África, o ônus mais pesado da crise

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 160 dos 500 milhões de habitantes da África estão com sua sobrevivência ameaçada pela fome e desnutrição. Doze países do continente estão no limiar de uma catástrofe alimentar inédita em toda a história da África, segundo alarmantes estatísticas recolhidas pela Organização Mundial para a Agricultura e a Alimentação (FAO), no ano de 1984, recentemente publicadas em Roma.

Na África Ocidental são seis os países mais atingidos pela seca e pelo contínuo avanço do deserto no Sahel. Dentro deste grupo, o Mali é o que está em pior situação, depois de dez anos consecutivos de pouca chuva e contínua redução das áreas disponíveis para cultivo e criação de animais. Segundo a FAO, a média da população do Mali recebe menos de 75% do total mínimo de calorias exigidas por um ser humano para manter-se vivo. Em 1984, as colheitas foram 30% menores do que a média dos quatro anos anteriores, tornando necessária a importação de 410 mil toneladas de cereais para evitar uma grande mortandade pela fome.

Dois países vizinhos do Mali, a Mauritânia e o

Níger, também vivem uma situação dramática pela falta de alimentos. As safras do período 79/83 não ultrapassaram a metade dos totais atingidos nos anos anteriores. Com isso o déficit de alimentos no Níger atingiu 465 mil toneladas e o da Mauritânia chegou a 155 mil toneladas. Em Burkina Fasso, antigo Alto Volta, a população enfrenta a perspectiva



160 milhões de habitantes da África estão ameaçados pela fome e subnutrição

de um terceiro ano consecutivo de baixas colheitas. A escassez de comida foi agravada pela chegada de quase 100 mil refugiados vindos de outros países, fazendo com que Burkina Fasso necessite hoje de pelo menos 185 mil toneladas de alimentos para poder atender às exigências mínimas de sua população.

Enquanto no Mali, Mauritânia e Níger, os go-

terceiro mundo - 31

vernos estão encontrando dificuldades para aumentar a produção de alimentos de consumo às custas dos cultivos de exportação, no antigo Alto Volta, os relatórios mais recentes da FAO indicam que o projeto de reduzir as *cash crops* está tendo um êxito relativo. Várias plantações de algodão do sul do país foram transformadas em cultivos de alimentos de auto-subsistência, mas os resultados ainda são insuficientes para atender ao enorme déficit alimentar.

No Senegal, as plantações de amendoim destinadas à exportação continuam a dominar largamente a agricultura do país, que não realizou nenhum esforço para alterar seu esquema de produção agrícola.



Em Burkina Fasso (ex-Alto Volta) a escassez de comida foi agravada pela chegada de quase 100 mil refugiados dos países vizinhos

la por causa das exigências do FMI. O Fundo quer que o Senegal continue exportando muito amendoim para manter o balanço de pagamentos, sobrecarregado especialmente com a importação de arroz. Apenas os habitantes de Dacar (um milhão de pessoas) consomem mais arroz do que toda a capacidade das lavouras instaladas no país para este tipo de cultivo. Os dois últimos anos de pouca chuva no Senegal criaram um déficit de cereais calculado em 540 mil toneladas, apesar do aumento de 35% nas safras agrícolas registradas em 83/84. A população do Senegal atinge os índices mínimos de suprimento calórico diário fixados pela FAO, ao contrário de Gâmbia, um país incrustado em território senegalês e que também depende das exportações de amendoim para sobreviver.

Em Cabo Verde (ver matéria anexa) quase não chove há 15 anos. No final do ano passado a situação melhorou um pouco, mas não foi possível recuperar as colheitas, que deverão atingir no máximo três mil toneladas, ou seja apenas 75% dos totais registrados nos cinco anos anteriores. Com isso, a FAO prevê que essa ex-colônia portuguesa, um arquipélago no Atlântico, vai precisar receber do exterior 65 mil toneladas de cereais.

Costa do Marfim, Gana, Togo e Benin não vivem uma situação tão dramática quanto os demais países da África Ocidental. Nestas quatro nações choveu razoavelmente no segundo semestre de 84, depois de uma aguda estiagem no período 82/83. A Costa do Marfim tem a sua agricultura dominada pelos cultivos de exportação (café, cacau e madeiras em bruto), mas nos últimos meses a produção de comida para consumo interno aumentou em 7%, embora o país não seja mais auto-suficiente em arroz. Gana, somente agora, começa a se recuperar da crise provocada pelo fim de enormes plantações de cacau, o que desequilibrava violentamente o seu balanço de pagamentos, tornando necessário reduzir a importação de alimentos. A área destinada à agricultura de consumo aumentou apesar da seca, mas os esforços do presidente Jerry Rawlings para reduzir a escassez de alimentos foram anulados pelo retorno de quase um milhão de ganenses que viviam na Nigéria e que foram expulsos do país em 83.

O mesmo fenômeno afetou também os estoques de alimentos no Togo e Benin, onde as reservas não foram suficientes para atender os imigrantes expulsos da Nigéria. Em Gana, Togo e Benin as previsões agrícolas para 85 são otimistas, o que significa que a situação não vai piorar, mas mesmo assim será necessária a importação de mandioca e sorgo.

Na Guiné, as boas condições climáticas no sul foram neutralizadas pela queda da safra agrícola no norte. Com isso, o país vai enfrentar em 85 o sexto ano consecutivo de declínio na produção alimentar per capita. De 69 até hoje, a produção per capita já caiu quase 15%, o que obrigará a Guiné a importar 65 mil toneladas de cereais para satisfazer as necessidades nacionais, aumentadas pelo retorno de quase 150 mil exilados que começaram a voltar desde o golpe de abril do ano passado. Em compensação, na vizinha Guiné-Bissau, a produção agrícola voltou ao normal, com o aumento da área destinada à agricultura de auto-subsistência, mas o setor exportador continua em crise.

Em Serra Leoa e Libéria não chegou a haver seca nos últimos dois anos, mas os dois países mesmo assim enfrentam problemas de alimentação. A causa é a mudança dos hábitos alimentares provocada pela importação maciça de arroz desde a década de 60. Ambos os países importam em média 100 mil toneladas de arroz por ano, para satisfazer às exigências de um consumo estimulado de fora, graças às facilidades oferecidas no passado por exportadores asiáticos e pelas transnacionais norte-americanas. Tanto em Serra Leoa como na Libéria foram feitas tentativas de criar lavouras de arroz para consumo local, mas as más condições de solo, irrigação e clima fazem com que o rendimento seja de apenas sete toneladas por hectare, enquanto na



Depois de anos de seca, os países da África Meridional começaram a respirar aliviados pelas chuvas ocorridas no final do ano passado

Ásia o rendimento é quatro vezes maior.

A Nigéria é o país mais rico da África Ocidental, graças às suas exportações de petróleo, mas nem por isso está livre de problemas alimentares. A produção de comida per capita caiu 8% desde 1981, segundo a FAO. A seca na região norte contribuiu para desequilibrar a produção interna, reduzindo as exportações de cereais e alimentos para os países vizinhos, ao mesmo tempo em que o contínuo fluxo de mão-de-obra do campo para a cidade contribuiu para reduzir a produtividade nas áreas mais férteis. A facilidade de créditos junto aos bancos europeus e norte-americanos serviu na década de 70 para aumentar o número de grandes fazendas com produção voltada para a exportação, o que representou um forte desestímulo para a agricultura de auto-abastecimento.

África Austral

Depois de quase três anos de seca, os países da parte meridional da África começaram a respirar aliviados a partir de novembro do ano passado, graças às chuvas que se prolongaram por janeiro e fevereiro de 85. Mas o alívio foi apenas temporário, e em alguns casos como em Moçambique, acabou se transformando rapidamente numa nova tragédia, a das enchentes. Seis países da África Austral foram incluídos no ano passado na lista das nações em dificuldades alimentares, organizada pela FAO. No total, mesmo depois das chuvas, eles necessitam ainda de dois milhões de toneladas de alimentos para contrabalançar os efeitos da longa estiagem.

A situação mais difícil é a de Moçambique, onde existem cerca de 2,5 milhões de pessoas sub-

nutridas, das quais 100 mil morreram no ano passado de fome e doenças. A longa seca, somada à sabotagem de grupos terroristas apoiados pela África do Sul, agravou as dificuldades de autoabastecimento (ver matéria sobre Moçambique), fazendo com que o país passasse a depender de ajuda externa para alimentar a maioria de seus habitantes. No ano passado, a comida vinda de fora cobriu apenas 58% das necessidades locais, porém impediu que o país enfrentasse um desastre alimentar de consequências trágicas.

Em 85, as previsões são mais otimistas, mas tudo dependerá ainda de uma avaliação dos efeitos das enchentes que atingiram o sul do país nas primeiras semanas de abril. Em dezembro, quando as chuvas chegaram, mais de mil toneladas de sementes foram plantadas nas áreas férteis. Depois das últimas inundações acredita-se que 20% destes cultivos tenham sido perdidos, fazendo com que Moçambique ainda necessite de quase 350 mil toneladas de alimentos para o resto do ano.

Zâmbia foi o segundo país mais atingido pela longa seca na África Austral. A produção de cereais caiu em 60 mil toneladas e para este ano está prevista a necessidade de importar 200 mil toneladas, das quais cerca de 160 mil já estão asseguradas. A produção agrícola per capita caiu em 6% pelo quarto ano consecutivo, agravando as dificuldades econômicas do país, que está renegociando débitos não pagos junto ao FMI e encontra enormes dificuldades para destinar recursos para a agricultura de auto-subsistência. O Fundo só está disposto a reescalonar os débitos, se o governo de Lusaka concentrar seus esforços na reorganização da exploração do cobre, em vez de atender à difícil situação na agricultura.

DORIMPLA



A seca também atingiu Angola, cuja produção agrícola caiu 7% no ano passado

Botsuana, que é um dos principais fornecedores de carne da África Austral, também sofreu uma violenta queda na sua produção agrícola. As safras foram 30% menores do que nos anos anteriores, o que obrigou o governo a importar 150 mil toneladas de alimentos. Segundo as Nações Unidas, 31% das crianças com menos de 5 anos estão subnutridas, um total que representa um acréscimo de quase 25% em relação aos índices verificados no país pela Organização Mundial da Saúde, desde o início da década de 80.

A seca atingiu também Angola, cuja produção agrícola caiu em 7% no ano passado. Nas áreas mais atingidas, a redução das colheitas chegou a ser de 50%, como no caso da mandioca, arroz e milho. As dificuldades climáticas se somaram à ação dos grupos armados apoiados pela África do Sul, que passaram a sabotar sistematicamente os esforços do governo de Luanda em garantir o suprimento de comida às populações mais afetadas pela escassez de chuva. O fato de exportar petróleo permitirá a Angola financiar até dois-terços de suas importações de alimentos previstas para 85, mas mesmo assim o país necessitará de 83 mil toneladas de doativos, 71 mil das quais já estão garantidas.

O pequeno reino do Lesoto, encravado dentro da África do Sul, teve uma queda de 8% na produção agrícola em relação aos anos normais. As colheitas não passaram de 140 mil toneladas de grãos, fazendo com que a necessidade de ajuda alimentar atingisse um total de 60 mil toneladas. Para 85, as previsões são de que a safra volte a crescer, sem que se saiba ainda se ela irá ou não atingir os índices habituais. Os levantamentos iniciais feitos logo após os recentes temporais seguidos de inundações, indicaram perdas de até 50% das lavouras nas partes mais baixas do reino.

Em março, a FAO retirou o Zimbábue, Malawi e Suazilândia da lista dos países mais atingidos pela seca. A volta das chuvas reverteu a situação agrícola permitindo que no Zimbábue e no Malawi surgissem até excedentes agrícolas exportáveis. O Malawi sofreu poucos danos por causa da seca, e a subnutrição apenas marginalmente foi agravada pela escassez de chuvas. O maior problema desse país continua sendo a pobreza estrutural gerada pela desigualdade na distribuição de renda e nas oportunidades econômicas. Já o caso do Zimbábue foi encarado como uma verdadeira reviravolta na situação econômica do país. De um déficit de quase 200 mil toneladas de alimentos, passou para um superávit previsto de aproximadamente 800 mil toneladas, logo que as chuvas voltaram em 1985.

No ano passado, ainda sob o efeito da seca, o governo de Harare foi surpreendido com a comercialização de quase 400 mil toneladas de cereais produzidos por pequenos agricultores, cujas safras não haviam sido previstas pelo Ministério da Agricultura por falta de levantamento estatístico. A maior parte desses pequenos agricultores é formada por ex-guerrilheiros e refugiados que voltaram a cultivar a terra depois de quase oito anos de guerra pela independência. Em 1980 o país passou a ser governado por um regime de maioria negra comprometido com um projeto socialista. Os fazendeiros brancos que continuaram no país mesmo após a independência garantiam uma safra de pouco mais de um milhão de toneladas, enquanto a agricultura comunal assegurava apenas 500 mil toneladas.

Com a volta dos refugiados e ex-guerrilheiros às suas terras de origem, a produção familiar registrou um salto de quase um milhão de toneladas no ano passado, havendo agora a previsão de que ela possa

po
vol
to,

dar
dif
gua
aut
tor
via
sei
do
gue
em
gue
as
dac
des
ção
rali

da
pro
anú
poe
tec
ca,
as
cor
tea



Os problemas agrícolas são comuns a todos os países do continente africano, afetados tanto pelas inclemências climáticas como pela herança de um modo de produção distorcido

atingir até dois milhões em 1985.

A rápida recuperação da agricultura comunal e familiar foi o resultado da política de incentivos fixada pelo governo e da redistribuição de terras, que ainda está em suas primeiras etapas. A reorganização do setor agrícola do Zimbábue fez com que atualmente seja calculado em cerca de 900 mil o número de pequenas unidades rurais existentes no país, cuja produção de cereais era até agora dominada pelos quatro mil fazendeiros brancos possuidores de grandes extensões de terra nas áreas mais férteis. Se os prognósticos de 85 se confirmarem, a safra de milho será usada da seguinte maneira: um-terço para consumo local, outro para exportação e o último para a formação de um estoque estratégico visando futuras quedas de produção. O Zimbábue será assim o primeiro país da África Austral a ter uma reserva de alimentos.

Mesmo sendo considerado o país mais rico do continente, a África do Sul enfrentou graves problemas de fome nos últimos dois anos. Desde 1981 a produção agrícola sul-africana caiu em 35%, o que tornou necessária a importação de 2,7 milhões de toneladas no ano passado. Para 85, se prevê que o déficit vá ficar em torno das 500 mil toneladas. O ônus mais pesado da seca foi transferido para a população negra sul-africana, a principal vítima da política de discriminação racial existente no país. Segundo dados da Fundação Carnegie, de Nova Iorque, um em cada três negros sul-africanos com menos de 13 anos está subnutrido, uma deficiência que já atinge quase três milhões de pessoas. Em 1984, as organizações assistenciais não-governamentais deram ajuda a 600 mil negros sul-africanos cuja sobrevivência estava ameaçada pela fome. Este total é 30% maior do que em 83 e mesmo assim, outras 200 mil pessoas não puderam ser auxiliadas por falta de recursos.

1985 — Maio — no. 78



África Oriental

Sete das 13 nações que fazem parte da África Oriental estão na lista dos "países famintos", elaborada pela FAO. O déficit alimentar global do Burundi, Quênia, Ruanda, Somália, Sudão, Tanzânia e Etiópia é da ordem de 1,5 milhão de toneladas, ou seja, três vezes maior do que no ano passado. A produção de alimentos dessas sete nações caiu para menos de 2,6 milhões de toneladas em 1984, tornando necessária a importação em 1985 de aproximadamente 3,4 milhões de toneladas, o dobro do que importaram no ano passado.

Na Etiópia, Sudão e Somália, a seca provocou a queda da produção agrícola per capita pelo décimo ano consecutivo. A Etiópia por exemplo, em 1974,



O norte da Somália foi muito afetado pela seca

importava 118 mil toneladas de alimentos. Em 1982, ela passou a necessitar de 273 mil toneladas. Já o Sudão quadruplicou a sua importação de comida no mesmo período, chegando a 611 mil toneladas em 1982. E a Somália foi, dos três países, o que registrou o aumento mais espetacular. A importação de alimentos passou de 42 mil toneladas em 1974 para 406 mil toneladas em 1982.

No caso da Etiópia, a colheita de cinco milhões de toneladas em 1984, ficou 1,3 milhão de toneladas abaixo do total de 1983 e 20% aquém da média nos anos 79/82. O país enfrentou um déficit alimentar da ordem de 917 mil toneladas. A fome na Etiópia agravou o precário equilíbrio do Sudão, com a chegada de quase 350 mil refugiados, vindos também do Chade e até mesmo do Zaire. A agricultura sudanesa — fortemente influenciada pela política do Banco Mundial de estimular cultivos de exportação, como o algodão — registrou uma quebra de safra da ordem de 40% no ano passado. Com isso, em 85 o país terá que importar 1,15 milhão de toneladas, quatro quintos das quais terão que ser doados porque não há dinheiro suficiente para pagar pelo sistema comercial normal.

Os somalis não estão numa situação muito melhor. Na última década a região norte do país tem registrado constantes períodos de seca que reduziram pela metade os rebanhos de camelos e ovelhas. A irregularidade das chuvas também prejudicou drasticamente as plantações de banana na região de

Shebele. No sul, o clima não foi tão duro com os agricultores, mas as lavouras que escaparam da seca foram destruídas parcialmente por sucessivas pragas de lagartas. Apesar disso, a colheita de 1984 foi maior do que a de 1983, chegando a 418 mil toneladas, mas mesmo assim a Somália terá que importar em 1985 cerca de 220 mil toneladas de comida para matar a fome dos quase um milhão de refugiados da guerra de Ogaden, que abandonaram o deserto em direção ao sul.

Mas enquanto a Somália ainda não resolveu o problema dos refugiados, a pequena ex-colônia francesa de Djibuti conseguiu mandá-los de volta para a Etiópia e com isso teve aliviado o seu déficit alimentar em 1984. O país ainda sofre os efeitos da seca que matou grande parte do seu rebanho entre 1981 e 1983. Outro país da África Oriental que melhorou a sua situação alimentar foi Uganda, que no final da década de 70 e começo dos anos 80 registrou casos dramáticos de fome em massa, causada não por seca, mas sim por guerras e perseguições políticas. O caso ugandense foi muito provavelmente o único exemplo africano de subnutrição em massa, como no caso da região de Karamoja, onde a causa imediata não foi a falta de comida, mas a impossibilidade de acesso aos alimentos. Em 1984, Uganda registrou excedentes agrícolas que foram suficientes para alimentar a população local e só não renderam bons lucros ao país devido à impossibilidade de transportá-los rápida e seguramente para mercados consumidores.

Em Ruanda, as chuvas de 1983 terminaram antes do tempo e por isso a safra acabou quase perdida. O mesmo fenômeno aconteceu em 1984 quando a colheita foi 50% menor do que no ano anterior, chegando a um total de 250 mil toneladas. Com isso, o país terá que importar em 1985 cerca de 90 mil toneladas, ou seja, três vezes mais do que comprou no exterior em 1983. Na vizinha República do Burundi, o drama é o mesmo. A safra atual foi estimada em 323 mil toneladas, muito abaixo do que o país precisa.

Na Tanzânia, a distribuição irregular das chuvas provocou um fenômeno curioso. No sul, a colheita chegou a 2,5 milhões de toneladas, mas no norte a devastação provocada pela estiagem acabou com a colheita, deixando para todo o país um déficit alimentar da ordem de 430 mil toneladas, o que levou a FAO a colocar outra vez a Tanzânia na lista dos países em situação alimentar crítica (ver matéria "Duas experiências socializantes...").

O Quênia é o país mais rico da África Oriental, mas nem assim escapou da trágica situação agrícola que atingiu os seus vizinhos. Em 1983, o país era um dos poucos na África que produzia suficiente comida para alimentar a sua população. Mas a escassez de chuva reduziu as colheitas de 1984 a um nível nunca atingido nos últimos 50 anos. Em ou-

po
vol
to,

dar
dif
gua
aut
tor
via
seis
do
gue
em
gue
as
dac
des
ção
rali

da
pro
anú
poe
tec
ca,
as
cor
tea

tubro do ano passado as chuvas retornaram, fazendo com que as estimativas para a safra de 1985 voltassem a ser otimistas, havendo previsões de que ela pode chegar a 1,85 milhão de toneladas. Mesmo que este total seja alcançado, o país ficará, no entanto, com um déficit de 900 mil toneladas de cereais, conforme as últimas previsões da FAO.

Para o caso de Comores, Maurício, Seychelles e Madagascar, países situados em ilhas do oceano Índico, o problema da escassez de chuva não chegou a ter consequências drásticas sobre a falta de alimentos. Todos eles são tradicionais importadores de comida, especialmente arroz. Nessas quatro nações africanas a deterioração da situação alimentar é provocada prioritariamente pelos desequilíbrios no comércio exterior, já que eles normalmente exportam produtos cujos preços caíram no mercado internacional, ao mesmo tempo em que têm que pagar preços cada vez mais altos pelo que importam. Madagascar e Seychelles sofreram também os efeitos de pelo menos dois ciclones que atingiram as duas ilhas em 1984 e destruíram grande parte das plantações de banana.

África Central e do Norte

Depois de terminar uma visita de três semanas ao Chade, um dos dirigentes da Unicef não teve a menor dúvida em afirmar: "A fome nessa ex-colônia francesa é a pior da África. Não há nada que possa se comparar ao drama dos chadianos, que apresentam um índice de mortalidade pela subnutrição maior do que na Etiópia e só não ganharam as manchetes de jornais no resto do mundo porque a quantidade de pessoas atingidas pela falta de comida é menor do que no Chifre da África".

O Chade é, na verdade, o caso extremo de fome num continente que paga hoje o preço da exploração colonial e do legado neocolonialista deixado pelas antigas metrópoles. O país reúne quase todas as condições capazes de provocar fome em massa: vive em guerra civil há 18 anos, está localizado na zona desértica do Sahel (que cresce em média três a cinco quilômetros por ano), a agricultura está paralisada pelos conflitos políticos e não há transporte para distribuir a escassa produção das pequenas unidades agrícolas familiares. Como consequência, metade dos 4,5 milhões de habitantes do Chade tem dificuldade para encontrar comida. Desse total, entre 200 mil e um milhão de pessoas recebem por dia apenas 23% do total mínimo de calorias alimentícias estabelecido pela FAO como o indispensável para a sobrevivência.

O Chade colheu em 1984 cerca de 335 mil toneladas de cereais, cerca de 155 mil toneladas a menos do que em 1983. Para 1985 se prevê a necessidade de uma ajuda alimentar da ordem de 320 mil toneladas. Muito dificilmente o país receberá a



A queda da produção agrícola da Etiópia traduziu-se numa drástica redução das colheitas

comida que necessita em quantidade suficiente e a tempo, porque os alimentos têm que percorrer em média mais de três mil quilômetros de estradas péssimas e nem sempre seguras até chegar aos locais de fome crítica. O Chade não tem acesso ao mar, e as previsões mais otimistas afirmam que apenas metade da ajuda necessária chegará até o seu destino.

Os demais países da África Central não registram uma situação tão difícil como o Chade. A República Centro-Africana, depois de sofrer um período de seca aguda em 1983, se recuperou no ano passado e a produção agrícola voltou a crescer. Mas o problema é que o governo centro-africano em vez de favorecer a agricultura de consumo local investiu mais de 70 milhões de dólares recebidos recentemente de bancos estrangeiros na ampliação dos cultivos de exportação, como café e algodão.

Em Camarões, Zaire e Gabão, as reservas de petróleo garantiram o pagamento de importações de alimentos para a população, ao mesmo tempo em que chuvas razoáveis proporcionaram à agricultura familiar um mínimo de condições para a auto-sub-

DEFICIÊNCIAS ALIMENTARES NOS PAÍSES MAIS AFETADOS PELA SECA
(números em milhares de toneladas)

Países	Produção de cereais		Ajuda necessária	Ajuda já garantida	Déficit
	1984	% dos anos anteriores			
Etiópia	5000	80	1500	583	917
Sudão	1650	55	950	566	384
Níger	780	58	475	140	335
Mali	700	73	410	92	318
Burkina Fasso	1100	96	185	17	168
Chade	315	57	280	113	167
Tanzânia	2450	100	256	123	133
Mauritânia	20	41	155	52	103
Moçambique	378	85	500	425	75
Marrocos	3715	96	400	334	66
Quênia	1850	72	425	364	61
Senegal	680	92	120	68	52
Burundi	323	80	65	16	49
Zâmbia	920	95	206	163	43
Ruanda	249	83	63	25	38
Cabo Verde	3	75	60	26	34
Botsuana	8	30	33	19	14
Somália	418	111	150	137	13
Angola	335	93	83	76	7
Zimbábue	1628	80	212	210	2
Lesoto	140	82	61	61	0

Observações:

- 1) dados fornecidos em janeiro de 85 pela FAO;
- 2) na coluna da percentagem dos anos anteriores pode ser avaliada a queda da produção. No caso da Etiópia, segundo a FAO, por exemplo, a produção atingiu apenas 80% da safra de 83, ou seja, houve uma queda de 20%.

sistência de populações no interior. Mas todos os três países, com exceção talvez dos Camarões, podem a qualquer momento voltar a viver dificuldades alimentares porque o equilíbrio no suprimento de comida depende do comportamento dos preços dos produtos exportados, principalmente o petróleo, ou diamantes. Eles não têm condições de se autoabastecerem em alimentos por causa da política oficial de favorecer as importações de cereais.

No norte da África, segundo a FAO, apenas a Líbia e a Tunísia aumentaram a produção per capita de alimentos desde os anos 70, numa percentagem que variou em torno dos 27%. No Egito e no Marrocos, ela caiu em 15% e na Argélia, a produção per capita de comida baixou em 25% em relação aos índices de 1975. No Egito, Marrocos e Tunísia, a média da população consome diariamente uma ração alimentar cujo teor energético está 16% acima do mínimo fixado pela FAO. Na Líbia, o teor médio está 47% acima deste mínimo, enquan-

to na Argélia a média está abaixo. Nenhum deles no entanto registra problemas de fome porque os respectivos governos conseguem rendas suficientes com exportações para pagar a importação de alimentos.

A agricultura familiar, notadamente a dos nômades ou dos pequenos camponeses, contribui com uma boa parcela para o autoabastecimento das regiões rurais, mas nenhum dos cinco países do norte da África é auto-suficiente em alimentos, em termos globais. A médio prazo, além da dependência externa no setor alimentar, os problemas mais sérios para a manutenção de um equilíbrio mínimo no fornecimento de comida são a alta taxa de crescimento demográfico na área (entre 2,7 e 3,1% ao ano) e o acelerado ritmo de urbanização (entre 2,9% no Egito e 8,1% na Líbia), o que até o ano 2000 deve gerar deficiências sérias. (Reportagem baseada em um relatório do *Africa News* - fevereiro/85.)



A introdução de um sistema produtivo na agricultura, baseado no socialismo, é uma experiência difícil e ainda inacabada. Partindo de pontos diferentes, tanzanianos e moçambicanos chegaram à mesma conclusão: não há outro método senão o do erro e acerto

Duas experiências socializantes com camponeses

A herança deixada pelo colonialismo europeu na África foi extremamente pesada não apenas no que se refere à destruição da agricultura tradicional e das reservas de fertilidade do solo ou equilíbrio natural. Nos países do continente onde após a independência assumiram regimes revolucionários de tendência socialista, as opções enfrentadas pelos novos governantes foram de maneira geral muito difíceis. A experiência moçambicana é representativa do tipo de escolha que governos nacionalistas tiveram que fazer na África logo após a conquista do poder.

Com a fuga em massa dos colonos portugueses a partir de 1975, a agricultura moçambicana ficou completamente desestruturada. Nos dois anos seguintes à independência, os colonos de origem europeia passaram de 250 mil para apenas 20 mil. A maioria dos latifúndios foi abandonada, as agroindústrias de capital transnacional foram paralisadas e o circuito de troca da produção agrícola familiar foi interrompido pela fuga dos "cantineiros", os portugueses que faziam o pe-

queno comércio a nível de aldeia ou vilarejo.

A rigor, a única estrutura que ficou de pé foi a da agricultura familiar de auto-subsistência, mas ela estava espalhada por áreas imensas, onde era impossível reorganizar em pouco tempo a produção. O setor social que mais rapidamente sentiu os efeitos da desestruturação da agricultura foi o urbano, já



Após a independência de Moçambique, com a saída dos colonos portugueses, a única estrutura que ficou de pé foi a agricultura de subsistência

que quase todos os alimentos consumidos nas cidades eram produzidos por granjas controladas pelos colonos portugueses, que na hora da fuga chegaram a requintes de destruição de tudo quanto era impossível de ser levado, como metralhar até 20 mil galinhas.

A grande maioria dos novos quadros dirigentes de Moçambique havia se formado politicamente na guerrilha e conhecia em teoria os modelos econômicos da China, União Soviética e outros países socialistas que organizaram a sua agricultura com base na fazenda estatal. A afinidade ideológica e as alianças políticas surgidas na dura luta contra o colonialismo fizeram com que o *know-how* soviético, chinês, coreano, búlgaro, fosse o mais acessível, bem como a tecnologia agrícola destes países. Estas facilidades, somadas ao fato de que o novo governo tinha que alimentar uma considerável população urbana, que era indispensável à montagem da administração revolucionária, fizeram com que os dirigentes da Frelimo optassem prioritariamente pela estratégia da *machamba* estatal (*machamba* é o nome moçambicano para fazenda) e pela importação de alimentos para suprir o déficit alimentar nas cidades.

Mudança de prioridade

As *machambas* estatais como solução para o problema agrícola moçambicano acabaram, no entanto, não dando certo e nem conseguiram resolver o déficit de alimentos. Além de exigirem um complicado mecanismo burocrático para funcionar, elas esbarraram no problema da carência de mão-de-obra nas épocas de plantio e colheita (pois os camponeses preferem trabalhar na sua própria terra), bem como nos problemas de comercialização. No período colonial não faltava mão-de-obra porque os colonos e as transnacionais usavam o sistema de trabalho forçado, o *chibalo*, para satisfazer as suas necessidades sazonais. E a comercialização era garantida pelas conexões internacionais do colonialismo. Como tanto o *chibalo* quanto a exploração externa foram eliminados após a independência, a grande unidade agrícola estatal acabou pagando o preço da emergência econômica.

A partir de 1978, a Frelimo manteve as fazendas estatais que se mostraram produtivas (foram poucas) e passou a dar ênfase às média e pequena

propriedades e às pequenas cooperativas. A correção de rumo poderia ter dado resultados positivos em condições de normalidade. Porém, o país já atravessava uma conjuntura especialmente difícil, na qual o clima da guerra gerado pelos ataques sul-africanos e as sabotagens dos grupos contrarrevolucionários financiados por Pretória passaram a ter um papel predominante.

Se a circulação de bens e produtos agrícolas já era complicada pela precariedade dos circuitos de comercialização, ela chegou à beira do colapso com a ação dos bandos armados, apoiados pela África do Sul. O abastecimento das cidades se tornou difícil por causa das sabotagens, mas no interior a situação alimentar não era crítica porque a estrutura familiar de produção continuava funcionando.

O problema do camponês era o sistema de comercialização. O desaparecimento do "cantineiro" português complicou a troca do excedente da produção agrícola familiar, em geral alimentos para consumo, por bens como sal, roupas e equipamentos agrícolas, como arados, enxadas ou pás.

O governo tentou comprar a produção excedente pagando em dinheiro, mas as dificuldades de abastecimento dos produtos essenciais ao camponês acabaram fazendo com que eles passassem a recusar qualquer transação que não envolvesse a troca. Uma parte da produção agrícola familiar chegava, no entanto, ao mercado consumidor urbano através da "candonga" (o mercado negro), por meio da qual o camponês trocava verduras, carne ou ovos por farinha, sal e tecidos, ou recebia moeda estrangeira com a qual ele poderia ir nas lojas francas comprar produtos importados. Esta situação ficou pior com a seca que começou em 81 e durou até o final do ano passado, atingindo drasticamente a agricultura familiar que até então havia sobrevivido à guerra, ao boicote estrangeiro e aos desequilíbrios econômicos internos. A fome se tornou dramática e obrigou o governo a adotar soluções heróicas.

As "ujamaa"

Na Tanzânia, uma ex-colônia inglesa na África Oriental, a busca de um equilíbrio alimentar no período pós-independência também não tem sido fácil. Tanto quanto em Moçambique, a Tanzânia tinha sua agricultura dividida na época colonial em dois setores: a familiar e a voltada para o comércio externo, dominada pelos interesses estrangeiros. O lucro das exportações estava assegurado pela baixíssima remuneração da mão-de-obra, e os trabalhadores aguentavam os salários ínfimos porque tinham a sua pequena porção de terra onde cultivavam os seus próprios alimentos. Com a independência em 1961 e com o agravamento dos conflitos



A Frelimo optou prioritariamente pela estratégia da *machamba* estatal e pela importação de alimentos



Ao lançar o movimento das *ujamaa* o governo tanzaniano procurava basicamente a auto-suficiência alimentar

tos entre o governo nacionalista e as empresas estrangeiras, que queriam manter as taxas de exploração da época colonial, o presidente Julius Nyerere lançou a idéia das aldeias comunais, as *ujamaa*, como a grande solução para os problemas agrícolas do país.

A opção pela agricultura comunal foi institucionalizada em janeiro de 1967, com a Declaração de Arusha, na qual o governo tanzaniano proclamou a sua decisão de chegar a uma organização socialista da produção agrícola através da reunião dos camponeses dispersos, em pequenas cooperativas. Oitenta e três por cento das *shambas* (propriedades agrícolas) têm menos de três hectares de área e são cultivadas basicamente por uma mesma família. Estes minifúndios englobam 80% da população do país e produzem 75% de todas as exportações nacionais.

Ao deflagrar o movimento das *ujamaa*, o governo tanzaniano procurava basicamente a auto-suficiência alimentar e a racionalização das atividades agrícolas. O ideal comunitário, uma velha tradição africana, poderia ser rapidamente complementado com benefícios, tais como a ampliação das instalações sanitárias, escolares e assistenciais, cuja realização era impossível se os camponeses vivessem espalhados por uma área muito extensa.

Dificuldades do novo projeto

Além das vantagens práticas, as *ujamaa* tinham um objetivo ideológico, o de criar uma sociedade comunitária. Mas o projeto de Nyerere teve que ser aplicado de cima para baixo, através de uma ampla mobilização dos quadros políticos do partido único Tanu (União Nacional Africana da Tanganica). Não havia outra opção, na medida em que o país se tornara independente havia apenas cinco anos (1961) e a massa dos camponeses ainda não estava incorporada ao esforço de reconstrução nacional. Nas *shambas* familiares predominava o individualismo.

A ação governamental acabou se chocando com a velha resistência dos camponeses contra as interferências externas, muito comuns na época colonial, quando primeiro os alemães e depois os ingleses usaram a força para impor cultivos e preços. Além da resistência individualista dos camponeses, o projeto das *ujamaa* gerou um acelerado aumento da burocracia urbana, num país onde as oportunidades de emprego eram poucas face ao atraso econômico e onde o rápido crescimento demográfico jogou no mercado de trabalho um grande número de jovens. A soma destes dois fatores fez com que de janeiro de 67 a maio de 69 apenas 400 aldeias *ujamaa* fossem criadas.

A lentidão levou o governo a intensificar a sua ação, usando pressões para forçar a aglomeração de camponeses em aldeias comunitárias. No final de 1971, o número de *ujamaa* subiu para quase 4.500, mas a produção agrícola não cresceu na mesma proporção e a escassez de alimentos foi agravada pelo início de uma longa seca e pela redução acentuada das divisas necessárias para a importação de cereais.

Em 1973, o governo tanzaniano tornou compulsória a formação de vilas agrícolas, ampliando ainda mais o alcance das *ujamaa*. Além disso, começou um programa de remoção em massa de camponeses para as novas vilas, num movimento que envolveu cerca de dez milhões de pessoas. Foi um dos maiores deslocamentos populacionais já registrados na África, e que paradoxalmente aconteceu sem provocar rebeliões ou levantes, comuns em outros países. Foi também a tentativa mais profunda de tentar mudar a forma de organização da produção entre os pequenos camponeses.

O novo projeto, no entanto, coincidiu com o agravamento da seca e com a profunda desorganização do comércio externo da Tanzânia, em consequência da alta dos preços do petróleo. As dificuldades adicionais reduziram de 15 para 12,5% o total de investimentos na agricultura e os créditos aos pequenos agricultores caíram de 6,7 para 5,2%

terceiro mundo - 41



Em Moçambique, a mudança de rumo da agricultura poderia ter resultado em condições normais

no orçamento do *Tanzania Rural Development Bank*. No mesmo período, o governo passou a dar mais ênfase para as fazendas estatais, cuja área foi duplicada entre 79 e 81, como parte do esforço para garantir os cultivos de exportação e o reequilíbrio do debilitado balanço de pagamentos. O governo encabeçado por Julius Nyerere, de certa forma, percorreu o caminho inverso de Moçambique, saindo da propriedade comunal para a *shamba* estatal.

A experiência de reorganização da produção agrícola na Tanzânia já tem 19 anos. Ela ainda não conseguiu resolver os problemas alimentares do país, que continua na lista crítica da FAO, e nem afastou definitivamente o fantasma da fome em massa. Os resultados econômicos do projeto das *ujamaa* estão aquém do esperado por Nyerere, mas no campo social os resultados foram significativos. A concentração do esforço educacional em aldeias permitiu que a alfabetização alcançasse os 70%, uma das três mais altas da África; que 45% da população tenha acesso a suprimentos de água potável; que exista uma enfermeira para cada 3.080 pessoas (antes da independência a proporção era de uma para cada 10.330 habitantes) e que funcionasse um completo sistema de assistência à velhice.

42 - terceiro mundo



A experiência tanzaniana — que já tem 19 anos — teve resultados significativos na área social

Em maior ou menor escala, países como Angola, Etiópia, Benin, Congo, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Gana, Burkina Fasso, Madagascar e Zimbábue viveram ou ainda vivem experiências semelhantes às de Moçambique e Tanzânia. Na verdade, a herança deixada pelo colonialismo em muitos casos tornou impossível a manutenção do esquema capitalista de exploração da agricultura, uma vez que os europeus deixaram uma estrutura que só poderia funcionar na base da dependência externa e numa determinada fase das relações comerciais no ocidente.

A opção por uma via não capitalista foi assim para quase todos eles uma necessidade gerada pela existência de enormes contingentes populacionais sem comida, sem trabalho e marginalizados da vida econômica. Mas a opção socialista trouxe consigo a necessidade de criar modelos próprios, já que no resto do mundo todas as experiências aconteceram em realidades específicas muito diferentes das africanas.

A busca de soluções inovadoras ganhou características dramáticas no momento em que os países africanos tiveram que mexer prioritariamente na estrutura agrícola. Em todas as experiências socialistas do mundo esse setor produtivo sempre foi o mais difícil, justamente porque afeta a alimentação popular. E mais: mexe com os hábitos seculares da população camponesa, cuja cultura e tradições individualistas não são facilmente alteráveis, mesmo quando os objetivos perseguidos sejam a melhoria no seu nível de vida e na sua educação e o seu engajamento num processo de mudança, do qual ela será uma das principais beneficiárias.

Assim, a ausência de industrialização, o crescimento demográfico acelerado e a deterioração das relações de troca externas, acompanhadas não raro de bloqueios e manobras desestabilizadoras, fizeram com que a agricultura se transformasse no "nó górdio" dos governos africanos que se definiram pelo socialismo.

po
vo
to,

da
dit
gu
au
to
via
sei
do
gu
em
gu
as
da
de
ça
ral

da
pr
an
po
te
ca
as
co
te

94

B. Bissio

B. Bissio



Cabo Verde, um dos países do Sahel que mais tem sofrido com a seca consegue, no entanto, elevar o nível de vida da população e evitar a fome. O segredo é a reorganização da agricultura

Construir um país, gota a gota, pedra a pedra

Carlos Pinto Santos

Poucos países africanos chegaram à independência tão desprovidos de recursos naturais e com um meio-ambiente tão degradado como Cabo Verde. Em 1975, o abandono em que a administração colonial deixara as nove ilhas agrestes perdidas no meio do Atlântico, assumira dimensões tais que a antiga colônia portuguesa corria o risco de se tornar inviável como terra habitável, caso a independência tivesse demorado 20 anos, confessou um dia o ministro e poeta cabo-verdiano Corsino Fortes.

Localizado no prolongamento do Sahel, Cabo Verde é dos países da região que desde 1968 mais tem sofrido os efeitos devastadores da grande seca. E quando as chuvas, raramente, interrompem a estiagem, elas vêm tão violentas que arrastam colheitas, gado, casas e gente, deixando uma trilha de destruição e morte com enormes prejuízos materiais.

No entanto, este país integrado no grupo dos 36 mais pobres do mundo é uma exceção na África não-exportadora de petróleo, já que nele se registra uma evolução do produto per capita e uma

elevação do nível de vida da população. Um país que oito anos após a independência, reduziu a taxa de mortalidade infantil de 108 por mil para 60 por mil e que tem como previsão eliminar o analfabetismo até o fim do século. País do flagelo da seca, onde não há óbitos por fome, apesar de existir ainda subnutrição.



Os esforços do governo para combater a seca deram resultados: no país não há óbitos por fome, apesar de ainda existir a subnutrição

Pragmatismo político

Vários fatores contribuem para esta situação: estabilidade política, inconformismo e tenacidade intrínsecas ao povo cabo-verdiano, capacidade de gestão do Estado, prática de uma política econô-

terceiro mundo - 43



Contrariar o avanço do deserto e combater a erosão implica orientar recursos em infra-estruturas que favoreçam a agricultura

mica interna e externa correta, administração criteriosa dos recursos financeiros.

O reconhecido pragmatismo dos governantes cabo-verdianos vai desde terem mantido a utilização da ilha do Sal pela aviação sul-africana — compensando as críticas levantadas no continente com as vantagens econômicas derivadas dessa decisão, que mais tarde permitiu colocarem-se como ponto de ligação nas conversações entre Luanda, Pretória e Washington —, até estabelecerem relações políticas e de cooperação econômica em todas as latitudes.

Não possuindo condições reais para dispensar a ajuda internacional, o governo da Praia, que afirma ter a pretensão de ser um país modelo na utilização dessa solidariedade, orienta os seus benefícios para cobrir situações de emergência, quase anualmente presentes, mas sobretudo para criar condições de uma política de desenvolvimento.

Essa política passa, em primeira instância, pela “viabilização” de um território que tem apenas 36.800 hectares cultiváveis num total de 400 mil.

Barrar o avanço do deserto, combater a erosão, captar águas subterrâneas, evitar o arrastamento de terras, reter as chuvas, implica orientar em ampla medida trabalho e recursos na criação de infra-estruturas que possibilitem projetos na agricultura, na indústria e no campo social, traçados de forma extremamente rigorosa.

Milhões de acácias plantadas

Decorrida uma década de vida como nação livre e apesar do agravamento da seca, os resultados desse esforço começam a dar frutos.

Com um território onde frequentemente o olhar se perde até encontrar um tufo de vegetação, Cabo Verde tem agora mais sete milhões de árvores. O objetivo das campanhas de arborização, nem

sempre cumprido por ausência total de chuvas, é plantar 3.500 hectares de acácias americanas anuais (espécie escolhida pela sua capacidade de resistência à aridez, vingando em cerca de 85% dos casos), área que corresponde a um milhão e meio de árvores.

Utilizando palavras-de-ordem do tipo “Vestir Cabo Verde de verde”, o governo mobiliza a população para a arborização e leva a cabo, simultaneamente, ações de conscientização para proteção das árvores, em um povo habituado durante séculos a usar a madeira como única fonte de energia doméstica. Isso, porém, não impede ainda um consumo diário de 200 toneladas de lenha, cortada não se sabe bem de onde, cujo quilograma se vende ao preço da carne e é três vezes mais caro que o arroz.

Muros de sustentação de terras e diques de retenção de águas juntam-se aos pequenos bosques de árvores curvadas pelo vento na transformação lenta, mas persistente, da paisagem cabo-verdiana. Construídos sem meios mecânicos, quilômetros desses muros feitos de pedregulhos empurrados colina acima com a força dos ombros, formam verdadeiros terraços em todas as ilhas para impedir que terras e sementes escorreguem pelos declives.

A busca da água

A captação de águas subterrâneas, dessalinização da água do mar, tratamento de águas de esgotos ou provenientes do consumo doméstico, são outros dos objetivos incluídos com caráter prioritário no Plano Nacional de Desenvolvimento vigente. Por todo o arquipélago já foram realizadas, ou estão em fase de execução, obras para a busca de água que tomam a forma de poços artesianos ou galerias subterrâneas cavadas na rocha.

Em ilhas como S. Vicente, centro da incipiente indústria cabo-verdiana, ou no Sal, a água só é obtida através de dispendiosos processos de dessalinização e encaminhada para os povoados (a agricultura nestas ilhas é virtualmente impossível) em canalizações enterradas no solo rochoso. Em outras, como S. Nicolau, Brava e Fogo, a água vem de lençóis subterrâneos detectados em todo o território por estudos geológicos já efetuados.

Nesta última ilha; citando um exemplo entre outros, a água detectada no subsolo é elevada 300 metros acima, através de um sistema de bombeamento que a faz passar por três depósitos. Este empreendimento permitiu criar 17 hectares de terra irrigada numa zona de aridez total e abastecer pequenos povoados situados a 800 metros de altitude, que recebem a água por mais outros três depósitos de bombeamento.

Com 40% de camponeses sem terra própria, uma taxa de subutilização da força de trabalho (desemprego e subemprego) da ordem dos 45%,

Cabo Verde inicia agora uma reforma agrária, cuidadosa e demoradamente elaborada, que limita a um hectare de terra irrigada e a cinco hectares de sequeiro (terreno seco) às propriedades indiretamente exploradas, excluindo as pertencentes a emigrantes.

Segundo os cálculos do Plano de Desenvolvimento, a reforma agrária e as transformações da infraestrutura no campo deverão ampliar até o fim do século os atuais 1.800 hectares para cerca de 8.400 hectares. Com o setor industrial, considerado o "futuro motor do desenvolvimento econômico", contribuindo com menos de 10% na formação do Produto Interno Bruto, a agricultura e a pesca (22% do PIB) representam a quase totalidade das exportações cabo-verdianas (peixe fresco, banana, lagosta viva e atum em conserva), que não chegam a cobrir 10% das importações. Este enorme déficit da balança comercial é compensado pelas remessas de divisas de cerca de meio milhão de emigrantes e pela ajuda externa, que têm permitido um saldo positivo do balanço de pagamentos.

A degradação do ecossistema rural causada por longos anos de seca obriga os cabo-verdianos a modificarem o seu modo de vida e hábitos alimentares.

Com o alimento básico da população, o milho, em permanente déficit, o governo e técnicos agrícolas procuram lentamente persuadir o camponês a semear outros produtos, como o feijão, possuidores de melhores condições de adaptação ao clima, para aliviar o excessivo peso desse grão na pauta das importações. Mas enquanto essa reconversão dos hábitos alimentares não se processa, Cabo Verde vê-se compelido a importar todos os anos, ou a receber de países e organizações doadoras, mais de 30 mil toneladas de milho.

Energia renovável

Sem reservas minerais no seu subsolo, Cabo Verde iniciou nos últimos anos a exploração de energias renováveis, como a eólica e a solar, dirigidas para o bombeamento, dessalinização da água e mesmo para a produção de eletricidade. Por outro lado, funciona há dois anos, na ilha de Santiago, um centro de biogás integrado numa unidade pecuária estatal de criação de porcos. A matéria orgânica recolhida produzirá suficiente gás metano para bombear água destinada a irrigar uma plantação de bananas, iluminar a pocilga, fornecer eletricidade ao matadouro e à charcutaria, também integradas nessa unidade agrícola pública.

Cooperação internacional diversificada

"Um pequeno país que não teve luta armada de libertação tinha de se impor pela honestidade, prudência e bom senso". A afirmação é do primei-

ro-ministro Pedro Pires, proferida em uma entrevista a *cadernos*, e traduz a prática do governo cabo-verdiano no campo da cooperação internacional.

País pequeno com necessidades em valores absolutos mínimas, Cabo Verde capitaliza o prestígio internacional conquistado, na angariação de financiamentos que concretizam os projetos de desenvolvimento. A cooperação chega ao país vinda de todos os quadrantes geográficos e políticos. Lendo os jornais da Praia ao longo de 1984, verifica-se, por exemplo, que Cabo Verde recebeu medicamentos e equipamento farmacêutico do Japão, um navio atuneiro da Islândia, instrumentos agrícolas da República Popular da Coreia, ajuda alimentar de emergência dos Estados Unidos e da União Soviética, constrói o Palácio da Assembleia Popular com assistência chinesa, uma central de dessalinização com os holandeses e uma fábrica de biogás com os belgas; é presenteado com material e equipamento escolar pela fundação portuguesa Calouste Gulbenkian, alimentos vindos da organização sueca Sida etc.



A seca obrigou os cabo-verdianos a modificarem os seus hábitos alimentares

Exemplo de um estilo de cooperação que, segundo a filosofia política dos governantes cabo-verdianos, não deve ser encarada por um ângulo excessivamente moralista e com caráter de dádiva (os alimentos oferecidos são vendidos a baixos preços para evitar a propagação da "mentalidade de assistido" na população). Trata-se sobretudo de um investimento em que países desenvolvidos e subdesenvolvidos comungam no desejo de atingirem o mesmo objetivo e em que fiquem salvaguardadas tentações de ingerências e laços de dependência.

O povo do Estado do Rio de Janeiro, por suas autoridades públicas, representativas dos poderes constitucionais, vem expressar o profundo pesar pela perda irreparável que representa o falecimento do Presidente Tancredo Neves, em quem toda a Nação brasileira depositava as maiores esperanças, para concretização de seus anseios de Democracia, Liberdade, Justiça Social e Independência.

Devemos manter acesa a nossa fé em que o sacrifício do Presidente Tancredo Neves não tenha sido em vão, e que o sofrimento e a angústia, que nos unem neste momento de dor, venham a ser permanente inspiração para que se dê continuidade à sua obra política, profundamente comprometida com o progresso do País e a felicidade de nosso povo.

Nós todos, agora, devemos enfrentar o desafio do futuro com a mesma confiança e a mesma esperança que ele possuía nos destinos de nosso povo. Porque, foi ele quem afirmou que *só há dignidade para um povo quando é ele próprio, e mais ninguém, quem decide sobre seu destino.*

Engenheiro Leonel Brizola
GOVERNADOR DO ESTADO

Desembargador Paulo Dourado de Gusmão
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Deputado Eduardo Chuahy
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

América Latina

Brasil

O problema da legitimidade do poder

Sem um sólido respaldo político, parlamentar e popular, não será possível ao novo governo enfrentar a crise. E isso só se consegue com eleições livres e diretas

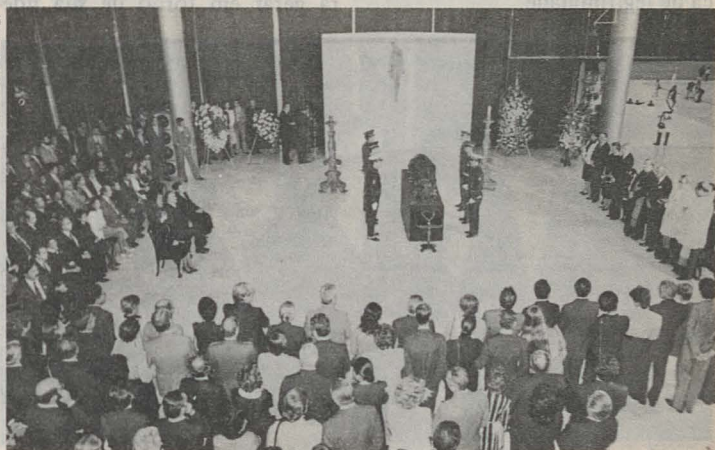
Neiva Moreira

A morte do presidente Tancredo Neves priva o país de um líder de expressão histórica. Não é fácil no Brasil atuar meio século na vida pública, no governo e na oposição — como o fez Tancredo — e manter-se não apenas íntegro e fiel às suas idéias, mas respeitado por todos. O presidente Neves não foi um revolucionário, sua visão do processo político não era a de um marxista, nem tampouco a de um socialista.

Suas posições, muitas delas conservadoras, estavam longe, no entanto, de ser as de um reacionário. O presidente morto não aceitava os princípios da luta de classes, que se chocavam com a sua interpretação da solidariedade religiosa, e procurava conduzir os conflitos sociais às soluções negociadas, expressão pública do seu espírito conciliador.

O fundamental nessa sua filosofia é que quando recorria à conciliação, ele sempre tomava como ponto de partida, para suas decisões, os interesses nacionais e populares.

No efêmero governo Parlamentarista (1961-1962) presidido por ele — como deputado, acompanhei de perto — vimos como ele atuava. Quando as nos-



As honras fúnebres em memória do presidente Tancredo Neves (Brasília)

sas posições se radicalizavam — como consequência do endurecimento das posições dos adversários — Tancredo tinha uma palavra conciliadora, mas na hora da decisão, se inclinava sempre para o lado dos interesses do Brasil e do seu povo.

O presidente morto tinha seus métodos de ação que estavam ligados aos estilos de sua gente de Minas Gerais. Mas ele estava sempre de ouvidos atentos aos movimentos sociais e com a mente aberta aos novos tempos. Quando dizia que “o reatamento das relações diplomáticas com

Cuba escapa à esfera política e é um problema de segurança nacional”, ele frustrava as esperanças do país, que espera ver esse tema colocado em outros termos. Os meios políticos, quase unânimes a favor da normalização das relações com Havana, estavam no entanto certos de que, por dentro, Tancredo já estava, à sua moda, trabalhando nesse sentido, aplacando as resistências sectárias, com a invocação dos nossos interesses econômicos e da tese de que a segurança nacional deve partir da independência diplomática.

A perda de uma liderança

O mesmo ocorria com o Pacto Social. Tancredo o defendia, mas na prática o condicionava, ao dizer que não se podia mais exigir qualquer sacrifício dos trabalhadores. Ora, o que os grandes empresários querem é "paz social" à custa do incremento dos seus lucros.

Essas posições que se poderiam considerar democráticas, populares e nacionalistas, criaram em torno do dr. Tancredo Neves a justa aura da credibilidade e esse era um fator de grande importância num país que, na correta expressão do deputado federal José Eudes, "vive hoje uma enorme crise política de legitimidade".

dr. Tancredo Neves supriam na confiança popular a carência de partidos fortes e de uma organização popular e sindical mais ampla.

O dr. José Sarney era, até há pouco, o líder mais categorizado do regime autoritário no campo partidário. Exerceu sob a ditadura, os postos políticos mais importantes: governador, senador, presidente da Arena, presidente do Partido Democrático Social (PDS) — todos eles criações do regime — membro influente do alto comando político do sistema dominante.

O "caciquismo" transnacional

Mas se isso não bastasse para gerar em torno de sua lide-

delas se beneficiasse, e o Maranhão foi aberto ao capital transnacional numa escala preocupante.

A velha economia rural foi destruída e substituída por novos latifúndios, de natureza empresarial, que nada acrescentaram à economia do estado e lhe criaram um gravíssimo problema social: centenas de milhares de pequenos e médios agricultores foram despejados de suas terras e atirados à periferia da capital, São Luís, e de outras grandes cidades do estado como Bacabal, Caxias, Coroatá, Timon, Codó e outras, formando um explosivo cinturão de miséria.

"Hong-Kong" do norte do Brasil

O Projeto Carajás não resultou nos esperados benefícios para o estado, transformado num enclave exportador, numa Hong Kong do norte do Brasil, com todos os inconvenientes desse tipo de "corredor de exportação".

A maior empresa levada para o Maranhão no bojo desse projeto foi a fábrica de alumínio transnacional *Alcoa*, com enormes privilégios, que praticamente anulam qualquer contribuição que possa dar à economia estatal. Além disso, se constitui num perigo à ecologia da ilha de São Luís pela contaminação derivada das atividades industriais na produção de alumínio, como já aconteceu tragicamente com a mesma transnacional operando na ilha da Jamaica.

O binômio transnacional-grilagem ampliou outro dos flagelos locais: a corrupção. Pessoas comuns e correntes que não ganharam na loteria nem "bamburram" no garimpo de Serra Pelada, tornaram-se fazendeiros, empresários, investidores.

O povo do Maranhão e os que, no país, se informaram dessa situação incluem, prioritariamente, o dr. José Sarney nas responsabilidades diretas e indiretas



O então vice-presidente José Sarney presta juramento perante o Congresso Nacional

O maior problema que se criou para o Brasil com a morte de Tancredo é que o povo se viu subitamente desamparado, envolvido por um profundo ceticismo, quanto ao futuro.

Além das razões que decorrem das posições assumidas pelo presidente morto na sua longa vida política, há uma outra circunstância evidente: o povo perde uma liderança forte e sente que o Brasil cai no vazio.

Num país onde as instituições políticas são historicamente débeis, o carisma, a simpatia humana, a biografia, a coerência do

rança a desconfiança do povo, há outras razões que a justificam. Sarney foi governador do Maranhão e ainda hoje é o seu "cacique" oficialista. Durante todo este período de domínio do estado, a oligarquia que controlava o Maranhão a partir da República Velha foi substituída por outra, de filhos, genros, parentes e aderentes, mais hábil e mais tecnicizada e, também, mais voraz. O estado se beneficiou de grandes verbas públicas, que foram rateadas entre os chefetes políticos e burocratas, sem que o povo



A greve dos metalúrgicos paulistas: "ao governo falta legitimidade para dirigir a crise"

pela situação no seu estado. Hoje, quando o vêem falar em reforma agrária, em justiça social ou em conter as transnacionais, têm justos motivos para descrever.

Na ditadura

No campo político nacional, o panorama não seria diferente. O dr. José Sarney ocupou posições de tal confiança do regime que, de duas uma: ou o fazia por oportunismo ou por adesão sincera. Nas duas hipóteses, o saldo é negativo.

Em todos esses anos de ditadura, as ações, as declarações e os silêncios de Sarney ajudaram a moldar, no julgamento do povo, sua imagem política como a de um dirigente identificado com o sistema dominante, com toda a carga negativa que isso representa. Sua luta contra as eleições diretas foi um momento culminante dessa fidelidade política ao autoritarismo.

Não há dúvida de que a ruptura de Sarney e dos demais dirigentes da Aliança Democrática com o governo, no fim do mandato do general Figueiredo, e a sua adesão a Tancredo Neves foi um fato importante e que influenciou na vitória da oposição no Colégio Eleitoral. Também a sua posição no interinato na presidência foi correta, evitando que

a corrida aos cargos se desencadeasse, com maior fúria, quando o presidente Tancredo Neves ainda estava vivo.

A solução eleitoral

Mas os desafios institucionais e de política de governo serão duros e decisivos nos tempos imediatos. O maior deles é a convocação do povo para uma eleição direta que inclua o presidente e o vice, os congressistas com poderes constituintes, além dos prefeitos das capitais e, possivelmente, os dos municípios e os vereadores.

A data mais indicada seria 15 de novembro de 1986, assegurando, além da legitimação democrática de todos os poderes da República, outra conquista fundamental à nossa estabilidade política, que é a coincidência de mandatos.

Se isso for feito, o atual governo — presidente, ministros e o próprio Congresso — ganhará uma autoridade nova, que lhe permitirá enfrentar com respaldo popular e político os gravíssimos problemas da conjuntura.

A ausência de uma sólida ordenação política e administrativa, reclamada por muitos, inclusive pelo líder do governo no Congresso, o senador Fernando

Henrique Cardoso, as fraturas no seio da coligação situacionista, as resistências no Parlamento, as greves que se alastram, tudo isso pode fazer prever tempos mais difíceis no futuro imediato.

Quando o governo decidir a sua política financeira e revelar como deve encarar o problema da dívida — a externa e a interna —, enfrentar a desordem administrativa e fiscal, a discriminação regional, a inflação e o desemprego, aí sim, terá mexido em casa de marimbondo. Com uma legitimidade contestada, mesmo com bons propósitos, lhe faltarão forças para dominar a crise.

Nesses últimos anos, o povo brasileiro avançou muito em politização e consciência dos interesses nacionais. Também em capacidade de mobilização. Sua presença será um fator importante nos decisivos dias que o país está vivendo.

Com um programa de salvação nacional e de democracia através do voto, o governo poderá superar a terrível herança da ditadura e construir com o povo, as bases de uma democracia estável que não seja a fachada de domínio dos ricos e privilegiados, mas o instrumento das transformações da sociedade brasileira com base na igualdade e na justiça. ●

“A esquerda latino-americana deve se unir”

A dívida externa e a necessidade de pôr fim à injustiça social levam o virtual presidente Alan García a colocar a unidade continental, velha reivindicação do Apra, como o maior desafio do momento

A esmagadora vitória que o candidato aprista obteve — quase 49% dos votos emitidos — nas eleições realizadas no domingo, 15 de março, torna-o virtual presidente do Peru, estando prevista a sua posse para 28 de julho próximo. Seu adversário mais próximo, o atual prefeito de Lima, Alfonso Barrantes, anunciou 10 dias após as eleições a retirada da sua candidatura ao segundo escrutínio, que a Constituição peruana prevê para o caso em que nenhuma das candidaturas supere 50% dos sufrágios. A iniciativa de Barrantes, que como candidato da Esquerda Unida (IU) obteve 22% dos votos, se tornou viável com a aprovação de uma emenda constitucional para evitar essa segunda instância eleitoral em casos como este, em que a diferença de votos entre o primeiro e o segundo dos candidatos mais votados passa de 100%.

Ao anunciar sua decisão de renunciar à sua candidatura em favor do candidato aprista vitorioso, Barrantes afirmou: “A partir de agora o Peru tem um novo presidente e a Esquerda Unida é a nova oposição”.

Uma das consequências mais significativas da recente eleição é

o quase total desaparecimento da direita do cenário político peruano. O situacionismo sofreu uma derrota estrondosa, perdendo quase 40% do eleitorado entre 1980 (ano em que Fernando Belaúnde venceu) e as eleições do mês de março passado, quando obteve o estreito índice de 5% da votação, apenas suficiente para manter o registro eleitoral do partido.

Quanto ao Apra (Aliança Popular Revolucionária America-

na), nunca havia ganhado uma eleição desde que foi fundado no México na década de 20 por Víctor Raúl Haya de la Torre, o principal ideólogo do partido. Concebido inicialmente como um movimento continental, sua plataforma defendia a ruptura do Estado oligárquico, o controle do capital estrangeiro e o estímulo ao desenvolvimento industrial. O partido foi derrotado sucessivamente nas urnas nas décadas de 30 e 40, quando a tumultuada vida política peruana alternava breves momentos de democracia com longos períodos ditatoriais, durante os quais o Apra era condenado à clandestinidade.

O carisma de Alan García

Nas recentes eleições, o Apra venceu por uma ampla margem, em grande medida devido à atraente candidatura de Alan García, um advogado de 35 anos que na secretaria geral imprimiu ao partido um rumo renovador, encaminhando-o na linha social democrata, com uma plataforma que enfatiza a necessidade de consolidar a reforma agrária iniciada pelo general Velasco Alvarado (1968-1975), priorizando



O presidente eleito, Alan García



Na Praça de Armas da cidade andina de Cuzco, o candidato aprista realizou um dos seus maiores comícios

a produção de alimentos.

Ao obter a maioria nas duas câmaras do Congresso, o Apra está em uma posição privilegiada para levar adiante a sua plataforma de governo, mais ainda se se levar em conta que poderão concretizar-se acordos específicos com a bancada da Esquerda Unida, a partir de coincidências programáticas. Será possível assim imprimir uma mudança de rumo à política peruana, atendendo à opção clara do eleitorado que se voltou maciçamente para os candidatos da oposição.

Alan García concedeu em Lima uma entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, realizada por nosso colaborador Cesar Arias Quincot, poucas horas depois da realização das eleições, quando sua vitória se delineava como a tendência preponderante das urnas. Estas são suas principais declarações, marcadas sem dúvida pelos momentos especiais que se viviam quando a entrevista foi realizada.

Quais são os problemas mais urgentes que o próximo governo terá que enfrentar?

— Há dois tipos de problemas: os econômicos, entre os quais se destacam o emprego e a alimentação; e os sociais, como a violência e a corrupção. Insistimos

que nossos problemas são históricos e estruturais, mas assinalamos também que nos últimos cinco anos esta situação tem piorado. A agricultura é cada vez menos produtiva e os migrantes não encontram emprego na cidade. Diante disso é preciso voltar ao primeiro capítulo da história econômica: a agricultura. Também é necessário reforçar a indústria. Apesar de seus vícios e limitações, essa indústria dava emprego e gerava riqueza. A política do regime a fez entrar em colapso diante da concorrência de "um mar" de importações que recebem todos os incentivos do governo.

Defender o não-alinhamento

Um problema que afeta o Peru, o México, o Brasil e a maior parte da América Latina é a dívida. O que o Apra propõe para superar esse desafio continental?

— Nenhum país poderá enfrentar esse problema sozinho. É necessária a união, a solidariedade, do modo como estão entendendo os povos latino-americanos, às vezes com mais lucidez do que seus governantes. Estou convencido de que nos próximos anos a realidade nos obrigará a atuar solidariamente para dar solução ao endividamento externo.



Haya de la Torre: uma linha independente a nível internacional

A unidade continental é um tema já há muito levantado pelo Apra. O que o aprismo pensa fazer nesse campo? Qual será a sua política para a América Latina e o Terceiro Mundo?

— O aprismo pode ser considerado como precursor do não-alinhamento. Em 1927, ano do congresso antiimperialista de Bruxelas, Haya de la Torre esboçou uma linha independente da 3ª Internacional e sua ótica euro-asiática.

Devemos defender a política terceiro-mundista e não-alinhada e dar especial vigor à integração latino-americana, renovando a diplomacia presidencial, agilizando nossos contatos mútuos para

terceiro mundo - 51



Belaúnde Terry e Alfonso Barrantes (acima): dois projetos opostos. Para o primeiro, a destruição do legado de Velasco Alvarado (à direita); para o líder da IU, dar continuidade à sua obra



tratar de coisas concretas que estabeleçam uma relação de solidariedade, um espírito de ação comum frente a nossos graves e comuns problemas.

O Apra se apresentou como uma opção progressista e popular, frente à direita. Mas também houve outra candidatura, a do dr. Barrantes da Esquerda Unida, que ocupava esse espaço. Que semelhanças e diferenças havia entre essas candidaturas?

— O aprismo teve inspiração marxista, mas soube entender as particularidades desta região, em especial os problemas gerados pela ação imperialista. Nossa tarefa era nacional e de democracia avançada.

Não quisemos seguir as mesmas concepções da realidade européia. Aqui temos que enfrentar o imperialismo, convocando vastos setores sociais. A isso deve se somar a necessidade da integração da América Latina e o estímulo ao cooperativismo.

Vejam, durante longas décadas a luta do aprismo foi quase solitária, defendendo esse marxismo "heterodoxo". Pouco

a pouco o eurocomunismo, a social democracia, as experiências revolucionárias do Terceiro Mundo foram superando as primitivas e rígidas concepções socialistas. Contudo, pesa ainda nos marxistas-leninistas uma carga do século 19 e uma epistemologia que nega a liberdade, valor que nós consideramos fundamental.

A esquerda latino-americana deve unir-se

No marxismo peruano, não há tentativas de apontar caminhos próprios?

— Creio que nos anos 30 Haya de la Torre foi o marxista mais importante do Peru. Ora, só Deus e os idiotas não mudam, e diante da realidade, diante dos fatos, muitos marxistas-leninistas estão vendo as coisas com uma perspectiva mais criativa. Penso que a partir daí podemos coincidir. As esquerdas latino-americanas devem unir-se em favor de grandes projetos e creio que o mais importante, e o mais temido pelo imperialismo é a nossa unidade.

O Peru sofre a violência. Por um lado, a do Sendero Luminoso e por outro as violações dos Direitos Humanos por parte do governo, alegando a necessidade de dar uma resposta ao desafio guerrilheiro. Como pensa enfrentar esse problema?

— Nós temos condenado o terrorismo. Mas acreditamos que deve ser enfrentado com moderação, sem cair na "argentinização". Também afirmamos que é necessário mudar o Peru, porque não tem sentido enfrentar o Sendero enquanto se mantém uma situação de injustiça social que alimenta a luta dos senderistas.

Existe uma situação de bloqueio institucional, as instituições do Peru desmoronam. Parece haver, por momentos, um "salve-se quem puder". A legitimidade de um poder popular que nasce das urnas pode ser um ponto de partida para restaurar um correto e democrático sentido da autoridade.

Moratória no fluxo de armas

Como primeira medida para se chegar a um cessar-fogo que propicie a solução negociada, os rebeldes propõem a interrupção do fluxo de armamentos, sujeito a controle internacional

Beatriz Bissio/Maluza Stein

Na qualidade de presidente da Frente Democrática Revolucionária (FDR), o braço político do movimento guerrilheiro salvadorenho, Guillermo Ungo tornou-se um dos principais porta-vozes dos rebeldes a nível internacional. Participou das duas instâncias do diálogo entre o governo de Napoleón Duarte e a FDR-FMLN, também atuando na arena mundial na qualidade de vice-presidente para a América Latina da Internacional Socialista.

Recentemente, Ungo fez uma viagem de caráter privado a vários países sul-americanos. No Rio de Janeiro, ele nos concedeu uma longa entrevista exclusiva, na qual foram abordados os temas mais candentes da conjuntura salvadorenha, as consequências da recente eleição parlamentar em que a Democracia Cristã obteve ampla maioria e a proposta de reinício do diálogo feita pela FDR-FMLN e, em princípio, recusada por Duarte. Estas foram as suas principais declarações:

• A situação militar

“A FMLN está em vantagem, embora ainda seja insuficiente para definir o conflito em termos militares, a curto

prazo. Uma prolongação da guerra — que dará à FMLN melhores posições militares — tem um alto custo econômico, humano e político.

“A guerrilha derrotou batalhões do exército e, em compensação, o exército não pôde derrotar nem mesmo uma unidade básica da guerrilha.”

• A estratégia norte-americana

“Para não se envolver direta e maciçamente na guerra, os Estados Unidos estão manipulando uma estratégia a médio e longo

prazos com um conflito de pequena intensidade, que não exija uma definição a curto prazo. Mas essa estratégia está exigindo deles maiores recursos a cada dia, uma escalada no apoio militar. Se não for assim, fracassam.

“Por essa razão, o governo salvadorenho recebeu mais de um bilhão de dólares em cinco anos, sendo uma terça parte estritamente como ajuda militar e o restante para objetivos que acabam reforçando o aparelho militar.

“Tão logo fique evidente a inviabilidade dessa estratégia, a administração republicana vai ter de agir por conta própria. Ou se não, vai ter de começar a procurar uma solução política. Neste momento, a guerrilha está causando entre 400 e 500 baixas mensais ao exército, entre mortos e feridos. É um desgaste difícil de se repor e que vai implicar a implantação de uma nova lei de recrutamento forçado, mais coercitiva que a anterior.”

• O papel de Duarte

“O presidente representa um papel ambivalente. É e pode ser no futuro a melhor cartada de Reagan para sua estratégia



Ungo: “Uma prolongação da guerra tem um alto custo político”



A igreja de La Palma, sede do histórico diálogo entre Duarte e a FMLN

de uma solução militar. Mas, ao mesmo tempo, temos de reconhecer que ele tem seus próprios interesses, assim como a Democracia Cristã internacional também tem. Aí está a ambivalência de Duarte; ele pode ser o homem que, segundo as circunstâncias, favoreça a invasão norte-americana, ou, ao contrário, pode fortalecer o processo da negociação e do diálogo.

“Por isso, nós não somos nem otimistas nem pessimistas. Temos que deixar que os acontecimentos se desenrolem e procurar contribuir para que Duarte tenha um papel construtivo.”

● Os resultados de La Palma e Ayagualo¹

“Pressionados por Duarte, a administração Reagan, o alto comando militar e certos setores da direita moderada — que normalmente vão atrás do exército — foram ao diálogo, embora sem entusiasmo.

“Os resultados de La Palma,

mesmo modestos, foram positivos. Esse primeiro diálogo supôs um compromisso de ambas as partes e deveria ter conduzido a um outro mais amplo. O comunicado diz que ‘o diálogo é responsabilidade de todos’. Se deveria abri-lo aos setores sociais, econômicos, religiosos, culturais e políticos. Foi constituída uma comissão conjunta que devia dar continuidade ao diálogo. Por isso, a ultra-direita começa a atacá-lo. E o exército e Reagan também. Proclamam ‘diálogo, sim’, mas na prática agem de acordo com a palavra-de-ordem ‘negociações, não’.

“Aparece, porém, um elemento novo: o diálogo passa a ser conduzido pelo povo. De forma incipiente, ainda, mas é um fato que não pode ser desconhecido pelo governo. Duarte usou-o como bandeira eleitoral, apresentando-se como o único interlocutor possível depois das eleições. Agora, com a vitória da Democracia Cristã, já não lhe restam mais pretextos para continuar congelando o diálogo.”

“Sem resultados concretos, o diálogo rapidamente se desgasta. O povo o considera de

vida ou morte. Por isso, nosso primeiro objetivo atualmente é conseguir uma terceira reunião, mas com resultados concretos. Propusemos, imediatamente depois das eleições, uma reunião no departamento de Morazán, que deveria ter se realizado a 21 de abril. A proposta foi levada a Duarte pelo mediador do conflito, o bispo de San Salvador, d. Rivera y Damas.

“O presidente rechaçou nossa proposta por considerá-la ‘prematura’ mas se comunicou conosco através dos meios de comunicação e não pelo mediador, como caberia. É negativo que Duarte confunda o papel de Rivera y Damas. Ele o está transformando de fato em um mensageiro e não em um intermediário, que deve transmitir posições e propostas e ao mesmo tempo elaborar novas fórmulas que contribuam para o desenvolvimento do diálogo.”

● As propostas concretas da FMLN

“Se o diálogo for em frente, nós proporemos em primeiro lugar a humanização da guerra. Todo o mundo a reclama, desde organismos internacionais como a ONU até a opinião pública mundial. Em segundo lugar, proporemos a redução da sabotagem. Não é possível que se exija só da FMLN o cumprimento daquilo que foi estabelecido por acordo.

“O exército pratica a sabotagem de uma forma desumana, não para atingir alvos estratégicos diretamente vinculados à guerra ou à oligarquia, como buscam as operações de sabotagem da FMLN. O exército dirige suas ações principalmente contra os segmentos sociais mais pobres, com a destruição maciça das colheitas e bombardeios sobre a população civil e seu habitat.

“Também pretendemos garantir avanços no terreno político

¹ La Palma e Ayagualo são as duas localidades onde ocorreu o diálogo entre o governo salvadorense e os guerrilheiros.

co. Duarte afirma que em El Salvador há democracia. Como pode haver democracia em um país onde o terrorismo é praticado em escala maciça? Onde há cinco anos vigora a suspensão das garantias individuais? Onde estamos em estado de sítio? (Que, além disso, vigora só para nós, porque a direita goza de todas as liberdades.)

“Por último, pretendemos conseguir acordos no plano estritamente militar. O presidente afirmou que quer nacionalizar o conflito. Estamos de acordo. Mas para Duarte, nacionalizar o conflito significa rejeitar a presença de testemunhas internacionais. Isso nos parece mesquinho e falso. Ele sabe que as testemunhas internacionais não substituem as partes e servem para dar maior seriedade e credibilidade e para que haja jogo limpo.

“Nós propomos a nacionalização do diálogo através de uma moratória no fluxo logístico de armas, de ambos os lados, sujeita a controle internacional.

“Reagan baseia toda a sua política de agressão à Nicarágua em uma suposta ‘exportação de sua revolução’ a El Salvador, apoiando logisticamente a FMLN. Fazemos uma prova, submetamo-nos ambas as partes a uma moratória no fluxo de armas. Isso nacionalizará o diálogo e ao mesmo tempo daria uma maior contribuição para levar ambas as partes à mesa de negociações.”

● A proposta de Duarte

“O que o presidente propôs foi uma rendição com perdão. É uma proposta simplista, um jogo de aparências. Propõe que entreguemos as armas mas em troca de um falso perdão. Nós estamos ganhando a guerra, porque estamos na ofensiva, então nós é que teríamos que pedir a rendição do exército. Não o fazemos porque nos parece irreal,



Duarte: um jogo de aparências

além de demagógico.

“É um falso perdão porque os esquadrões da morte não estão desmantelados. Ele nos chama a depor as armas para acabarmos no cemitério.

“Quanto à anistia proposta pelo governo, está mais dirigida à extrema direita do que a nós. O texto da proposta afirma que se trata de uma anistia para ‘todos aqueles direta ou indiretamente vinculados a delitos e crimes políticos’. Isso serviria para dar impunidade aos esquadrões da morte, que já assassinaram mais de 50 mil salvadorenhos.

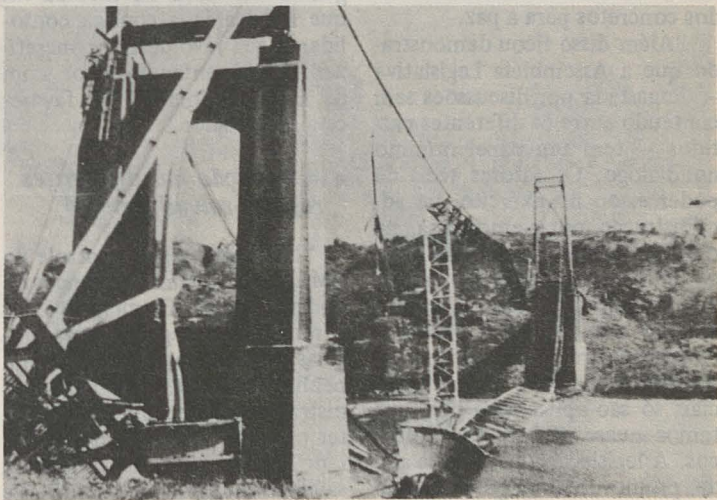
“Se Duarte perdoa os corpos de segurança, é evidente que não poderá proceder a um expurgo, e é isto que os norte-americanos querem: evitar a depuração.”

● A posição do exército

“Foi significativo que através de 19 chefes militares que representam todo o estado-maior e na palavra do ministro da Defesa, o exército tenha decidido ratificar os resultados eleitorais, a vitória da Democracia Cristã. As forças armadas solicitaram à extrema direita que acate esse resultado.

“Apresentaram-se assim como um partido político que subordina todos os demais e assim foi acatado por todos. Mas concluíram a sua mensagem afirmando que ‘é necessário que nos unamos contra o inimigo comum, que são os subversivos’.

“Para salvar o sistema, as forças armadas só podiam fazer o que fizeram: ratificar o resultado eleitoral, ou seja, apoiar Duarte. Mas já estão lhe pedindo que se porte bem com a extrema direita. Contudo, não devemos deixar de levar em conta que houve também uma exortação à extrema direita para alinhar-se junto a Duarte, ou seja, trabalhar no terreno político.”



A FDR-FMLN propõe terminar com a sabotagem, de ambas as partes



"As eleições foram se desgastando e não conduziram à paz"

● *A receptividade da população às eleições*

"As eleições foram se desgastando. Estas últimas foram apresentadas como uma falsa alternativa ao diálogo. 'Eleições para a paz', dizia uma das palavras-de-ordem. E o povo foi comprovando que não era verdade. Como as eleições de 1982 e 1984 demonstram, elas não levam a resultados concretos para a paz.

"Além disso ficou demonstrado que a Assembleia Legislativa — desgastada por discussões sem conteúdo entre os diferentes partidos — tem um papel mínimo no diálogo. Os fatores reais de poder estão no exército, na administração norte-americana, na oligarquia e em nós. Duarte exerce um papel mas não é o principal protagonista. Porém, com a maioria que obteve, o presidente pode agora promover leis especiais. Até agora as leis especiais só são aplicadas a nós, que temos quase 400 presos políticos. A legislação que Duarte pode promover abrange o terreno político, econômico, social. Te-

mos que estar atentos para ver o que o presidente fará."

● *A conjuntura regional*

"Não se pode aplicar a 'teoria do dominó' ao contrário. Não há determinismo. Não devemos cair nessas armadilhas. Mas sem dúvida há influências. Se o diálogo avança em El Salvador, isso favorece a Nicarágua. E vice-versa. Na medida em que a Nicarágua consiga consolidar a sua revolução e concretizar certos entendimentos com os Estados Unidos, isso favorece a El Salvador."

● *A situação nas diferentes regiões salvadorenhas*

"Nas regiões sob controle da FMLN se conseguiram avanços no poder popular. Os membros das comunidades elegeram suas próprias autoridades e estão desempenhando funções político-administrativas, planejando em caráter primário as tarefas de um Estado, as funções de produção, saúde, educação. Os sacerdotes e leigos também desenvolvem tare-

fas pastorais e religiosas.

"A nível urbano, onde a vida social e política está controlada pelo exército, a situação é mais difícil. Depois da eleição presidencial e da vitória de Duarte, os esquadrões atuam menos, e certos partidos, como o meu (o Movimento Nacional Revolucionário, MNR) conseguiram publicar alguns pronunciamentos, além de se terem desenvolvido algumas atividades em defesa dos direitos humanos.

"Houve também um forte desenvolvimento do setor sindical, que não está diretamente assumido pela FDR-FMLN. Do ano passado para cá, houve uma forte revitalização dos movimentos grevistas e reivindicatórios, sobretudo no magistério, a nível universitário e no setor do Estado, embora de forma incipiente também se dê no setor privado. Mas aí não apenas a repressão oficial é exercida, como também a da direita, a da oligarquia. Por isso, nas reivindicações públicas incluímos sempre a desmilitarização dos centros de trabalho.

"Outro aspecto é a reativação do processo político de massas que ocorreu a partir do diálogo de La Palma. Esse diálogo foi o reconhecimento de que existem dois exércitos, dois poderes, duas alternativas políticas em El Salvador. Isso teve repercussões internas muito importantes, sobretudo nas áreas urbanas, onde o aparelho ideológico e os meios de comunicação nos excluíam e alienavam a massa mais atrasada. Foi como uma 'caixa de Pandora' que se abriu. Durante dois dias, estivemos na grande imprensa, na vida do país, mostrando nossos rostos. Isso foi nos aproximando de setores populares importantes.

"Isso explica porque agora Duarte tem problemas para reiniciar o diálogo e para decidir-se a levar adiante as próximas reuniões."

“Eles destróem e nós tornamos a construir”

Os Poderes Populares por dentro, através do depoimento de um camponês que chegou à vice-presidência da primeira Junta de Governo Sub-Regional da FMLN

Etevaldo Hipólito

Enrique Rodrigues é um camponês originário da província de Chalatenango, situada na parte norte de El Salvador. Como seus pais, foi durante muito tempo um pequeno proprietário dedicado ao cultivo de feijão, milho e hortaliças. No ano de 1973, incorporou-se à luta contra o poder oligárquico e as forças a seu serviço.

Logo no início, sentiu necessidade de aprender a ler e a escrever, no que foi ajudado pelos seus companheiros. E esta foi a única escola que frequentou em toda a sua vida. A primeira responsabilidade que recebeu no plano político foi a direção do setor de finanças da União de Trabalhadores Camponeses. (Com bom humor, lembra hoje como ele e outros membros do Comitê de Base da UTC ficavam meio perdidos em suas reuniões porque não sabiam como preparar uma agenda de trabalho.) Mais tarde, veio a ser eleito para o cargo de Secretário da Autodefesa da UTC. Nesse cargo, tinha como tarefa garantir a segurança, principalmente durante as manifestações públicas. Durante uma das numerosas operações de bus-

ca na capital, foi preso e torturado durante um mês e meio. Até hoje tem o corpo marcado pelos golpes e queimaduras que lhe aplicaram.

Tão logo foi libertado, voltou à luta, desta vez como responsável da Secretaria de Saúde da UTC. Mais tarde, tornou-se responsável pela Produção de Guerra, trabalho de apoio direto à guerrilha. Em 1981, dedicou-se à

organização das primeiras áreas de Poder Popular, nomeado pela FMLN como responsável pelos Comitês de Base. Finalmente, em 1982, teve sob a sua responsabilidade o Poder Popular Local (PPL) de Amates, o primeiro fundado no país. Um ano depois, foi-lhe confiada a direção geral dos sete PPLs já existentes. Em setembro do ano seguinte, quando se encontrava em missão de serviço no exterior, foi eleito vice-presidente da primeira Junta de Governo Sub-Regional.

Como situa a origem dos Poderes Populares?

— Bom, eles têm antecedentes históricos. Em 1975, surgem as organizações de operários e camponeses. Verifica-se então, no seio do povo, uma luta política e ideológica constante. Nos anos que vão de 1976 a 1980, a luta já engloba todo o povo. Os operários exigem melhores condições de vida, os estudantes com suas reivindicações, os camponeses exigindo trabalho e arrendamento de terra, aumento de salários, direito de organização, uma diminuição nos preços dos inseticidas. E todos querendo a libertação dos presos políticos. Nesse período, ocorreram massacres



A luta dos camponeses pela terra se intensificou nos anos 70

maciços, atingindo indistintamente também professores, sacerdotes e mesmo freiras.

Tivemos que abandonar nossos haveres e sair das cidades em busca de lugares onde proteger-nos do exército. Dessa forma, com a luta constante de todo o povo e a expansão da FMLN, em 1981 aparecem regiões sob controle popular. As pessoas e grupos de famílias estabelecidas nesses locais se organizam em Comitês de Base, onde elegem os seus próprios dirigentes.

Esses comitês entram em coordenação com outros mais próximos e formam o Poder Popular Local. Os membros dos PPLs são os escolhidos em eleições das

Começam como correios e chegam até a combatentes. Os velhos, por seu lado, participam segundo as suas possibilidades, de acordo com suas forças. Há senhoras de idade muito avançada, por exemplo, que cuidam das crianças pequenas, moem milho para a comida ou ajudam em outras tarefas igualmente importantes. Em ambos os casos, o voto foi um direito que essas pessoas adquiriram através do seu trabalho para a revolução salvadorenha.

Quanto aos candidatos, como são indicados? É a FMLN que os escolhe ou isso cabe ao povo?

— São indicados pela popula-

fas relacionadas com a saúde, educação e ainda ao nosso exército revolucionário. Elas têm a mesma capacidade que o homem, desempenham trabalhos importantes e recebem assim todo o reconhecimento do nosso povo.

Os poderes populares

Qual a estrutura e as funções dos Poderes Populares?

— Na direção de um PP se encontra um presidente, o qual é assessorado por secretários. Por sua vez, estes têm sob a sua responsabilidade as seguintes áreas: Produção e Economia, Saúde, Educação, Assuntos Jurídicos e Autodefesa. Essa estrutura político-administrativa garante a produção, o abastecimento, o comércio e tem poder para estabelecer jurisprudência.

Através desses organismos, a população tem assegurado o funcionamento de serviços importantes para a circulação de mercadorias, a criação de postos para cuidados médicos, o controle da natalidade e de óbitos, as campanhas de alfabetização de crianças e adultos, a segurança etc. O trabalho desse grupo é realizado de forma coletiva.

Inicialmente, os mandatos dos membros eram de apenas seis meses. Com a experiência adquirida no primeiro governo, chegou-se no entanto à conclusão de que era mais conveniente ampliá-lo para um ano.

Um governo, para funcionar, necessita de bases materiais. Com que fundos contam vocês para atender às necessidades administrativas do dia-a-dia?

— Bem, a população dessas áreas continua trabalhando e produzindo, apesar das dificuldades impostas pela guerra. Cabe aos Poderes Populares Locais não só a compra dessa produção como também a sua comercialização em outras áreas. Uma parte dos problemas econômicos é



A mulher também ocupa cargos de responsabilidade

quais participa toda a população de uma determinada área.

O processo é dirigido por uma junta eleitoral que tem validade apenas para esse período. É ela que garante a data, a hora e o procedimento das eleições. Todas as pessoas a partir dos 13 até os 80 anos, desde que caminhe, veja, escute e fale, tem direito a voto. A legislação do governo, pelo contrário, proíbe a participação de pessoas com idade inferior a 18 anos e a partir dos 60. As crianças, nós garantimos o direito de voto porque desde cedo elas se incorporam ao processo de luta.

ção e depois são submetidos a votação popular, da qual, sem nenhum tipo de discriminação, todos participam em pé de igualdade.

E a participação da mulher?

— Se se quer um exemplo de presença da mulher nos órgãos de direção pode-se citar o caso da camponesa "Maria", que é presidente da Junta de Governo Sub-Regional. E, em cada Poder Popular Local, há igualmente companheiras com cargos de responsabilidade. As mulheres se encontram incorporadas em tare-

solucionada através das Lojas Populares. Estabelecidas sob controle direto dos PPLs, nelas se encontram produtos para serem vendidos à população. Os lucros nelas obtidos são investidos no interesse da comunidade através da aquisição de novos artigos de consumo. Cabe notar que, às vezes, surge a necessidade de um apoio mais direto a determinados serviços, como por exemplo, educação e saúde. Nesse caso, são fornecidos, a professores e pessoal de trabalho sanitário, gêneros alimentícios e de higiene pessoal. Existem também as lojas particulares, que vendem ao mesmo preço que as populares e com idêntica margem de lucro de 10%. Quanto aos preços de alguns gêneros alimentícios, para efeito de comparação entre os em vigor na capital e os vigentes nas zonas sob controle popular, vale citar como exemplo o milho e o feijão. Enquanto o primeiro custa 20 colones o medio (44 quilos) em San Salvador, nas Lojas Populares se paga apenas 5 colones. Para o feijão, a mesma medida será adquirida na capital a 50 colones e somente a 11 nas áreas administradas pela guerrilha.

Produzir para resistir

Que tipos de produtos são elaborados nas regiões de Poder Popular?

— Uma parte do que consumimos é produzido aí mesmo. Por exemplo, certos medicamentos que são de origem caseira. Trata-se de remédios tradicionais, muito conhecidos pelo nosso povo. Para responder às nossas necessidades, fabricamos, por exemplo, xarope para combater o impaludismo e álcool para os primeiros socorros. Outra parte do que necessitamos é comprada nas cidades. Também há aqueles artigos, sobretudo os relacionados com a saúde, que nos são oferecidos pela comunidade internacional. Infelizmente não contamos ain-



Enquanto as populações sob controle dos PPL respondem às suas necessidades...

da com locais apropriados para a fabricação de instrumentos cirúrgicos. Esta é uma das limitações que os nossos hospitais enfrentam.

E o material escolar?

— No que diz respeito às escolas, apesar de os nossos carpinteiros fazerem cadeiras, bancos e mesas, o material existente é insuficiente. Os alunos — sejam eles crianças ou adultos — são obrigados a se sentar em troncos, pedras ou no próprio chão. Faltam quadros-negros, giz e brinquedos educativos, mas as nossas escolas continuam funcionando. Mão-de-obra nós temos, o problema está na carência de recursos econômicos. Muita coisa não pode ser improvisada com o que existe no local.

Considerado o período já passado, como vê o desenvolvimento dos Poderes Populares?

— É muito positivo. Em primeiro lugar, conseguiu-se o respeito da população. Um exemplo que posso citar, neste caso, é o reconhecimento do lugar que de direito cabe à mulher. Por outro lado, foi possível alfabetizar todo o nosso povo que se encontra nas áreas administradas pelos PPLs. No campo da saúde, hoje, em cada base há um posto com medicamentos e, a nível de PPL, instalamos uma clínica.



...o exército governamental está cada vez mais desmoralizado

No que diz respeito à produção, ela se encontra organizada em três áreas: familiar, de base e comunal. Pequenos centros para a produção de sapatos e roupas foram criados, o mesmo se passando com os destinados à fabricação de artesanatos, velas e flores. Também funcionam algumas cooperativas, como, por exemplo, de pesca.

O que distingue cada tipo de produção?

— Na familiar, eles mesmos dispõem do destino da produção de acordo com os seus próprios planos. A produção de base é consequência de um trabalho coletivo. O produto final está

terceiro mundo - 59



As Milícias Populares garantem a vida dos habitantes das áreas libertadas

destinado a solucionar os problemas que a comunidade enfrenta, como por exemplo, manter um professor, montar uma clínica, sustentar as crianças órfãs, os anciãos ou aqueles que têm que executar algumas tarefas em tempo integral. Trata-se de um tipo de produção ao qual se incorporam crianças, mulheres e homens. Finalmente, a de nível comunal é levada a cabo de forma conjunta por todos os PPLs. Uma parte dos produtos está destinada à FMLN, isso porque as nossas forças revolucionárias desempenham um papel de vanguarda na luta contra o inimigo. Em algumas ocasiões, os combatentes também se incorporam à produção. Sempre que há uma situação de emergência, uma parte do nosso exército guerrilheiro é chamada a apoiar aqueles que trabalham a terra.

Quais as tarefas que devem desempenhar as Milícias Populares?

— Elas devem garantir a vida da população que habita uma determinada área. Dia e noite, organizam a vigilância em benefício desses companheiros. Formam grupos de 15 famílias em cada povoado. Essa organização permite colocar de forma ordenada os habitantes de uma de-

terminada área em abrigos subterrâneos ou garantir uma retirada segura quando há um ataque inimigo. Além da abertura de valas de proteção e da comunicação, elas se encarregam de evacuar os feridos para os centros de assistência médica e ainda do transporte de mercadorias.

A reeducação

Em uma região recém-libertada deve-se encontrar uma situação complicada do ponto de vista social. Como os PPLs abordam problemas tais como delinquência juvenil, roubos, prostituição e outros desvios semelhanças?

— Como já disse antes, os PPs conseguiram o respeito da população. A sua maneira de atuar é a seguinte: todas as vezes que um companheiro não cumpre as normas de segurança e disciplina é sancionado.

No caso da delinquência juvenil, como nos demais, a questão é tratada de forma humana. Quando um jovem é recolhido a um centro de recuperação, onde recebe toda a atenção material que nos é possível dar, vem um companheiro para estudar com ele, em termos políticos, as razões da sua forma de proceder. Quan-

do se chega à conclusão de que ele se encontra disposto a recuperar-se, reúne-se então toda a população, procede-se à apresentação do problema e pede-se a todos que colaborem na recuperação da pessoa em causa. Ela, por sua vez, compromete-se publicamente a mudar de vida e a trabalhar em benefício da comunidade. E os resultados são bons.

O centro que mencionei, nós o denominamos "Escola de Educação" e é para ele que são enviados os companheiros que tenham atuado mal. Aí recebem orientação e formação política para que não voltem a cometer erros. Os problemas que enfrentamos na região eram o banditismo, alcoolismo e, ainda, a substituição. Para superar essa situação, decidimos aplicar sanções de acordo com a falta cometida. Por exemplo, se um homem (que tenha uma, duas ou três mulheres e elas venham a ter filhos) dedica apenas dois dias à produção comunal, os PPs fazem-no trabalhar uma semana. Se alguém destruir uma árvore, deverá plantar em lugar desta outras três mais. E assim sucessivamente. Como pode ver, a aplicação de sanções tem antes de mais nada um sentido educativo. Ela vem sempre acompanhada de um trabalho político no seio da população.

As regiões sob Poder Popular são consideradas alvos militares por parte do governo. Como são desencadeadas as operações militares inimigas contra essas áreas?

— A partir de 1980 utilizam muito a artilharia. Houve lugares que sofreram ataques até duas vezes por dia. A artilharia, com frequência, vem acompanhada pela infantaria e aviões bombardeiros. Também participam dessas operações helicópteros armados com metralhadoras de grande calibre. Pessoalmente, tive experiência de alguns ataques diretos contra a população civil em fuga. Jocotillo, Jicarito, Patamera, Los Al-

bertos e Héroes de Outubro são alguns povoados de Poder Popular que foram atacados de forma maciça pelo inimigo. Apesar de arrasados, nosso povo voltou a reconstruí-los. E assim seguimos: eles destroem e nós tornamos a construir. Esses ataques obrigaram parte da população a viver em cavernas, o que tem ocasionado a morte de crianças e pessoas de idade que não suportam a umidade nelas existentes.

Que tipos de bombas o governo vem empregando contra essas áreas?

— Em algumas regiões, desde 1972 se empregam as bombas de fósforo branco. Lançadas de aviões bombardeiros norte-americanos a serviço do exército salvadoreño, causaram grandes danos nas áreas atingidas. Os alvos preferidos, no entanto, são os grupos de pessoas em fuga. Por pequena que seja a quantidade

que caia sobre a pele — mesmo que não passe de um pinga — vai queimando a carne em todos os sentidos. Quando isso acontece, uma forma que encontramos de neutralizar os seus efeitos é cobrindo o local com terra ou areia molhada. Alguns companheiros perderam a vida ou ficaram bastante queimados porque se deixaram dominar pelo pânico. Pois nunca se deve soprar a zona afetada ou sair correndo, como eles fizeram. Quanto mais se sopra mais o fósforo devora a carne.

Outro tipo de bombas empregadas são as incendiárias. Ao cair em determinado local, incendeiam tudo ao redor. Colheitas, animais domésticos, móveis, pessoas, tudo, absolutamente tudo, fica como carvão. A nossa melhor proteção, nesse caso, são os abrigos subterrâneos. Lá dentro somos abalados pelos tremendos estrondos que elas fazem ao cair. Mas, como atuam apenas na superfície, não chegam

a ser tão devastadoras como as de demolição.

Entre 1980 e 1982, o inimigo nos lançou bombas que entravam terra a dentro até 15 metros. Em consequência das tremendas explosões que se verificavam, grandes áreas ficaram como que cobertas de crateras de pequenos vulcões. Para o nosso povo, se torna um problema. Como, em determinadas áreas, a terra boa para cultivo tem uma profundidade que varia de um palmo a um metro, toda a região passou a estar coberta de rochas e areia. Durante muito tempo não se poderá plantar nada. Ultimamente, o inimigo optou por outra que atua a menor profundidade mas tem um poder destrutivo maior.

Porém, apesar das dificuldades assinaladas, os Poderes Populares se consolidam. Esta é uma demonstração do seu grau de aceitação e da força do apoio que o nosso povo lhes concede. ●

Jornal do País

Nas bancas

SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

☐ Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral ☐ (Cr\$ 20.000,00); trimestral ☐ (Cr\$ 10.000,00).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

Os primeiros meses de Sanguinetti

O amplo respaldo político à gestão do novo presidente não impediu certas tensões com os militares, aborrecidos com algumas das medidas iniciais do governo civil

Carlos Núñez

Os uruguaios, que tiveram de passar 12 anos lendo nas entrelinhas, especulando a partir de meias palavras ou interpretando — procurando interpretar — as rudes reações viscerais trazidas a público por aqueles que detinham o poder, têm hoje olhos e ouvidos apuradíssimos para entender o que há por detrás de cada episódio cotidiano, por mais insignificante que pareça à primeira vista.

No domingo 31 de março, exatamente um mês depois que

Julio María Sanguinetti assumira a Presidência da República, a aprazível cidade de Treinta y Tres, às margens do rio Olimar, foi cenário de um acontecimento inédito na vida do país: com o pretexto de assistir a um festival folclórico, compareceram ali os dirigentes máximos dos quatro partidos políticos uruguaios. Ninguém teve dúvidas: se a mera presença conjunta do próprio presidente Sanguinetti, do dirigente do Partido Nacional, Wilson Ferreira Aldunate, do presi-

dente da Frente Ampla, Liber Seregni e do líder da União Cívica, Humberto Ciganda, não fosse suficientemente indicativa, as manifestações públicas desses mesmos dirigentes deixariam claros os seus alcances.

Sanguinetti fez um relato das conquistas democráticas (liberdade de imprensa, de expressão, de prática política, libertação de presos, readmissão de demitidos por razões políticas ou sindicais, entre outras) alcançadas em um mês de governo: “Não é tudo — disse —, mas já é alguma coisa”. Paralelamente, o líder do maior partido de oposição, Ferreira Aldunate, endossou como se esperava as palavras presidenciais, garantindo taxativamente o apoio dos partidos a Sanguinetti “como presidente de todos os uruguaios” e sobretudo “como Comandante Supremo das forças armadas”.

Esta última formulação ganha um significado especial. Porque, obviamente, por detrás deste simbólico e explícito “cerrar fileiras” dos políticos em torno do governo há algo mais do que um mero afa retórico ou uma demonstração de civilizada boa vontade. (O próprio Ferreira, assim que saiu da prisão, havia adiantado que facilitaria a Sanguinetti a tarefa de governar o país.)

O “mal-estar” militar

Nos primeiros dias que se seguiram à tomada de posse presidencial, realizou-se pelo menos uma reunião entre Sanguinetti, seu ministro de Defesa, Juan Vicente Chiarino, e os oficiais gerais das três armas. Nada se soube oficialmente do que ali fora tratado, e nem sequer da própria realização dessa reunião. Mas dois dados elementares haviam chegado a transpirar previamente: a nomeação para um posto administrativo chave no Ministério de Defesa de um coronel reformado pelos conduto-



Sanguinetti fez um histórico das conquistas democráticas alcançadas no seu primeiro mês de governo

res do "processo" — porque o referido oficial não gozava de sua "confiança ideológica" — havia provocado o "mal-estar" dos altos comandos militares.

Esse desagrado havia sido comunicado ao Executivo pelo comandante-em-chefe do exército, tenente-general Hugo Medina, mas a nomeação havia sido ratificada. Consequentemente, como expressão de "protesto", o chefe da poderosa 1ª Divisão de Exército, general Julio César Bonelli (caracterizado como "linha dura" ligado ao ex-presidente Gregorio Alvarez), havia solidificado sua passagem para a reserva. O governo nomeou então para substituí-lo — no próprio 1º de março — o general Carlos Berois, designação que não fez senão aumentar o "mal-estar" militar. Nesse momento, o episódio foi interpretado pelos observadores como uma demonstração da firmeza de Sanguinetti no exercício de suas atribuições constitucionais e como um passo à frente na ocupação de alguns espaços de poder na área militar.

Igualmente firme, embora em outro sentido, se mostraria Sanguinetti na resolução de outro assunto que também despertava certo receio — e certamente um considerável "mal-estar" — entre os militares. Apesar de um pronunciamento do Parlamento em favor de uma anistia "geral e irrestrita" para os presos políticos (aprovação por uma estreita margem na Câmara dos Deputados), o Executivo conseguiu impor uma fórmula negociada nessa questão. Essa nova fórmula mantinha da proposta do presidente a diferença entre os "presos de consciência" ou "por suas idéias" e aqueles que tivessem participado de "delitos de sangue" (concretamente, os acusados de "homicídio" em seus diversos graus).

Contudo, essa fórmula — aprovada por ampla margem a nível parlamentar e promulgada imediatamente pelo Executivo — de-



O povo uruguaio recuperou suas liberdades democráticas depois de 11 anos de autoritarismo

terminava igualmente a liberdade efetiva de todos os presos. A 14 de março, foram libertados os últimos 47 prisioneiros, entre eles os oito "reféns" sobreviventes do comando do Movimento de Libertação Nacional — Tupamaros (MLN-T).

A concessão de uma anistia havia sido questionada pelos militares em diversos tons e com diversas repercussões. Do ponto de vista militar, o aspecto mais espinhoso do assunto seria expresso pelo próprio comandante-em-chefe Medina, em intempestivas declarações pronunciadas no dia da renúncia de Alvarez à presidência: "Se há presos políticos que foram responsáveis por nove ou dez mortes e vão ser postos em liberdade a curto prazo — alegou Medina nessa ocasião —, não vejo porque se vá julgar integrantes das forças armadas por haver cometido esse ou aquele excesso". A rejeição a esse "revisionismo" (vale dizer: à investigação e eventual punição das violações dos direitos humanos perpetradas por militares e policiais durante a ditadura) encontra-se no cerne das inquietações das autoridades, que foram reforçadas nas horas que antecederam a "coincidência de Treinta y Tres".



General Hugo Medina, comandante-em-chefe do exército

A reunião do Centro Militar

Informações que circularam na imprensa assinalaram que, na última semana de março, "um grupo de oficiais reformados — presumivelmente vinculados ao general Esteban Cristi (que, como chefe da 1ª Divisão havia tido ativa participação no golpe de estado) — haviam sido convocados a uma reunião no Centro

terceiro mundo - 63



O ministro da Defesa, Juan Chiarino, revelou que setores militares gravaram declarações de dirigentes políticos sem seu consentimento

Militar”, para “avaliar politicamente a situação e traçar um balanço da primeira etapa do governo democrático”. Esta informação — não confirmada nem desmentida pelos interessados — continuava, dando ênfase a que “existia um mal-estar no Poder Executivo dado o caráter não profissional da reunião”.

Paralelamente, um rumor crescente dizia que estaria circulando entre a oficialidade do exército um documento atribuído ao tenente-general Medina em que se condenava a anistia e se alertava sobre qualquer eventual germe de “revisionismo”.

Enquanto isso, uma fonte governamental adiantava *off the record* que “só se havia comprovado a existência de uma reunião no Círculo Militar ‘General Artigas’, entidade de muito menor dinamismo que o Centro Militar”, que reuniria os militares “mais velhos” e que, estatutariamente, contaria com o próprio Sanguinetti como “presidente honorário” em sua condição de primeiro mandatário. Em todo caso, esse conjunto de informações levou a Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados a convocar o ministro Chiarino, o qual revelou uma informação adicional: certas guarnições militares haviam solicitado a algumas emissoras versões gra-

vadas de declarações formuladas por dirigentes políticos (incluindo o próprio ministro Chiarino), sem que o titular da pasta tivesse tido conhecimento do fato.

Essa situação extremamente difícil não se esgota aí. É necessário acrescentar a esses fatos a nomeação dos novos integrantes do Supremo Tribunal Militar (cujos membros anteriores renunciaram nas horas que antecederam a libertação dos últimos presos políticos, em uma vã tentativa de impedir a medida), a proposta do Partido Nacional de readmitir os militares destituídos de seus cargos durante a ditadura e a promoção do coronel Daniel Legnani para ocupar a vaga surgida no generalato pela passagem à reserva de Bonelli. Essa possibilidade foi cogitada, ao que parece, por Sanguinetti. O presidente teria desaprovado a nomeação para o cargo do coronel Hugo Bértola, também proposto pelo exército.

“Revisionismo” e pacificação

A problemática do “revisionismo” foi tratada com grande cautela por Sanguinetti. Em suas viagens como presidente eleito — à Venezuela e Argentina —, já havia declarado publicamente que os militares responsáveis por

violações dos direitos humanos seriam julgados por tribunais civis. Uma vez assumida a presidência, durante sua viagem a Brasília para assistir à frustrada tomada de posse de Tancredo Neves, Sanguinetti formulou mais elaboradamente a questão. Ela parecia implicar a eventualidade de que alguns desses casos recaíssem na órbita judicial militar.

Por outro lado, em declarações à imprensa estrangeira, o chefe de estado assegurou que o governo não promoveria tais julgamentos, o que não impediria — acrescentou — que os mesmos fossem levados a cabo por iniciativa de “alguns cidadãos” (os quais, de qualquer forma, não contariam com as mesmas possibilidades de reunir provas que teriam em suas mãos os poderes do governo).

A Câmara de Deputados designou uma comissão para investigar os casos de pessoas detidas e desaparecidas. Os familiares destas, por seu lado, reclamam a formação de uma comissão bicameral para isso. Nos partidos de oposição — particularmente na Frente Ampla — parece prevalecer a opinião de que sem “revisionismo” não se conseguirá efetivamente a “pacificação”.

A cautela do presidente nesse terreno está longe de ser criticável: a consolidação da democracia exige caminhar com cuidado. Exige também outra coisa, que Sanguinetti realizou sem demora: recorrer à solidariedade dos outros partidos, que influem tanto ou mais que o situacionista no êxito dessa consolidação.

Mas para consolidar a democracia não basta somente tentar evitar a intervenção militar na vida política. (Embora isso implique inevitavelmente em desarticular o aparelho de poder da ditadura, e em particular seus corpos semi-clandestinos de “inteligência”, algo muito mais difícil, por certo, do que reunir os

dirigentes políticos em uma cidade do interior.)

Depende também de reparar os graves danos que o período precedente infligiu a nível social e econômico. Os ministros alcançaram nesse sentido alguns êxitos significativos. (O presidente, com habilidade indiscutível, procurou, e em boa medida conseguiu, que sua figura se mostrasse "acima do bem e do mal", para atuar ainda com mais peso somente nos momentos e nos terrenos mais críticos da ação política).

Sindicatos e dívida externa

Depois de um longo período de contradições e divergências — que, entre outras coisas, impediu a integração da Frente Ampla no gabinete de "unidade nacional" proposto por Sanguinetti —, os economistas dos quatro partidos políticos que existem no Uruguai obtiveram um acordo negociado em torno do documento que estabelece as linhas básicas da política econômica a ser aplicada pelo governo. Nesse sentido, uma

das reivindicações dos partidos opositores — a de privilegiar a recuperação do poder aquisitivo dos salários — começou efetivamente a ser implementada. Já foi concedido um aumento dos salários do setor privado, ao qual deverá se seguir um ajuste no orçamento dos funcionários públicos.

As medidas foram obtidas por acordo entre representantes sindicais e empresariais com participação decisiva do Ministério do Trabalho. Um conflito — o dos trabalhadores têxteis — não diretamente relacionado com essas negociações mas certamente de grande importância, pôde ser solucionado mediante gestões também decisivas do governo, justo a tempo de evitar uma paralisação geral que teria constituído a primeira prova-de-fogo da gestão econômico-social do governo Sanguinetti.

Para os observadores, a atitude governamental frente aos sindicatos parece resultar na prática muito mais flexível do que o previsto por algumas declarações de certos políticos do Partido

Colorado nas semanas anteriores à posse presidencial. Certamente, resta ainda um conflitivo nó para desatar: o problema do desemprego, que afeta atualmente a mais de 15% da força de trabalho. Mas existe um consenso no sentido de que isso não se resolve em 30 dias, nem muito menos.

O problema do ensino compreendia desde o início aspectos talvez mais delicados: entre outras coisas porque a lei precedente na matéria, acusada por quase todos os setores como de caráter repressivo, havia sido elaborada precisamente por Julio María Sanguinetti quando exercera o cargo de ministro da Educação e Cultura do governo de Juan María Bordaberry. Esse problema finalmente foi minimizado. Porém, não era o único, nem o de mais difícil solução (a reabilitação dos professores demitidos de seus cargos, ainda em fins de março parecia apenas parcialmente resolvida).

Outro indiscutível dado favorável ao governo: o retorno do Uruguai a uma linha de política externa independente, que inclui



A Câmara dos Deputados designou uma comissão para investigar os casos de pessoas detidas-desaparecidas

NO
DI
OF
sat
Ni
Ch
Pu
19



A libertação dos últimos presos políticos na segunda quinzena de março passado: cenas de emoção



O governo foi flexível com os sindicatos

opções como o decidido apoio ao Grupo de Contadora, o estabelecimento de relações a nível de embaixadores com a Nicarágua¹, a possibilidade, ao que parece próxima, de um restabelecimento de relações diplomáticas (e comerciais) com Cuba, a promoção de políticas de interesse comum com a Argentina e o Brasil, e uma volta efetiva aos laços com os governos democráticos da América Latina. Nesse sentido, a figura do economista Enri-

¹ O convite para assistir à posse de Sanguinetti e a gestão deste para se realizar uma entrevista entre Daniel Ortega e George Shultz em Montevideu foram reconhecidas por Manáguas como uma efetiva ruptura do isolamento diplomático a que Washington pretendia submeter o governo sandinista.

que Iglesias, que assumiu a pasta de Relações Exteriores, sua longa e reconhecida gestão prévia como secretário executivo da Cepal e seu caráter de interlocutor válido para os mais altos níveis diplomáticos constitui sem dúvida um trunfo para a administração Sanguinetti.

O fato do chanceler ser um economista e, por isso, dominar dados que configuram a estrutura das economias latino-americanas, deverá ser um elemento de peso considerável no que concerne à dívida externa do país, que já superou largamente os cinco bilhões de dólares.

O MLN

A última quinzena de março colocou o governo de Julio María Sanguinetti diante de um problema novo: a libertação dos dirigentes históricos do Movimento de Libertação Nacional — Tupamaros (MLN-T) e suas primeiras declarações, entre as quais uma carta assinada por Raúl Sendic (impedido de falar devido aos ferimentos que recebeu há 12 anos ao ser aprisionado) que propõe um plano chamado "Pela terra e contra a pobreza". A proposta de Sendic consiste em não pagar a dívida externa contraída pela ditadura.

Em declarações a um jornalista estrangeiro, das quais algu-

mas passagens foram reproduzidas pela televisão local, Sanguinetti tachou as propostas do dirigente tupamaro de "pouco sérias" e "ingênuas".

Cabe assinalar, que uma vez postos em liberdade, os dirigentes do MLN ratificaram seu propósito — já afirmado ainda na prisão La Libertad — de atuar politicamente no quadro da legalidade vigente, em um momento e um âmbito que eles mesmos qualificaram de "democracia primavera". Resta definir, contudo, as formas e o quadro de relações políticas que a organização terá que adquirir nesse novo período, para o qual os esquemas antigos, relacionados a uma estrutura clandestina, seriam pelo menos inadequados. Da mesma forma, esses esquemas parecem tornar extremamente difícil a reagrupação de militantes e simpatizantes, assim como o funcionamento interno, a definição de opções e a designação de autoridades. Os "dirigentes históricos" atuam momentaneamente como "direção provisória". A sua função é de "coordenação" do debate entre os integrantes, que eventualmente conduziria à realização de uma "convenção nacional".

Desde o primeiro momento, entretanto, surgiram grupos de ex-integrantes do MLN que discordavam dessa posição e dos pronunciamentos da "direção provisória", propondo que os ex-militantes da organização devem simplesmente, nessa nova etapa, integrar-se individualmente à Frente Ampla. Mas o fato é que, de uma maneira ou de outra, o reaparecimento dos tupamaros se impõe desde já como um dado que não se pode deixar de considerar na vida política uruguaia. Uma vida política que busca com empenho a consolidação do sistema democrático e que, nesse caminho, deve ainda reaprender a conviver com a divergência sem apelar para a destruição. ●

po
vol
to,

dar
dif
que
aut
tor
via
sei
do
que
em
que
as
dad
des
ção
ral

da
pro
an
po
tec
ca,
as
con
tea

94

PRESOS POLÍTICOS LIBERTADOS PEDEM ENTREGA DE UMA PRISÃO

□ A 16 de fevereiro último, ainda preso em La Libertad, o dirigente tupamaro Eleuterio Fernández Huidobro escreveu uma carta ao então presidente eleito do Uruguai, Julio María Sanguinetti. Embora cumprisse estritamente com as condições do regulamento imposto à correspondência dos presidiários, a carta foi devolvida ao remetente pelas autoridades da tristemente célebre prisão uruguaia. Passados alguns dias, já depois de Sanguinetti ter tomado posse, seu ministro da Defesa, Juan Vicente Chiarino, realizou uma visita à prisão da Libertad, e nessa ocasião Fernández Huidobro pediu-lhe que fosse portador de sua carta ao presidente. Chiarino recusou-se a fazê-lo.

Depois de sua libertação, em meados de março, Fernández Huidobro conseguiu finalmente fazer chegar a carta a seu destinatário, concordando previamente em permitir a publicação de seu texto em cadernos do terceiro mundo. Segue-se a reprodução fiel do documento.

Libertad, 16 de fevereiro de 1985

Sr. Presidente da República
Dr. Julio María Sanguinetti

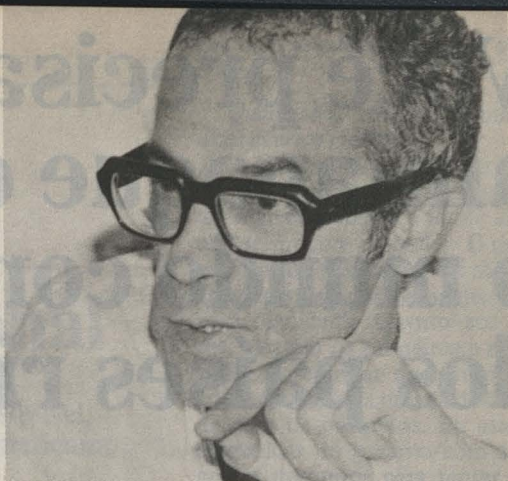
Saudações respeitadas:

Esta prisão está se esvaziando. Às vezes é difícil acostumar-se ao seu novo silêncio, especialmente para presos que, como eu, a conhecemos cheia de gorilas e ruídos e vimos os presos chafurdando na lama para levar às barracas gélidas os tachos com a comida.

Dizem, as rádios pelos auto-falantes repetem, que brevemente estará vazia... E a gente pensa no mato que acabará cobrindo as trilhas. Não, não pode ficar assim.

Por isso, Senhor Presidente, em nosso nome e no de todos os companheiros, por intermédio desta carta, viemos pedi-la para nós. Queremos de todo o coração e com toda a alma fazer uma enorme horta em Libertad e, se o senhor houver por bem, nos oferecemos para pôr mãos à obra. Aqui existem galpões, há maquinaria, há terra, há lembranças que para nós são sagradas.

Onde tanto se sofreu, têm necessariamente que brotar bem as flores. O senhor deve saber disso. Se fosse outra coisa, não pediríamos, mas como ficaram aqui, para sempre, muitos companheiros, temos que pedi-la para nós. Nos momen-



Fernández Huidobro: "há lembranças que nos são sagradas"

tos que atravessamos, o drama da prisão está sendo substituído pelo drama de uma liberdade cheia de angústias por motivos econômicos. Tem havido suicídios por essa razão... Este poderia ser um belo bairro da bela cidade de Libertad e, ao mesmo tempo, poderíamos apagar do mapa a prisão de Libertad.

Aqui poderia haver uma colônia agrícola, uma escola agrícola, oficinas, pequenas agroindústrias, fontes de trabalho... Já há uma certa infra-estrutura. Este lugar fica perto de Montevideu... Nós temos companheiros capacitados para imaginar o que seria melhor cultivar aqui e todos estamos dispostos a trabalhar para que esse sonho se torne realidade.

Não tenho outro remédio senão assinar pessoalmente esta carta para cumprir os regulamentos, mas meu companheiro de cela, Jorge Zabala, está de acordo, e José Mujica, com quem pude falar no recreio, teve a mesma idéia, e Jorge Manera também...

Com os demais não posso falar. Não me deixam. Mas eu conheceria demasiado mal a meus companheiros todos, os insultaria, se não estivesse certo de que eles também estão de acordo. Que estão de acordo Sendic e Engler e Marenales e Rosencoff e os do segundo andar e os do terceiro e os do quinto, e os que se foram e os que já não estão aqui. Eu estou certo disso.

Mas para não falar pelos outros, peço-lhe isso: que me deixe falar com os companheiros. Temos que discutir um jardim. Assim, eu lhe peço duas coisas: a voz de meus companheiros, para falar com eles, e a prisão para um projeto.

Sem mais, e à espera de sua resposta, saúdo-lhe muito atentamente.

Eleuterio Fernández Huidobro (Nº 787)

Você precisa de um almanaque que não veja o mundo com os olhos dos países ricos



Mapas e dados atualizados da política, economia, história e geografia de todos os países do mundo

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber Guia(s) do Terceiro Mundo 84/85 (Cr\$ 35.000,00 o exemplar). Estou efetuando meu pedido por:

- ☐ Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
☐ Reembolso Postal (o porte será pago pelo destinatário).

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Profissão:

Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória 122 - grupos 105/106
Rio de Janeiro — RJ — CEP.: 20241 — Tel.: 242-1957

Impugnação à Doutrina de Segurança Nacional

O prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, analisa a conjuntura argentina e latino-americana, preocupado com a persistente violação dos direitos humanos na região

Horacio Verbitsky

Agressão aos povos centro-americanos, o delicado processo de paz promovido pelo grupo de Contadora, a dívida externa dos países latino-americanos e a situação interna da Argentina, são os temas abordados nesta entrevista pelo prêmio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Pérez Esquivel, coordenador do Serviço de Paz e Justiça (Serpaj) na América Latina.

O senhor dedica grande parte de seu tempo à América Central.

— São povos irmãos latino-americanos que suportam todo tipo de agressão. Há países que sofrem um massacre infernal, como a Guatemala, e a imprensa internacional nem sequer os menciona. Estive na selva do Petén com o monsenhor Samuel Ruiz, bispo de Chiapas, nos acampamentos de refugiados guatemaltecos e sou um dos juízes permanentes do Tribunal dos Povos constituído para tratar do caso da Guatemala. Também vi a agressão contra a Nicarágua — para a qual se utilizam os povos irmãos da Costa Rica, Honduras ou El Salvador — impulsionada pela administração Reagan com o objetivo de destruir o processo revolucionário nicaraguense. Em minhas viagens não me limito a

travar contato com o governo. Na Nicarágua também me reuni com Pedro Joaquín Chamorro e com sua mãe Violeta Barrios, com a Coordenadoria Democrática “Ramiro Sacasa”, com Arturo Cruz e, em Honduras, com a Frente Democrática Nicaraguense (FDN).

Com os somozistas?

— Sim. Com Edgard Chamorro e Porfirio Rodríguez, a pedido da própria chancelaria hondurenha. Isso quer dizer que percorri um espectro muito amplo, sem preconceitos. Vejo a Nicará-

gua com seus acertos e com seus erros.

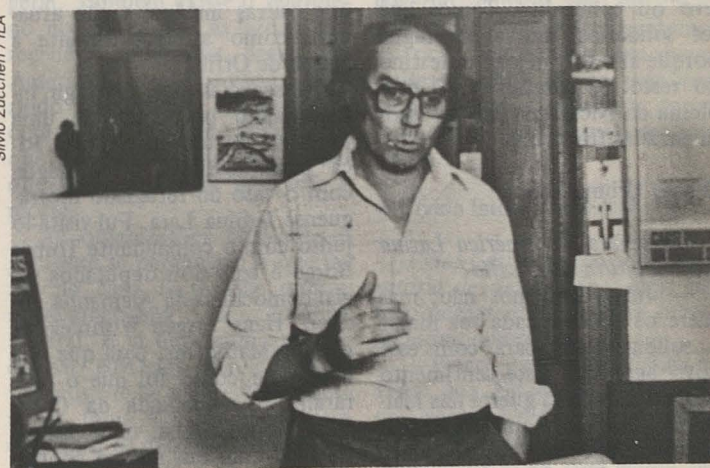
Quais são, em sua opinião, esses acertos e erros?

— A Nicarágua recebeu o prêmio da Unesco por haver erradicado o analfabetismo e isso é algo que se procura esconder. O mesmo acontece no campo da saúde. O povo vive humildemente, mas com dignidade. Quanto aos erros, eles são os primeiros a reconhecê-los e tratar de corrigi-los, como no caso da anistia decretada para os misquitos. Eu assisti a reuniões do governo com dirigentes misquitos para tentar solucionar o problema da costa Atlântica.

O senhor acredita que Reagan quer invadir a Nicarágua?

— Em certo momento quis. Agora optou por uma guerra de desgaste, uma agressão permanente que crie problemas internos para a Nicarágua. Quando estive em Honduras me hospedei no Hotel Internacional. Ali eu vi mais de mil assessores militares norte-americanos. Eles ocupavam todo o hotel. Não se podia ver televisão em espanhol, pois todas as emissoras captadas no hotel transmitiam em inglês.

Há uma intervenção aberta, econômica, logística, estratégica, militar, e uma agressão evidente,



Pérez Esquivel: “A Nicarágua ganhou o prêmio da Unesco e se tenta esconder esse fato”

com as manobras militares que se realizam bem perto da fronteira com a Nicarágua. Na zona de manobras conjuntas com o exército de Honduras deve haver neste momento cerca de 10 mil soldados norte-americanos. Também minaram os portos da Nicarágua, a que respondemos enviando o "Barco da Paz", no qual cheguei junto com outros prêmios Nobel.

Há poucos dias discuti esse assunto em Washington com a ex-embaixadora Kirkpatrick. Ela disse que estava de acordo com o direito dos povos latino-americanos à autodeterminação. "Então por que intervêm?", perguntei. "Porque a URSS também intervém", respondeu. Para justificar a agressão à Nicarágua, tratam de globalizar o problema. Essa é a política que seguiram com todo o continente.

O problema atual da América Central não é diferente do que aconteceu no resto da América Latina, onde uma típica problemática Norte-Sul foi enquadrada na problemática Leste-Oeste. A ideologia da Segurança Nacional aplicada na América do Sul se origina na globalização do conflito Leste-Oeste, uma concepção simplista e maniqueísta, na qual todo adversário do regime é denunciado como subversivo ou comunista. Temos que ser solidários com a Nicarágua porque ali está em jogo o destino do resto do continente. O problema da Nicarágua não se esgota em suas fronteiras.

O caso Urbina Lara

Os países da América Latina estão à altura do desafio?

— Muitos governos não, mas entre os povos é cada vez maior a solidariedade para com esse povo agredido. Este sentimento brotou durante a guerra das Malvinas. Cuba há 25 anos foi expulsa da OEA; com a Nicarágua hoje não podem fazer isso. Claro que também não houve sanções

contra os Estados Unidos por terem apoiado o inimigo extracontinental, ignorando seus compromissos no Tiar. Esses são mecanismos que não nos servem, porque respondem a exigências da política dos Estados Unidos e não a dos países latino-americanos, como ficou demonstrado quando entraram em aberta contradição.



Monge, presidente da Costa Rica

É um fato de um valor inestimável que países latino-americanos, como os de Contadora, tenham assumido a responsabilidade de agir diante da agressão a nações irmãs. Mas também é certo que Contadora surgiu porque outras instâncias não atuaram, como a OEA durante a gestão de Orfila.

Nesses dias tive que agir intensamente por causa de uma tentativa de utilizar a Costa Rica para hostilizar a Nicarágua com o caso do refugiado nicaraguense Urbina Lara. Fui visitá-lo junto com o comandante Tomás Borge e com dois deputados social-democratas da Alemanha Federal, Hans Jurgén Wishnievsky e Hans Mathoffer, para que nos explicasse como foi que o retiraram da embaixada da Costa Rica em Manágua, onde estava asilado. Caiu em muitas contradições, até que finalmente reconstituiu os fatos de uma forma

muito diferente da que havia denunciado. Contou que estava comendo um frango e tomando uns goles de uísque com uma amiga, dentro de um carro, tendo para isso deixado o asilo na embaixada costarrriquenha. Quando quis voltar a entrar e a polícia tentou impedi-lo, jogou-lhes o carro em cima.

O que aconteceu depois?

— Viajei para San José e transmiti ao presidente Luis Alberto Monge minha convicção de que esse jovem não havia dito a verdade quando denunciou que foi tirado à força da embaixada da Costa Rica em Manágua. Disse-lhe que esse incidente estava sendo usado para que a Costa Rica abandonasse a sua neutralidade, rompesse com a Nicarágua e formasse um exército. Já era muito forte a pressão dos setores empresariais e políticos para bloquear as negociações de Contadora. Ofereci-me para, juntamente com dois ou três prêmios Nobel, interceder para que a Nicarágua o deixasse em liberdade e saísse para um terceiro país.

Monge teve serenidade suficiente para aceitar, apesar da pressão que se exercia sobre ele. Chegaram a desfilar mulheres na frente da sua casa, empunhando uma calça para acusá-lo de não ser suficientemente homem para romper com a Nicarágua.

Na casa de Francisco Barahona, presidente da Universidade Internacional da Paz, das Nações Unidas, expliquei os fatos a setores políticos da Costa Rica. Tomás Borge me havia dito que por uma questão de princípios a Nicarágua não podia ceder à chantagem e aceitar como verdade uma mentira. Da Costa Rica, falei por telefone com Daniel Ortega e ele aceitou deixá-lo sair para a Colômbia. Quando chegou a Bogotá, Urbina Lara afirmou que tentamos suborná-lo com 100 mil córdobas. É ridículo. Está sendo usado. E o mais grave é que na Argentina houve

muitos veículos que divulgaram essa versão caluniosa, mas só um canal de televisão e um jornal reproduziram o meu desmentido.

Nós que levantamos a voz para defender a dignidade do povo nicaraguense somos silenciados. Procuram nos desprestigiar usando pessoas de má fé, como esse jovem que não se asilou na embaixada da Costa Rica por razões políticas e sim porque era um desertor do serviço militar. E apesar disso a Nicarágua o deixou em liberdade, como uma contribuição a mais para o processo de Contadora.

O senhor confia no que Contadora possa alcançar? Esse processo parece muito entravado.

— A solução do problema depende da atitude dos Estados Unidos, que pressionam os governos de Honduras, Costa Rica e El Salvador, como também pressionaram o governo argentino quando concedeu um crédito à Nicarágua. Creio que se os Estados Unidos virem suas posições na região ameaçadas, invadirão El Salvador antes da Nicarágua. A solução centro-americana deve ser global, para toda a região, incluindo a Guatemala.

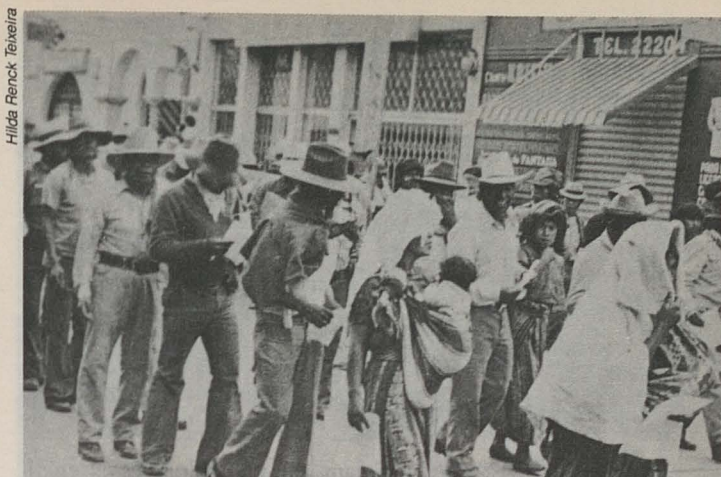
A frente interna norte-americana

O que se pode esperar da frente interna norte-americana que o senhor conhece bem?

— A desinformação do povo norte-americano é surpreendente. Cada vez que falo em uma universidade e conto em que coisas se envolve o governo desse país, há gente no público que chora, porque não sabia.

Contudo, jornais como o "Washington Post" ou o "New York Times" criticam a política de Reagan e revelam os seus planos intervencionistas.

— Mas não mostram a gravidade do problema. O povo dos Estados Unidos não conhece os fa-



A situação da Guatemala, assim como de outros países da região, é desconhecida para os norte-americanos

tos. Não sabe nada sobre a Guatemala, e muito pouco sobre El Salvador. Organizações pacifistas e igrejas norte-americanas organizaram brigadas que vão à Nicarágua e se colocam de mãos dadas nas fronteiras para evitar a agressão. Técnicos, médicos, colhedores de café, parlamentares, bispos católicos e protestantes viajaram para a Nicarágua. Isso cria um novo quadro.

Organizações como Wola ou Sejourne fazem lobby no Congresso norte-americano, informam os parlamentares sobre a América Central e Latina em geral. Também existe o fenômeno dos santuários, as igrejas que recebem refugiados ilegais da América Central e os vão transferindo de santuário em santuário dentro dos Estados Unidos para que não sejam repatriados, porque isso significaria para eles a morte.

As organizações populares e pacíficas se perguntam o que fazer no caso de invasão militar norte-americana na América Central. E já decidiram que vão ocupar edifícios públicos e o Congresso e se manterão em greve de fome e mobilizados. Por enquanto se dedicam a informar o povo e exigir a mudança da política norte-americana para a

região, transformando a intervenção atual em cooperação. Esse movimento se expande com força, porque o povo dos Estados Unidos não quer outro Vietnã.

E sua viagem a Cuba?

— Fui convidado pelo Comitê de Descolonização das Nações Unidas para uma reunião cujo temário inclui os casos das Malvinas, Porto Rico e Nova Caledônia. Para que eu pudesse participar foi necessário requerer autorização à Grã-Bretanha e à Argentina, que a concederam. O governo cubano me informou que poderia viajar sem nenhuma restrição, ver e falar com quem quisesse. Estou aberto para ver, compreender e analisar, como faço quando visito qualquer país irmão.

A dívida latino-americana

Fidel Castro propôs uma moratória de dez ou vinte anos para o pagamento da dívida externa latino-americana.

— Parece-me correto. Quando viajei aos Estados Unidos falei nas Nações Unidas. Estive reunido com funcionários do governo, com legisladores, com assessores de Reagan, como Constantin

terceiro mundo - 71



"A Argentina é potencialmente um país rico mas empobrecido, voltado para a especulação financeira"

Mengues, com o responsável do Departamento de Estado para a América Central, Wayne Smith, com o de Direitos Humanos, Evrans, além de ter dado conferências em universidades.

Em todos os casos expus a situação da América Central vinculando-a com a das democracias sul-americanas incipientes e com a da dívida externa. Exigem de nós o pagamento de recursos que nunca chegaram a nossos povos. Os banqueiros são responsáveis de terem sustentado as ditaduras, entregando-lhes créditos sem pedir garantias sobre em que

Guichard / Sygma iam ser investidos. Esses créditos não foram usados em benefício dos povos, mas agora se exige que o operário, o camponês, o trabalhador os pague. A dívida não pode ser paga, pela Argentina ou pelos demais países da América Latina. Não estamos em condições de pagar com essas taxas extorsivas de juros. As exigências do FMI conduzem à recessão, a uma maior miséria dos povos.

Há coisas que devem ser pagas e outras não. Deve-se buscar os responsáveis e reclamar deles os fundos, já que mais de 50% da dívida são recursos que foram desviados para fora do país.

Os encontros de Cartagena, Mar del Plata e São Domingos abrem uma perspectiva séria ou são apenas retórica?

— Ali se demonstrou a preocupação dos países latino-americanos diante do tema. O continente está recuperando governos constitucionais, o que pode modificar o tabuleiro das relações internacionais. Isso depende da disposição que haja para a integração latino-americana.

Os governos do Peru, Bolívia e República Dominicana, por exemplo, são constitucionais, e contudo a crise econômica e a dívida impossível de pagar os tornam estopins sociais.

— Tem que se considerar a

disposição política de buscar uma alternativa latino-americana.

O senhor observa essa disposição nas burguesias latino-americanas?

— Não. Estão muito condicionadas aos grandes interesses internacionais. Não há verdadeiros processos de libertação. Um governo constitucional deve aproveitar seu poder popular para fomentar um processo de libertação. Do contrário, se transformam em democracias limitadas, e acontece o que foi assinalado.

Obter uma moratória para o pagamento é básico, mas insuficiente. Também precisamos de ajuda para o desenvolvimento, que permita aos países latino-americanos saírem da profunda crise em que estão submersos.

O caso argentino

E o caso argentino em especial?

— É um país potencialmente rico mas empobrecido, com capacidade produtiva, mas voltado para a especulação financeira. Essa foi a política imposta pelos militares e seu ministro da Economia, Martínez de Hoz, e lamentavelmente continua vigente há quase um ano e meio de governo constitucional. Continuam fechando-se fábricas enquanto proliferam os bancos e as financeiras. Não dará para aguentar mais seis meses assim. Há uma grande irracionalidade e ausência total de planos para o desenvolvimento integral do país.

O governo de Alfonsín foi um dos mais firmes opositores da política de ajuste do Fundo Monetário Internacional.

— Mas a Argentina é um país paralisado, e para enfrentar as imposições do FMI se necessitaria de um projeto popular com pautas para o desenvolvimento integral. Não se pode enfrentar

o FMI dizendo simplesmente "não pago a dívida". Na falta de um projeto de desenvolvimento, finalmente se termina aceitando suas receitas recessivas, como vemos hoje na Argentina. Suponhamos que se conseguisse uma moratória de vinte anos. Há planos para aproveitá-la? Não. Estamos cansados de discursos bonitos, mas irreais.

Os julgamentos de militares

Os julgamentos públicos de nove ex-comandantes-em-chefe do exército, marinha e força aérea, acusados de torturas e homicídios, não têm precedentes sob governos constitucionais na América Latina. Não cre que terão consequências profundas?

— É um fato importante, mas tudo depende de como se realizem. Até agora o governo prometeu muitas coisas que não se cumpriram na prática. Estamos na expectativa, para que isso não se esgote na sua exploração publicitária e seja aprofundado.

Quando assumiu a presidência, Alfonsín esboçou uma estratégia que dividia os militares em três categorias: os que deram as ordens, os que em seu cumprimento cometeram atos atrozes ou aberrantes, e os que se limitaram a cumprir a ordem. Sobre os dois primeiros grupos devia recair o peso da lei, enquanto que se preservaria o terceiro grupo, cuja integração ao processo constitucional devia garantir a sua estabilidade. Desse modo o governo entendia que se produziria uma separação entre os ideólogos e chefes da Doutrina de Segurança Nacional e o restante dos quadros militares. Como avalia os resultados dessa política?

— Isso não ocorreu. Os militares continuam reivindicando em declarações públicas a Doutrina de Segurança Nacional e supõem presunçosamente que o país deve a eles a existência do governo constitucional. Isso é falso, por-



"Já se passaram três anos da guerra das Malvinas sem que haja sentenças sobre o caso"

que a ditadura caiu por seu fracasso sistemático em todos os planos, incluindo o militar com o desastre das Malvinas, e pela luta popular. O primeiro erro do governo de Alfonsín foi pensar que as forças armadas estavam dispostas a punir os seus próprios integrantes, e nos meses transcorridos já está claro que o Conselho Supremo das forças armadas só quis ganhar tempo e desestabilizar o governo. O que deveria fazer o Poder Executivo é admitir que se equivocou e fixar prazos peremptórios para o Conselho Supremo.

A Câmara Federal fez isso no caso dos nove ex-comandantes e diante da demora do Conselho retirou os processos da jurisdição militar.

— O problema é quais são os prazos. Se depois de quase um ano e meio, só agora começam os julgamentos, é evidente que o governo calculou mal. Este problema também não pode arrastar-se eternamente. Alfonsín disse em uma reunião, na qual estive presente, que os julgamentos iam ser sumários. E se passaram três anos desde a guerra das Malvinas, sem que haja sentenças também nesse caso.

Se o Conselho Supremo não

cumprir os prazos, os processos devem passar para a alçada da justiça federal, e esta deve compreender que se vive uma situação de emergência, e atuar com a maior rapidez. Do contrário, continuará o clima de incerteza e golpe de estado. Na última crise militar o governo atuou com energia e passou para a reserva muitos generais, almirantes e brigadeiros que estavam pressionando indevidamente.

Mas o Conselho Supremo colocou em liberdade o capitão Astiz, enquanto os presos políticos continuam nas prisões. Já no caso do Uruguai não sobrou um só preso político.

A questão da anistia

O senhor é partidário da anistia para os presos políticos? Nesse caso, a anistia não beneficiaria também os militares acusados de violar os direitos humanos?

— Nós não somos partidários de uma anistia, nem sequer para os presos políticos. O que propusimos é que se levassem em consideração as torturas que sofreram, as condições sub-humanas em que cumpriram sua detenção, de modo que seus processos sejam revisados e possam ter um julgamento justo. O tempo de

prisão que já cumpriram deveria ser computado à razão de três anos por cada ano. Mas não uma anistia. Nós nos opusemos à autoanistia que a junta militar sancionou em 1983 e nos opomos a qualquer novo projeto de anistia que o atual governo possa imaginar. Os sequestros, as torturas, os assassinatos são crimes que não podem ser deixados impunes.

A informação que circula indica que o governo não se propõe a promover uma nova anistia, mas sim a reformular o conceito de obediência devida, de modo a perdoar a todos os militares atualmente em atividade, porque no momento em que ocorreram os fatos tinham grau inferior ao de coronel. Desse modo só poderiam ser julgados os militares na reserva.

— A obediência devida corresponde a um conceito da autoridade enquadrado em princípios éticos e jurídicos. A obediência cega, ao contrário, se baseia no



“Alfonsín poderá completar seu mandato se o povo se unir contra o golpe”

autoritarismo, que deixa de lado esses mesmos princípios. O que se trata de justificar aqui é a obediência cega, cujos mecanismos levaram à violação sistemática dos direitos do homem e do povo. Não aceitamos nem a anistia nem a obediência cega.

Os problemas que o governo constitucional enfrenta fazem muita gente temer que Alfonsín não chegue ao fim de seu mandato constitucional. Como o senhor vê a situação?

— Alfonsín poderá chegar ao fim de seu mandato, se o povo tomar consciência, se unir e impedir um novo golpe militar. Os militares nunca deram um golpe sozinhos, sempre precisaram do consenso de importantes setores sociais. Muitos políticos foram bater às portas dos quartéis.

Nós, os integrantes dos organismos de direitos humanos, discordamos em muitos aspectos da política de Alfonsín, mas seremos os primeiros a defender o governo se estiver ameaçado. Exigir do governo que corrija suas políticas equivocadas, organizar e mobilizar o povo e impedir que haja setores civis que voltem a bater à porta dos quartéis é a garantia da estabilidade constitucional. O futuro depende da coragem que tenhamos para construir o presente. ●

Democracia, Constituição e Justiça

O advogado Emilio Fermín Mignone, presidente do Centro de Estudos Legais (Cels), foi vice-ministro da Educação do presidente militar Alejandro Lanusse e reitor da Universidade de Belgrano. Não era militante da esquerda nem adversário dos militares quando em 1976 foi sequestrada sua filha Mônica Calendaria, que nunca apareceu. A partir daí, o doutor Mignone se dedicou a uma militância ativa pelos direitos humanos, que o levou a ser perseguido e preso. Foi uma das primeiras personalidades públicas a condenar, em 1976, a metodologia militar da “guerra suja” em carta aberta, que o tempo demonstrou ser profética.

Este texto é uma réplica do dr. Mignone — sem dúvida uma das grandes figuras do movimento argentino pelos direitos humanos — às declarações do ministro argentino de Justiça, Carlos Alconada Aramburu, feitas à nossa colaboradora Ana Maria Urbina durante um encontro de ministros da Justiça em Lisboa, Portugal, no final do ano passado, e publicada em nossa edição brasileira nº 75.

“Li na edição de fevereiro de 1985 da revista *cadernos do terceiro mundo* uma entrevista com o ministro da Educação e Justiça da República Argentina, Carlos Alconada Aramburu, que exige, penso eu, alguns comentários.

“Como vou corrigir algumas de suas afirmações e fazer críticas à política de direitos humanos do presidente Alfonsín, quero previamente deixar clara minha posição e a das organizações de direitos humanos de meu país. Desde o dia 10 de dezembro de 1983, data na qual assumiu suas funções o governo constitucional, o sistema democrático impera na Argentina. Os atuais integrantes dos poderes Executivo e Legislativo da Nação e das Províncias foram eleitos pelo povo de acordo com as normas constitucionais. Impera o estado de direito; existe liberdade de expressão; funcionam regularmente os órgãos e instituições estabelecidos pela Carta Magna Nacional.

“As organizações de direitos humanos são as primeiras interessadas na consolidação do sistema democrático, que tem sido

interrompido reiteradamente em meu país desde 1930 por sucessivas intervenções militares. E são as maiores interessadas não só pela comprovada convicção de seus membros como também porque seriam as primeiras vítimas no caso de um novo golpe de estado.

"Fica claro, portanto, que as observações que passo a formular constituem uma legítima discordância no contexto de uma sociedade democrática e têm por objetivo contribuir para fortalecer o governo constitucional e não para enfraquecê-lo."

O Poder Judiciário

"De acordo com a Constituição Nacional, o Poder Judiciário possui, de fato, independência, e os juízes, que são nomeados pelo Poder Executivo com a aprovação do Senado, não podem ser removidos.

"Lamentavelmente, o governo constitucional manteve 80% dos juízes, de maneira que sua ideologia e sua atitude perante os casos de violações dos direitos humanos pouco mudou em relação à época da ditadura militar. O ministro Alconada Aramburu é responsável, em grande parte, por essa decisão, e foi da sua pasta que saiu essa proposta.

"Por outro lado, a reorganização judiciária foi realizada com enorme lentidão. Tanto que, ainda hoje, existem magistrados na justiça federal — e não apenas na provincial, como admite o ministro na entrevista — designados pelos militares, que exercem suas funções interinamente."

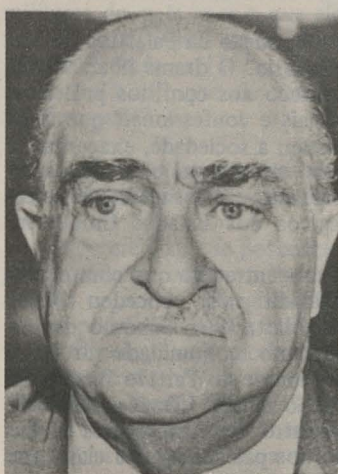
Os tribunais militares

"Mas o erro mais grave do atual governo consistiu em dar aos tribunais militares a responsabilidade de julgar os integrantes das forças armadas, acusados de crimes gravíssimos contra a humanidade. Com esse propósito, o presidente Alfonsín sancio-

Tito La Penna / ILA



Emilio Fermín Mignone: "As forças armadas se mostram cada vez mais agressivas".
Ao lado, Alconada Aramburu



nou a Lei 23.049, que estabeleceu essa disposição.

"O presidente Alfonsín esperava, provavelmente, que as forças armadas punissem alguns de seus membros para devolver o prestígio à instituição. Como era lógico pensar, isso não aconteceu. Já se perderam 15 meses e a ação movida pelo próprio presidente contra os nove membros das três primeiras juntas militares teve que passar à justiça ordinária devido à ineficácia do Conselho Supremo das forças armadas. Nesse longo período, não houve uma só condenação.

"É verdade, como diz Alconada Aramburu, que o Poder Judiciário é lento numa democracia. Mas, nesse caso, a demora não se deveu à morosidade, e

sim à política errônea das autoridades."

Os anúncios da anistia

"Outra nuvem mais escura ainda paira sobre o futuro da justiça que a consciência ética do país exige contra os militares criminosos. Devido a uma atitude excessivamente complacente do governo para com as forças armadas, estas ganharam espaço nos últimos meses e se mostram cada vez mais agressivas. Por esse motivo, nos gabinetes oficiais está se elaborando uma legislação, que seria enviada ao Congresso imediatamente depois das condenações de Videla e seus colegas, mediante a qual o resto dos oficiais incriminados seria praticamente anistiado. Essas normas estão destinadas a proteger principalmente os militares na ativa.

"Os jornalistas estão falando amplamente sobre o assunto. As organizações de direitos humanos se encontram alertas. E não há dúvida de que essa nova situação dará margem a outro intenso debate nacional no qual a atitude do governo constitucional receberá fortes críticas." (Emilio Fermín Mignone) ●

Oriente Médio

Líbano

O diálogo impossível

O líder druso e presidente do Partido Progressista Socialista Libanês, Walid Jumblatt, acusa Amin Gemayel de levar o país ao caos total

Alberto B. Mariani

Um ano depois da Conferência de Reconciliação Nacional Libanesa realizada em Lausanne, não é possível afirmar que a guerra civil que desde 1976 dilacera esse país, situado no epicentro da crise do Oriente Médio, tenha realmente terminado.

Mesmo depois da instalação de um governo de "União Nacional", presidido pelo cristão falangista Amin Gemayel e onde estão representadas as principais comunidades político-confessionais libanesas, os combates nunca cessaram. Israel continua a ocupar o território do sul, bombardeando, periodicamente, Beirute e outras regiões do país, além dos campos de refugiados palestinos e até zonas muito próximas do exército sírio estacionado no Líbano, o que mantém o perigo da generalização do conflito.

Em Beirute, Trípoli, Tiro, Saida ou em outras cidades libanesas, sucedem-se numa sequência ininterrupta e sangrenta, os atentados, causando dezenas, centenas de vítimas de todas as tendências políticas.

Amin Gemayel não governa, prisioneiro das contradições próprias da constituição da sua equipe ministerial. Um ano após a partida dos palestinos do Líbano, a realidade prova que a solução da questão libanesa não estava na saída da Organização para

a Libertação da Palestina do seu território. O drama libanês é intrínseco aos conflitos políticos, sociais e confessionais que atravessam a sociedade, exacerbados pela vizinhança e a ocupação israelense e pelos interesses estratégicos dos Estados Unidos na região.

Na entrevista que com exclusividade nos concedeu Walid Jumblatt, líder máximo da importante comunidade drusa e presidente do Partido Progressista Socialista Libanês, além de ministro dos Transportes e aliado dos palestinos, fica claro que o Líbano está num impasse dramático cujo desfecho não parece claro.

Um ano depois da Conferência de Reconciliação Nacional Libanesa de Lausanne, a situação no Líbano não parece estar melhorando...

— A situação é muito ruim, tanto no plano político quanto no econômico. Do ponto de vista político, não foi posta em prática, até agora, qualquer resolução das adotadas naquela conferência. No plano econômico, o país está à beira da falência. Já não se produz coisa alguma e as reservas monetárias encontram-se no nível mais baixo de nossa história.

Qual o motivo dessa situação?

— A despeito das resoluções



Gemayel e Reagan durante recente encontro em Washington

de Genebra e Lausanne do ano passado, Amin Gemayel decidiu, muito simplesmente, ignorar todos os acordos. Continua a manter sua política hegemônica e falangista, e daí a recusa da maior parte do povo libanês em apoiá-lo.

O senhor acusa o presidente Gemayel. Porém do lado governamental acusam-no de entravar a solução do problema libanês, ao não permitir que o exército regular se instale na zona que o senhor controla. O que tem a dizer sobre isso?

— Isso já não está em questão. O que está atualmente em pauta é antes quem irá controlar o território do sul do país depois da evacuação das forças israelenses.

Estamos todos de acordo quanto ao fato do exército libanês se instalar nesse território. No entanto, mais uma vez, a questão que se coloca é a seguinte: existirá ainda um exército libanês capaz de controlar qualquer coisa no Líbano?

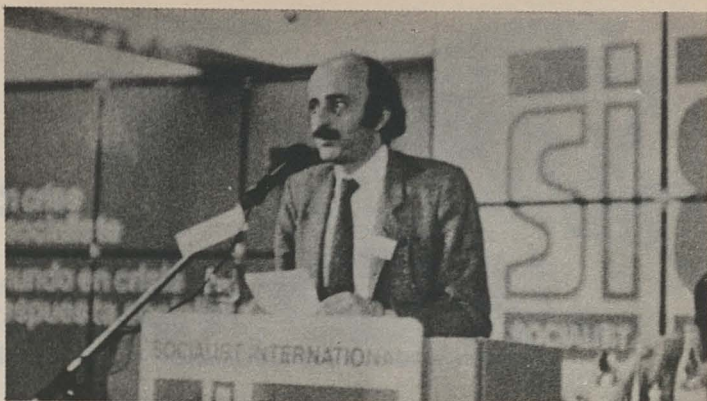
O senhor é que deveria responder a essa pergunta, já que é ministro do atual governo.

— Eu faço parte desse governo para não agravar uma situação já em si precária. No dia em que me demitir, o governo irá inevitavelmente cair e se verificará, simplesmente, um recomeço das hostilidades.

Ultimamente há rumores insistentes de que o senhor está para se demitir.

— Não haverá qualquer demissão, por agora! Antes de tomar semelhante decisão é necessário que eu possa analisar outras alternativas, onde é mais importante e útil a minha presença.

Em todo o caso, quero que saiba uma coisa: esse governo a que chamaram de Governo de União Nacional, não é de maneira alguma aquilo que pretende ser. Reúne, é verdade, um certo número de tendências político-



Jumblatt: "Gemayel quer dividir os muçulmanos xiitas e sunitas"

militares do país, mas o que ele fez até agora? Onde estão os resultados? Onde está o "compromisso político" que ele deveria ter alcançado?

Na sua opinião, por que não teria sido atingido esse compromisso?

— Não creio que se possa chegar a qualquer compromisso enquanto o partido falangista estiver no poder. São necessárias outras fórmulas, mais moderadas, mais aceitáveis e mais democráticas. Com Amin Gemayel e as pessoas que o cercam, torna-se impossível chegar a uma solução.

"A política de Gemayel é um desastre"

O senhor volta a pôr em questão a legitimidade do presidente Gemayel?

— Não se trata de "pôr" ou "repor" em questão a sua legitimidade. Constato, simplesmente, que a sua política revelou ser um verdadeiro desastre. Depois da sua ascensão ao poder, os canhões nunca mais se calaram no Líbano. Repare na sequência infinita de atentados e assassinatos que ensanguentam todos os dias o nosso país. Repare no caos e na anarquia que reinam em Beirute!

Quem seria, em sua opinião,

o responsável por esse estado de coisas?

— Acusei pessoalmente os serviços de informações de Amin Gemayel de estarem por trás desses atentados e assassinatos. E, no que se refere à explosão de certos carros-bombas, possuo até provas formais do que estou afirmando.

Por que motivo, no entanto, seria ele favorável a tais ações criminosas?

— Penso que ele pretende desestabilizar todas as regiões do país. Procura semear a confusão entre as comunidades libanesas, para nos jogar uns contra os outros. Acima de tudo, para jogar os muçulmanos xiitas contra os muçulmanos sunitas. É essa a nova "jogada" em preparação. E trata-se de uma jogada muito perigosa.

"O Líbano continua afundando"

E qual seria o objetivo dessa "estratégia"?

— É um objetivo a curto prazo. Amin Gemayel está convencido de que pode nos dividir para reinar melhor. Mas é o Líbano inteiro que não demorará a afundar. O presidente não se dá sequer conta do mal que pode fazer ao país. O Líbano continua se afundando no caos, na anarquia e no desastre econômico.



Milícias drusas, lideradas por Walid Jumblatt

Caminha-se para uma divisão ou para uma explosão do país?

— Não haverá divisão entre libaneses. É Israel quem vai se aproveitar desse estado de coisas. Israel vai se implantar solidamente na região ao sul do rio Litani e, quanto ao resto do país, ficará apenas na lembrança. Do jeito que vão as coisas, o Líbano acabará destruído: será arrastado para um caos inimaginável e não será fácil modificar tal situação.

Além de Israel, haveria outros beneficiários dessa situação?

— Não serão os libaneses. E não será certamente Amin Gemayel.

O que o senhor teria feito no lugar do presidente?

— Primeiro, teria selado um pacto sólido, claro e límpido com os sírios. Em segundo lugar, teria posto em prática as resoluções de Lausanne. Teria, finalmente, entabulado um verdadeiro diálogo político com todas as facções do país, em vez de lhes enviar bombas e carros-bombas.

Como vão as negociações israelense-libanesas?

— Está tudo bloqueado. Israel continua querendo a presença das forças das Nações Unidas ao norte do rio Litani, na região de Saida. E nós, os libaneses, não concordamos.

A retirada israelense da zona



Desespero do povo libanês: o país está sendo destruído

de Saida parece estar definitivamente desencadeada. O que antevê, a curto prazo, para essa região?

— A retirada, é um caso resolvido. Mas só Deus sabe o que poderá acontecer por lá. Começaram já os atentados a bomba. Entre os alvos preferidos figuram os dirigentes do movimento nacional libanês, tal como Mustafá Saad, um dos personagens mais notáveis do Líbano do Sul.

“A OLP era importante no Líbano”

Nove anos de guerra não conseguiram destruir a espinha dorsal econômica do país. Nove meses de “paz” parecem ter reduzido quase tudo à miséria. Quais as causas econômicas do descalabro atual?

— Em primeiro lugar, o enorme orçamento militar. Nos últimos tempos, gastaram-se verbas astronômicas para comprar armas, canhões, munições. Falo, bem entendido, das despesas efetuadas pelo Estado libanês.

Em seguida, houve a saída da OLP de Beirute. Não se esqueça de que a presença da OLP representava um fator econômico muito importante para o nosso país.

Temos, além disso, as contribuições prometidas pelos países árabes ao Líbano, que nunca apareceram. E, finalmente, os emigrantes deixaram de enviar o seu dinheiro para o Líbano, por já não terem confiança no seu país.

Como está o comércio?

— Acabou tudo! A burguesia libanesa não investe mais neste país: também já não tem confiança em nós. Prefere observar as coisas de longe, entre Paris e Londres. O que nos resta? Resta-nos a pequena burguesia que vai empobrecendo lentamente, até chegar à miséria. Este é um sintoma muito grave para uma nação como a nossa: já se começa a constatar a miséria entre a pequena burguesia. Imagine: miséria num povo que sempre foi tão próspero!

Como sair da atual situação?

— Não há solução enquanto os falangistas estiverem no poder.

Mas como pensar em excluí-los do governo, uma vez que eles representam, apesar de tudo, uma das mais importantes comunidades do seu país?

— Os falangistas não representam, de modo algum, a comunidade cristã. Ascenderam ao poder graças aos blindados de Israel. Os falangistas são uma coisa e a comunidade cristã, outra. Estamos prontos a dialogar com essa comunidade, mas não com o partido falangista.

África

São Tomé e Príncipe

Dez anos após a independência

Apesar das dificuldades atuais para o presidente Manuel Pinto da Costa, ao longo deste decênio foram construídas as bases que permitem encarar com otimismo o futuro

Baptista da Silva

O presidente santomense concedeu uma entrevista exclusiva ao nosso enviado especial na qual faz uma avaliação dos últimos dez anos. Eis as suas principais afirmações:

A 12 de julho próximo completam-se 10 anos de independência da República Democrática de S. Tomé e Príncipe. Passados esses anos, assiste-se a uma acentuada queda da produção de cacau — a monocultura de exportação e principal fonte de receitas — e a uma difícil situação econômica e alimentar. Em linhas gerais, qual o balanço deste período?

— Podemos dizer que foram dez anos de aprendizagem do exercício do poder. Período ao longo do qual fomos conseguindo algumas realizações que, acreditamos, constituirão as bases de um futuro desenvolvimento do nosso país.

Só que, efetivamente, temos tido muitas dificuldades — não as escondemos —, de maneira que nem sempre os nossos desejos e os nossos planos puderam ser concretizados. Para se ter uma idéia das nossas limitações, basta dizer que, em 1975, ano da independência, os nossos quadros superiores se contavam nos dedos de uma só mão. Foi a partir de 1975 que começamos a



“Atualmente, todo santomense conta com um mínimo para sobreviver”

formar quadros no estrangeiro, os quais estamos recebendo agora.

Além da falta de quadros, tínhamos o problema financeiro: praticamente todas as infra-estruturas das nossas empresas agropecuárias (as antigas roças) vêm do século passado. Não tínhamos, nem temos, meios financeiros para poder modernizar essas empresas. Fomos, então, utilizando essas máquinas que são do tempo do moinho de vento.

Portanto, torna-se necessário um grande esforço nacional no sentido de modernizarmos as

empresas e aparelhá-las melhor. Mas temos limitações em termos de disponibilidade de meios financeiros. Necessitamos de cooperação do exterior para tornar nossas empresas rentáveis.

Princípios fundamentais

Quais os principais avanços no plano social?

— Devemos lembrar que, na época colonial, a maior parte da nossa população, dos nossos trabalhadores, não tinha qualquer perspectiva de vida depois de ultrapassar a idade produtiva. Nós criamos a previdência social,

terceiro mundo - 79

onde estão inscritos todos os trabalhadores. Ao contrário do que acontecia na época colonial, atualmente todo homem e mulher santomense, uma vez atingida a idade da aposentadoria, tem a garantia de contar com um mínimo para poder sobreviver.

Se o trabalhador tinha um acidente de trabalho, estava praticamente condenado. Hoje, ele

assistência deve ser gratuita.

O mesmo ocorre na área da educação: ela é gratuita desde o jardim de infância até o 2º grau (ainda não temos universidade no nosso país). Essas são conquistas implantadas após a independência. Constituem, para nós, bases sólidas para encarar com otimismo o segundo decênio que agora se inicia.



"Nesta década, fomos conseguindo algumas realizações que constituirão as bases do nosso desenvolvimento"

é assistido e, inclusive, lhe é dada a possibilidade de vir a ter outro trabalho, caso fique incapacitado para executar aquele que fazia. São conquistas que consideramos de extrema importância para o nosso povo.

No entanto, no campo da saúde é reconhecida uma grande escassez de medicamentos...

— A nível de saúde temos assistência médica e medicamentosa gratuita. Há mesmo quem, especulando, diga que nós podemos ter assistência médica e medicamentosa gratuita... mas que não há remédios. É verdade que temos dificuldade em obtê-los, dadas as nossas carências de divisas. O problema, porém, não pode ser visto dessa forma, pois estamos vivendo uma situação conjuntural. O fundamental é manter o princípio de que essa

Sociedades mistas e novo código de investimentos

Quando dizia que S. Tomé e Príncipe, por si mesmo, não tinha meios necessários, e que precisava da cooperação do exterior para modernizar as empresas agropecuárias — as antigas "roças" do tempo colonial — estava pensando na constituição de sociedades mistas para a sua exploração? Sabemos que já foi constituída com a "Caisse Centrale" — o banco de cooperação da França — uma sociedade desse tipo que irá explorar a antiga roça Santa Margarida, podendo vir a explorar também, num futuro próximo, a de Porto Real, na ilha do Príncipe...

— Quando se fala em sociedades mistas é necessário precisar bem as coisas. E dizer também que, no setor agropecuário, nós

vamos cooperar não só com a França, mas também com o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e outras instituições internacionais.

No caso da França, por exemplo, falar de sociedade mista não é muito exato. Há efetivamente uma participação francesa, mas 95% dos lucros pertencem a S. Tomé e Príncipe e os restantes 5% serão utilizados para remunerar a assistência ao organismo ou empresa que vier a nos ajudar a melhorar a gestão das empresas agropecuárias que pertencem à sociedade mista.

Desse modo, a França nos ajudará a formar os quadros necessários para podermos dar continuidade à futura gestão das empresas sem a presença de técnicos desse país. Do mesmo modo se procederá com o Banco Mundial e com o BAD.

Não se prevê a constituição de sociedades mistas com empresas privadas estrangeiras?

— Nós não temos preconceitos com relação às empresas privadas e poderemos cooperar com elas sempre que acharmos que os nossos interesses estão devidamente salvaguardados.¹

Fala-se na promulgação para breve de um novo código de investimentos estrangeiros. Confirma essa informação?

— Sim, é verdade. Temos que rever o nosso código atual de investimentos, que está ultrapassado.

Pensa que a difícil situação cambial do país, provocada em grande parte pela queda da produção de cacau, poderá levar S. Tomé e Príncipe a ter que negociar com o Fundo Monetário Internacional?

¹Logo depois desta entrevista, o Estado santomense viria a constituir uma sociedade mista com a empresa portuguesa "Ramalho Rosa".

— Não. Nós não cogitamos dessa hipótese.

Os "Cinco": "somos um grupo sólido"

Entre 15 e 16 de fevereiro realizou-se em S. Tomé e Príncipe a 5ª Reunião de Cúpula de chefes de estado dos "Cinco" — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Cabe ao seu país, de resto, a presidência dos "Cinco" até a próxima reunião de cúpula já marcada para Luanda. Que balanço faz desta última reunião? Pensa que se verificaram progressos significativos na cooperação mútua?

— O balanço é muito positivo. Demos passos significativos no sentido de consolidar ainda mais as relações entre os nossos países. Somos um grupo coeso, por termos objetivos comuns e por trabalharmos em conjunto para alcançar esses objetivos.

Temos uma luta comum contra o colonialismo português e também convivemos muito de perto. O nosso relacionamento não se limita ao existente entre os nossos Estados, muito pelo contrário: se assenta num relacionamento pessoal, baseado numa identidade política.

A nível concreto, durante a última reunião de cúpula pudemos avaliar as ações desencadeadas durante 1984 no sentido de reforçar a cooperação entre nós e aprovar aquelas que virão a ser implantadas proximamente. Por outro lado, analisamos profundamente a situação da África Austral reiterando, uma vez mais, o nosso apoio a Angola e Moçambique na luta contra os bandos armados apoiados pela África do Sul.

Com o documento aprovado sobre a África Austral na reunião de S. Tomé e Príncipe, os "Cinco" pretenderam reafirmar perante o mundo que estão decididos a fazer tudo para levar a África

Baptista da Silva



Presidente Pinto da Costa: "Reiteramos nosso apoio a Angola e Moçambique na luta contra os bandos armados"

ca do Sul a cumprir rigorosamente o acordo de Nkomati, estabelecido com Moçambique, e os compromissos de Lusaka com Angola.

Apesar disso, o senhor dizia na abertura dos trabalhos da 5ª Conferência de Cúpula, que a cooperação entre os "Cinco" ainda "não tinha ganho o dinamismo necessário..."

— Como é sabido, Angola e Moçambique constituem os "dois gigantes" entre os "Cinco". Estamos convencidos de que a cooperação entre os nossos países conhecerá um novo dinamismo quando Angola e Moçambique atingirem a paz, debruçando-se a partir de então com todas as energias sobre os problemas do desenvolvimento económico. Ora, este reforço terá necessariamente um reflexo muito positivo na cooperação entre os "Cinco".

Foi por essas razões que afirmamos que a cooperação entre os nossos países ainda não havia atingido o dinamismo pretendido.

As relações de vizinhança

Entre os dirigentes dos "Cinco" parece haver quem — embora defendendo a cooperação no campo político e diplomático — privilegie a integração económica nos espaços em que cada um dos países se insere, seja a nível da SADCC, na África Austral, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Ceeao) ou da África Central (Ceeac)...

— Não se pode dizer que "privilegiem"... Nós dizemos, sim, que privilegiamos a cooperação entre os "Cinco", mas acontece que os nossos países estão inseridos em regiões geográficas precisas e nós não podemos, de maneira nenhuma, fechar os olhos a essa realidade.

No que nos diz respeito, S. Tomé e Príncipe, estando situado nesta região equatorial do continente, procurará cooperar com todas as organizações de carácter económico existentes na África Central.

Essa é a razão pela qual a República Democrática de S. Tomé

terceiro mundo - 81

e Príncipe aderiu no ano passado à Comunidade Econômica dos Estados da África Central (Ceeac)?

— Sim. A Ceeac é uma organização que foi criada levando em conta as orientações da OUA, especificamente as recomendações da Conferência de Lagos, e portanto a adesão do nosso país à organização será também uma contribuição para o fortalecimento da unidade africana nesta região...

Mas quais as vantagens que o seu país pensa em obter da adesão à Ceeac?

— A Ceeac nos abre, de imediato, um espaço muito mais vasto, o que permitirá encarar o problema do desenvolvimento de uma forma muito mais realista. Isto é válido não só para o nosso país como para quase todos os que aderiram à organização.

Por outro lado, pensamos que à medida que a cooperação se desenvolva, o intercâmbio cultural também se aprofundará e isso permitirá aos cidadãos dos nossos países se movimentarem mais livremente. O contato entre os homens é determinante para o desenvolvimento. O intercâmbio cultural se intensifica, a cooperação política aumenta, consolida-se o espaço econômico criado e cada um dos nossos países tira proveito desse relacionamento.

Defesa e não-alinhamento

No entanto, as relações com o vizinho Gabão nem sempre foram fáceis depois da independência. Chegou a insinuar-se que o regime de Libreville estaria por detrás das alegadas manobras desestabilizadoras denunciadas em 1978. Como relacionar esse fato com os esforços de cooperação regionais e, por outro lado, com a política de estrito não-alinhamento defendida pelo seu governo?

— O fator essencial de defesa do nosso país é o aumento da nossa capacidade coletiva de

Baptista da Silva



"O fator essencial é o aumento da nossa capacidade coletiva de produção"

produção, nossa capacidade de melhorarmos as condições de vida de nossa população.

Durante algum tempo foi orquestrada uma certa propaganda dizendo que no nosso país existiriam bases soviéticas — naval, aérea e de mísseis. O objetivo era isolar S. Tomé e Príncipe a nível do golfo da Guiné, criando dificuldades no relacionamento do nosso país com outros, inclusive com os nossos próprios vizinhos.

Ao reafirmarmos a nossa política de não-alinhamento — que não é de agora, pois foi ratificada em 1978, durante a Assembleia Ordinária do MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) — queremos deixar claro que o nosso país jamais aceitará entrar nesse jogo de "interesses de potências".

Em S. Tomé e Príncipe, jamais serviremos de ponta-de-lança, seja de quem for. O nosso país nunca constituirá um perigo para qualquer dos seus vizinhos. O que pretendemos é estabelecer com eles uma cooperação estreita que nos permita aproveitar os seus ensinamentos.

Lomé-3

São Tomé e Príncipe é um dos 65 países ACP² (África, Caribe e Pacífico) que mantêm uma relação privilegiada com a Comunidade Econômica Europeia (CEE). A 8 de dezembro passado, foi assinada, na capital do Togo, a nova convenção que estabelece a futura cooperação entre os ACP e a CEE. O que pensa desta nova versão da convenção, conhecida como Lomé-3?

— Em termos de benefícios financeiros, Lomé-3 não trouxe vantagens consideráveis. Em termos da filosofia subjacente, a Lomé-3 é qualitativamente diferente da Lomé-2, na medida em que a CEE tem praticamente se limitado ao financiamento de projetos isolados.

Ora, isso não contribui de maneira nenhuma para o desenvolvimento dos países que cooperam com a CEE. Isto quer dizer que não nos interessam tanto os investimentos isolados, mas sim os que estejam enquadrados numa política de desenvolvimento global. De outro modo, continuaremos a ter, não projetos devidamente enquadrados num todo, mas pequenas "ilhas" sem reflexos no processo de desenvolvimento dos nossos Estados.

²A Convenção de Lomé é um acordo entre a CEE e 64 países da África, Caribe e Pacífico (chamados ACP) para estabelecer um novo tipo de relacionamento entre eles. Sobre esse assunto, cadernos publicou um Especial, na edição de janeiro (nº 74).

Um futuro ainda incerto

Depois da derrubada do general Numeiry, o novo regime militar enfrenta os mesmos problemas que provocaram o colapso do regime anterior, que ficou 16 anos no poder

O golpe do dia 4 de abril não foi nenhuma surpresa tanto dentro quanto fora do Sudão. O regime autoritário e conservador do general Gaafar Numeiry havia atingido o limite de seu desgaste em quase todos os setores sociais do país e já enfrentava fortes desconfianças de seus principais aliados externos, os Estados Unidos, o Egito e os governos árabes mais conservadores. A sua queda já havia sido antecipada várias vezes por alguns jornais europeus e por alguns diplomatas que consideravam impossível a manutenção mais prolongada de um regime cujo grau de impopularidade aumentava sem cessar.

Mas a ascensão ao poder do quase desconhecido general Abdul Rahman Sawar Al-Dahab, até então ministro da Defesa e comandante do exército, manteve uma série de dúvidas sobre o futuro do país, especialmente em relação a dois pontos: a crise econômica e a guerra no sul. O general Al-Dahab prometeu a democracia, mas suas primeiras medidas foram a dissolução da Assembleia Nacional, dos parlamentos regionais, a suspensão da Constituição e o fechamento do partido único, União Socialista Sudanesa. Voltou a oferecer uma anistia aos guerrilheiros do sul, quase na mesma linha de propos-

ta feita por Numeiry em fevereiro. Mas os planos econômicos foram vagos e indefinidas as suas proposições para reunificar o país.

Tanto a economia como a guerra são problemas urgentes porque afetam diretamente as bases de sustentação do novo regime. A herança econômica deixada por Numeiry é trágica, com uma dívida externa calculada em oito bilhões de dólares, uma queda acentuada do poder aquisitivo dos assalariados, um desequilíbrio enorme no comércio exte-

rior, uma seca violenta na região norte do país, um desemprego que segundo alguns cálculos chega a quase 30%, corrupção generalizada e a paralisação das atividades no sul em consequência da guerra.

Esta situação caótica acontece num país que foi considerado pela FAO como um dos possíveis celeiros da África, diante da qualidade de suas terras e pela possibilidade de ampliar a área cultivada, através de obras de irrigação relativamente pouco dispendiosas.

A crise econômica

A deterioração da economia está na raiz da onda de protestos populares que atingiram o país desde o começo de março e que culminaram na paralisação geral do Sudão às vésperas da queda de Numeiry, com greves em quase todos os setores. Além disso, os efeitos da seca provocaram o virtual colapso do suprimento de comida. Nada menos de 100 mil famintos, vindos da região de Kordofan, se aglomeraram nos arredores de Cartum desde o início do ano, enquanto de países vizinhos como o Chade e Etiópia

Cynthia Johnson



A queda de Numeiry já havia sido, várias vezes, antecipada por alguns jornais europeus e por diplomatas estrangeiros

não cessa uma corrente contínua de refugiados, que segundo a ONU já atingiu um total de quase 300 mil pessoas.

Os apelos dramáticos das organizações assistenciais tiveram resposta, mas os alimentos se acumularam nos portos porque o governo de Numeiry deu prioridade ao desembarque e transporte de material bélico destinado a combater os guerrilheiros do sul. Houve um momento em que o regime deposto tentou uma remoção em massa, chamada ironicamente de "Retorno Glorioso", dando um saco de comida a todos os que aceitassem serem levados de volta à sua terra de origem. A operação foi um enorme fracasso. Apenas uns poucos refugiados aceitaram a oferta, porque sabiam que o retorno não seria nada glorioso e representaria a morte certa pela fome e desnutrição.

O acúmulo de dívidas não pagas junto a credores externos fez com que em pelo menos três oportunidades nos últimos dois anos o Sudão fosse considerado tecnicamente falido pela comunidade bancária internacional. Desde janeiro, o FMI vinha pressionando Numeiry a cortar todos os subsídios à alimentação e desvalorizar novamente a moeda nacional como condição para abrir de novo as torneiras do crédito internacional, que poderiam permitir ao Sudão a compra de combustíveis (já estavam racionados) e recursos para pagar o funcionalismo público (os salários estavam atrasados desde janeiro). O regime deposto acabou cedendo por absoluto desespero de causa, sabendo que o fim dos subsídios representava a sua sentença de morte.

Mas a derrubada de Numeiry não parece ter mudado basicamente a relação de forças dentro da elite política e econômica do norte do Sudão. Esta elite dominou o poder no país desde o período colonial, quando os ingleses estabeleceram prepostos



General Abdul Rahman Al-Dahab

para garantir seus interesses. Primeiro foram os egípcios, depois a Coroa Britânica passou a manobrar os diferentes setores da burguesia sudanesa, jogando uns contra os outros, enquanto dividia o país entre norte e sul com o objetivo de garantir o suprimento de mão-de-obra barata fornecida pelas populações pobres da região meridional.

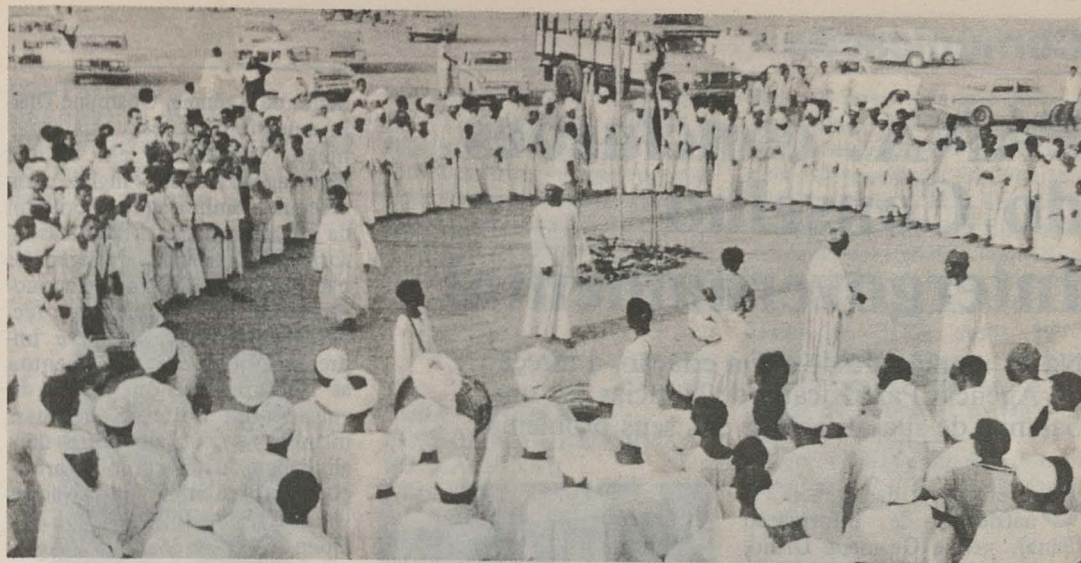
A burguesia sudanesa há muito tempo está dividida entre os *mahdistas* (movimento de cunho nacionalista-burguês, liderado por Muhammed Ahmad, mais conhecido como Mahdi — "o salvador" — e que chefiou a luta contra o colonialismo no século passado) e várias outras facções, como os republicanos, liberais e os muçulmanos ortodoxos. Os interesses desta burguesia estão baseados na agricultura, no comércio e na administração. Ela sempre foi forte porque se vinculou ao capital estrangeiro e usou mão-de-obra semi-escrava do sul. Mas as rivalidades internas sempre serviram de pretexto para sucessivas conspirações.

A guerra no sul

Com o desgaste acentuado das estruturas partidárias da elite nortista na década de 40 e 50, ela passou a agir através das forças armadas, fomentando golpes e contra-golpes num quadro de instabilidade que ganhou a sua expressão máxima na guerra civil de 17 anos contra o movimento autonomista *Anyanya* entre 1956 e 1972. Na época, a parte meridional do Sudão começou a registrar algum desenvolvimento econômico, depois de ter recebido incentivos dos ingleses para desenvolver plantações de algodão. A exploração indiscriminada pela burguesia do norte provocou o levante, que só foi resolvido num acordo de paz assinado na Etiópia, quando Numeiry já era presidente.

Mas os interesses econômicos acabaram predominando sobre a reunificação nacional, e a guerra voltou a tomar conta do país desde 1978 quando surgiu a *Anyanya-2*. O agravamento da crise econômica e a rebelião aumentaram as divisões entre a burguesia nortista, fazendo com que Numeiry mudasse constantemente de alianças políticas. Inicialmente ele se apresentou como um seguidor do nacionalismo *mahdista*. Depois voltou-se para os republicanos e há três anos começou a cortejar os muçulmanos, chegando a introduzir em 1983 a lei islâmica. Mas as pressões do sistema bancário internacional e do FMI, que não gostavam da *sharia* (lei muçulmana), acabaram fazendo com que às vésperas de sua derrubada, Numeiry rompesse com a influente Irmandade Muçulmana.

A mudança de governo ocorrida no início de abril parece ter sido um esforço da burguesia para ver-se livre de um governo impopular e tentar uma nova reacomodação, cujo objetivo principal é evitar que o poder escape de suas mãos. A reacomodação não será fácil, porque a



Apesar da rebelião ter sido apresentada como um conflito religioso, a verdade é que se trata de um problema político entre muçulmanos e animistas

crise econômica não poderá ser resolvida sem soluções drásticas, e os pauperizados assalariados urbanos e trabalhadores rurais parecem ter chegado ao limite da tolerância.

Além disso, a normalização só será possível com um novo acordo com os guerrilheiros do sul, que desde 1982 estão organizados em torno do Movimento Popular de Libertação do Sudão, o herdeiro da *Anyanya*. A rebelião militar liderada pelo braço armado do MPLS, o Exército Popular de Libertação do Sudão, já controla a maior parte das províncias meridionais, embora não tenha se apossado das grandes cidades. Há cerca de 100 mil soldados do exército regular mobilizados no combate aos quase 20 mil guerrilheiros, comandados pelo ex-coronel John Garang, formado em economia nos Estados Unidos e líder de uma rebelião no quartel de Bor, em 1982.

Garang aderiu à guerrilha junto com um grande número de oficiais nascidos no sul e que deram ao EPLS uma organização altamente operacional em termos militares. A ampliação da guerrilha fez com que fosse sus-

pensa a exploração de petróleo na região meridional, onde operavam companhias como a norte-americana *Chevron*. Além disso, plantações de algodão cruciais para a balança comercial sudanesa foram afetadas pelos rebeldes, que hoje exigem um governo democrático e revolucionário como condição básica para um cessar-fogo. Eles estão tão fortes que recusaram ofertas de anistia feitas tanto por Numeiry como pelo novo governo. E principalmente estão interessados em que a reunificação nacional seja feita em condições tais que a elite econômica do norte não possa mais manter a dominação sobre as populações do sul, onde vivem um terço dos sudaneses.

Tradicionalmente a rebelião tem sido apresentada como um conflito religioso, entre os muçulmanos do norte e os animistas (religiões tradicionais africanas) do sul. Mas a verdade é que no momento o conflito é basicamente político e tende a adquirir características ideológicas cada vez mais marcantes.

A instabilidade no Sudão tem também enormes repercussões no contexto geopolítico do nor-

te da África e no Oriente Médio. O regime de Numeiry estava solidamente alinhado aos interesses dos Estados Unidos na região. As relações com o Egito e Arábia Saudita eram muito fortes, ao mesmo tempo em que de Cartum partiam as principais ameaças contra a Líbia e contra o governo revolucionário da Etiópia.

Uma mudança radical no governo sudanês alterará todo este jogo de interesses, fortalecendo não só a Líbia, como o movimento que luta pelo poder no Chade, além de enfraquecer decisivamente os eritreus que enfrentam o governo da Etiópia. O Egito passará a ter um flanco muito vulnerável graças à sua longa fronteira com o Sudão, enquanto os Emirados Árabes ficarão com um vizinho incômodo. Por isso, os interesses norte-americanos e de todos os seus aliados na área estão com suas atenções concentradas em torno do governo do general Al-Dahab, ao qual já foi prometido todo o apoio. Mas o general precisará mais do que a ajuda externa norte-americana para resolver os críticos problemas de seu país. (*Carlos Castilho*) ●

PANA: conclusões do Conselho Intergovernamental

Na 3ª reunião desde a sua criação, a direção da Agência Panafricana de Notícias faz um balanço de sua atuação e dos seus problemas

O diretor-geral da Agência Panafricana de Informação (Pana), xeque Ousmane Diallo, apresentou, na 3ª sessão do Conselho Intergovernamental da instituição, o relatório das suas atividades, desde o último encontro.

Segundo o documento, a Pana funciona com um efetivo de 74 pessoas de 16 nacionalidades, com contratos de duração determinada, entre os quais 56 destacados na sede da Agência, em Dacar (Senegal), e os restantes nos diferentes *pools* em Lagos (Nigéria), Kinshasa (Zaire), Cartum (Sudão), Lusaka (Zâmbia) e Trípoli (Líbia).

No que diz respeito ao orçamento da Agência, cuja situação global não apresentou progressos significativos, ressalta do seu exame a existência de uma disparidade acentuada entre as contribuições recebidas e aquelas a receber dos países membros.

Depois de ter sublinhado a degradação quase linear da taxa média de cotizações que leva a Agência a reduzir em 13% os seus recursos de funcionamento de um ano para o outro, Ousmane Diallo disse que esse risco crescente da não-cobertura de mais da metade das contribuições é um fator que limita as atividades da Agência, tanto a nível da política de recursos humanos como da gestão operacional.

No sentido de se permitir à



Pana aumentar as suas atividades, Ousmane Diallo manifestou o desejo de que esta sessão do Conselho Intergovernamental apele aos Estados para que cumpram as suas obrigações financeiras para com a Agência, caso se pretenda que a Pana realize integralmente a sua missão e as funções que lhe estão consignadas.

Ao falar dos aspectos técnicos, o diretor geral da Pana regozijou-se pelas boas condições técnicas de recepção das emissões da Agência, difundidas através de ondas decamétricas recebidas pelos *pools* regionais e por uma quinzena de agências nacionais dotadas de equipamentos de recepção. Uma ligação especial entre Dacar e Túnis assegura ainda a redistribuição do serviço da Pana no canal do *pool* dos países não-alinhados, acrescentou.

Falando sobre a produção

diária da Agência, Ousmane Diallo anunciou que esta está atualmente estabelecida em 20 mil palavras em francês e inglês, para, a seguir, lembrar que o boletim da Pana contém, entre outras informações recebidas das agências nacionais, materiais sobre economia, seca, cultura, ciência e tecnologia, esportes, saúde e imprensa. Aquela cifra, acrescentou as 1.500 palavras que a Pana divulga como notícias de países membros do *pool* dos países não-alinhados, assim como informações procedentes das Nações Unidas, Unesco, BIT, FAO, Opep, BAD, Badea, que a Agência redistribui.

“No plano de formação, disse Diallo, a Pana segue uma política de rodízio dos jornalistas das agências nacionais”, no sentido de familiarizá-los com o sistema da Pana com a finalidade de fornecer-lhes artigos de alta qualidade profissional.

Da mesma forma, apontou os seminários organizados pela Pana, em 1984, para jornalistas de países de língua francesa, um realizado em Dacar, e outro similar para os de língua inglesa, em Nairóbi (Quênia), e um ateliê para os responsáveis das agências de informação dos países membros da SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral).

Por último, o diretor geral da Pana informou o Conselho sobre a iniciativa a que a Agência se propõe, que é a de organizar, em fevereiro de 1986, em Dacar, um colóquio sobre o tema “O Panafricanismo: o passado, o presente e o futuro”, no sentido de uma maior coesão da unidade africana.

O Conselho Intergovernamental da Pana reuniu-se em Addis Ababa, sob a direção do seu presidente, o dirigente angolano Lúcio Lara, do Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho.

Livros do 3º Mundo

CONTADORA: DESAFIO AL IMPERIO

Apolinar Díaz-Callejas. Editorial La Oveja Negra, Bogotá, Colômbia, 1985. 301pp.



A América Central foi área de hegemonia exclusiva dos Estados Unidos, que derrubavam, escolhiam e mudavam governos a seu bel-prazer; invadiam e ditavam a política interna e a exterior. As mais cruéis ditaduras foram instaladas nessa região para proteger o "interesse nacional" dos Estados Unidos e os privilégios das castas locais de proprietários de terras, comerciantes e militares. Uma espécie de cartaz que dizia: "Propriedade privada, proibida a entrada".

Primeiro, a revolução cubana e, depois, a revolução popular sandinista mudaram esse panorama hegemônico. A administração Reagan põe em marcha uma política de intervenção e agressão militar, econômica, política e financeira contra a Nicarágua em aliança com os ex-somozistas e a direita de El Salvador, Costa Rica, Honduras e Guatemala, violando o direito internacional e a Carta das Nações Unidas.

Diante da crise criada no sistema de alianças interamericanas em consequência da participação dos Estados Unidos junto com a Inglaterra na guerra contra a Argentina pelas Malvinas, surge *Contadora* como iniciativa

latino-americana de paz e oposição à intervenção militar na América Central. Assim, *Contadora* penetrou em terreno proibido. O gigante reagiu contra o pequeno intruso e suas iniciativas. (Editorial La Oveja Negra Ltda., Carrera 14 nº 79-17, Bogotá, Colombia)

CUBA – MUDANÇA ECONÔMICA E RÉFORMA EDUCACIONAL

Jorge Werthein & Martin Carnoy.
Ed. Brasiliense, São Paulo, Brasil,
1984. 164pp.



Em 1959, Cuba iniciou um processo revolucionário que transformou praticamente todas as suas instituições. Até então, a economia e a sociedade do país tinham sido dominadas pela influência norte-americana. A revolução alterou rapidamente essa relação.

A reforma educacional adotada foi desenvolvida para transformar os cubanos numa força de trabalho bem preparada. A escola passou a representar um lugar em que os estudantes aprendiam a trabalhar coletivamente, criando entre crianças e adultos a consciência de seus papéis na nova sociedade cubana.

Jorge Werthein nasceu em Buenos Aires, Argentina, tendo estudado Direito na Universi-

dade de Buenos Aires e Sociologia na Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA). Pós-graduado pela Universidade de Stanford (EUA) obteve o M.A. em Comunicação e o PhD em Educação. Atualmente trabalha no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e reside no Brasil desde 1977. Martin Carnoy nasceu nos Estados Unidos da América e é professor de Educação na Universidade de Stanford.

(Editora Brasiliense, Rua General Jardim, 160. 01223, São Paulo, Brasil).

TIERRA, ALIMENTOS Y POBLACIÓN

(Terra, alimentos e população)
Editado pela FAO, Roma, 1984.

Trata-se de um trabalho elaborado pelo economista inglês P. Harrison, com base no relatório técnico da FAO sobre a capacidade de carga demográfica de vários países do globo. O livro procura estabelecer qual a população máxima que diferentes regiões do mundo subdesenvolvido podem suportar até o início do próximo século, tendo em vista a utilização de áreas agrícolas. Com isso, a FAO pretende contribuir com estatísticas e previsões para o amplo debate que já está em curso sobre o tipo de política agrícola que deverá ser adotada daqui até o ano 2000. O trabalho é muito minucioso, mas o excessivo peso dado às estatísticas na elaboração das conclusões faz com que elas devam ser manejadas com cuidado, já que existe o componente político e social que também tem um peso decisivo no estabelecimento de condições futuras do Terceiro Mundo. O capítulo mais importante talvez seja o que analisa as vantagens consequentes da Reforma Agrária.

Revistas do 3º Mundo

Esta seção, que começamos a publicar a partir deste número, visa a fornecer aos nossos leitores um panorama das publicações especializadas em análises e investigações sobre problemas do Terceiro Mundo.

● CASA DE LAS AMERICAS



Nº 147: Revista bimensal publicada pela Casa de las Américas, de Cuba. No último número de 84 contém artigos sobre a crise centro-americana, uma contribuição crítica ao estudo da poesia cubana e textos literários de vários autores latino-americanos. Reproduz também as crônicas e poesias vencedoras do Prêmio "Casa de las Américas" do ano passado. Edição: Casa de las Américas, 3ra y G, El Vedado, La Habana, Cuba.

● **LATIN AMERICAN PERSPECTIVES** — Nº 43: Reúne trabalhos de pesquisa sociológica e política sobre populismo, reforma e crise institucional no México e Venezuela. A maior parte dos colaboradores da revista é de professores e acadêmicos norte-americanos especializados em questões latino-americanas e comprometidos com uma crítica ao sistema de dependência econômica, social e política imposto pelos Estados Unidos ao resto do continente. Editada por Latin American Perspectives — P. O. Box 5703, Riverside, California, EUA.

● **AMERIQUE LATINE** — Nº 20: Publicação trimestral do Centro de Pesquisas sobre América Latina e Terceiro Mundo, na França. Contém um dossiê especial sobre a América Central e artigos especiais sobre o futuro político do Peru, a redemocratização brasileira e sobre os mitos existentes em torno da explosão demográfica. Entre os trabalhos literários, encontram-se estudos sobre o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade e o escritor uruguaio Juan Carlos Onetti. Editada por Cetral, 35 rue des Jeûneurs, 75002 Paris, France.

● **SOUTH AFRICA REVIEW** — TWO: É a segunda edição anual de trabalhos elaborados por cientistas políticos, economistas e professores da África do Sul, contendo uma análise crítica das medidas adotadas pelo governo racista no ano de 1984. Os artigos cobrem quase todos os aspectos da profunda crise pela qual passa o regime do apartheid. Editada pelo South Africa Research Service e publicada pela Ravan Press — P. O. Box 31134, Braamfontein 2017 — South Africa.

● **REVIEW OF AFRICAN POLITICAL ECONOMY** — Nº 31: Tem como tema principal uma série de trabalhos sobre o sistema de exploração capitalista da mão-de-obra de vários países da África Ocidental, especialmente Nigéria, Gana e Libéria. Um dos artigos mostra como empresas transnacionais usam o trabalho feminino para baixar a remuneração dos assalariados. Na Libéria, é analisado o papel da Firestone, como empresa hegemônica no país, na contratação de trabalhadores e na fixação dos salários. Publicada por ROAPE, 341 Glossop Road, Sheffield, England.

● **ESTUDOS INTERNACIONAIS** — Nº 1: É a primeira publicação regular lançada pelo Iuri

(Instituto Unificado de Relações Internacionais). É trimestral e, em seu número de lançamento, contém artigos centralizados em torno das relações políticas e econômicas entre o Brasil e a África, bem como sobre a cooperação entre países do Terceiro Mundo. Editada por Iuri, Rua Senador Dantas, 75, salas 1901 e 1903, Rio de Janeiro, Brasil.

● **REVISTA DO BRASIL** — Nº 3:



Publicada pela Secretaria de Ciência e Cultura do estado do Rio de Janeiro. No seu último número, se destacam artigos sobre a relação entre futebol e arte, a situação do negro no Brasil, Carmen Miranda e música nos países do Terceiro Mundo. Redação e administração: Travessa Euricles de Matos 17, Rio de Janeiro, Brasil.

● **COMUNICAÇÃO & POLÍTICA: VOL. 2** — Nºs 3 e 4: Publicada pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, tem como assunto principal uma pesquisa sobre os meios de comunicação de massa, bem como seu uso político em países do Terceiro Mundo. Destaque especial para artigos sobre a TV e educação em Cuba, transferência de tecnologia na informação, e um dossiê sobre o Paraguai. Editada por Achiamé, Rua da Lapa 180 — sobreloja A, Rio de Janeiro, Brasil.

A luta dos ecologistas europeus

A responsabilidade da Europa na crise do Terceiro Mundo e as reinvidicações dos movimentos pacifistas, na análise do deputado "verde" alemão, Walter Schwenninger

Francisco Cê Gomes

“Os nossos índices de consumo de carne per capita estão na razão inversa da fome no Terceiro Mundo”. Esta afirmação, de Walter Schwenninger — deputado pelo partido *Die Grünen* (“Os Verdes”) no parlamento alemão federal, membro efetivo da Comissão Parlamentar para a Cooperação Econômica e portavoz do partido para assuntos do Terceiro Mundo — traduz a crescente tomada de consciência por parte de cada vez mais amplos setores da opinião pública europeia, face aos gravíssimos problemas que afetam o Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, reconhece a responsabilidade que cabe às nações industrializadas no agravamento das diferenças estruturais entre o Norte rico e o Sul pobre.

A crise internacional, apesar das profundas diferenças de intensidade no modo como se manifesta na Europa e no Terceiro Mundo, também afeta as nações desenvolvidas, provocando graves distorções econômicas e a pauperização gradual de setores e classes sociais.

É essa a razão por que, na República Federal Alemã, e em outros países como a Bélgica ou a Holanda — exemplos do indus-

trialismo capitalista —, partidos Verdes e Alternativos vão criando raízes, elegendo grupos parlamentares e centenas de representantes nos órgãos do poder local.

Na República Federal Alemã, Os Verdes — aliança dos grupos ecologistas, pacifistas, feministas, marxistas e dissidentes dos partidos tradicionais (democratas cristãos e social-democratas) são hoje a terceira força política nacional, com 27 deputados no parlamento federal, represen-

tantes nos parlamentos estaduais e nas autarquias. No Parlamento Europeu, formou-se, nas eleições de 1984, o grupo parlamentar ecologista (“Arco-Iris”) que conta com 14 deputados (7 da RFA, 2 holandeses, 2 belgas e 3 dos partidos dinamarquês e italiano).

No espaço de quatro anos os Verdes superaram o estatuto de partido “exótico”, caracterizado pela heterogeneidade dos seus membros para se confirmarem como terceira força política da RFA. Como explica essa rápida ascensão de um partido como o de vocês num país como a RFA, exemplo de sólida implantação das estruturas do industrialismo capitalista?

— O crescimento do nosso partido deve-se precisamente àquilo que você apelidou de “exotismo” na sua composição. Quando, por ocasião das últimas eleições no estado de Baden Württemberg, em 1984, não integramos nas nossas chapas um único dos antigos deputados Verdes no parlamento estadual, todos vaticinaram que não ultra-



Schwenninger (de barba), com correligionários em Lisboa: apoio à luta do Terceiro Mundo

passaríamos 5% dos votos dados. No entanto, obtivemos 8%, substancialmente acima dos 5,6% em 1980.

São três as principais razões desse crescimento: a primeira prende-se ao fato de termos conseguido resistir à rotina do trabalho parlamentar. A segunda, porque conseguimos estender a amplos setores da opinião pública o conhecimento dos nossos objetivos programáticos, demonstrando a interligação existente entre o militarismo, a agressão imperialista, a corrida armamentista, a destruição da natureza e a repressão. A presença de marxistas não-dogmáticos no seio do partido tem sido extremamente importante no trabalho de constituição de uma ampla base social de apoio. Finalmente, o crescimento do partido resulta da crise crescente com que se debatem as sociedades altamente industrializadas do Ocidente e da falência dos modelos tradicionais da democracia representativa formal, os quais têm demonstrado serem impotentes para combatê-la.

Não quero deixar de declarar que a Alemanha Federal não conhece a ação de um partido de esquerda, consequente e influente, desde que o antigo partido comunista, KPD, foi declarado ilegal. Na atualidade, o novo partido comunista, DKP, tem pouca influência devido ao seu estreito alinhamento com as posições do Partido Comunista da União Soviética.

Otan, Pacto de Varsóvia e Não-Alinhados

Entre outros motivos, os Verdes destacaram-se pela luta que travaram contra a instalação dos mísseis norte-americanos em território alemão. O pacifismo militante que os caracteriza tem sido apontado como um apoio objetivo ao Pacto de Varsóvia. Fazem alguma distinção, em termos qualitativos, entre os dois grandes pactos militares? Que papel

atribuem ao Movimento dos Países Não-Alinhados no quadro da questão Leste/Oeste?

— Não penso que seja correto avaliarmos os dois blocos do mesmo modo, embora ambos contribuam para a escalada da corrida armamentista. Porém, as respectivas estruturas parecem ter fundamentos diferentes. A Otan é caracterizada por uma natureza substancialmente mais agressiva que o Pacto de Varsóvia.

Em relação aos problemas de segurança militar, a defesa da constituição de blocos chegou ao fim. Não tem mais lugar na história do nosso tempo. Vejo o Movimento dos Países Não-Alinhados como um fator importante na superação da política de blocos, apesar dos conflitos Leste/Oeste e Norte/Sul se terem instalado no seu interior. No entanto, não se verificam com tanta intensidade quanto no exterior do Movimento. Enquanto nenhuma potência dominante se estabelecer como força dirigente, os Não-Alinhados serão um ótimo instrumento para a superação do sistema de blocos. Creio ainda que, no que se refere à solução do conflito Norte/Sul, o Movimento tem um importante papel a cumprir, desde que contribua para a criação de modelos de desenvolvimento alternativos aos preconizados pelos centros industrializados, os quais se regem exclusivamente pela lógica do capitalismo.

Por ocasião das eleições para o "Bundestag" (Parlamento Alemão) e para o Parlamento Europeu, os Verdes dedicaram nos seus programas um grande espaço às relações Norte/Sul. Quais as linhas mestras da política de cooperação que defendem para o Terceiro Mundo?

— Para os Verdes, a cooperação entre os centros industrializados e os países do Sul não pode continuar significando a integração desses últimos na eco-

nomia mundial apenas na perspectiva da continuação da exploração capitalista de que, historicamente, têm sido vítimas.

Para nós o importante é avançarmos de modo gradual mas seguro para a implementação de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei). Apoiamos todos os projetos promovidos pelos países do Terceiro Mundo, que se baseiem na mobilização de recursos próprios para o desenvolvimento interno e não, como tem acontecido, para benefício exclusivo dos países industrializados e suas corporações transnacionais. Por isso, defendemos que as políticas regulamentadoras dos empréstimos para o "desenvolvimento" do Terceiro Mundo, praticadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, devem ser denunciadas e combatidas.

Exportação de armas e saque de recursos

Contudo, o seu país não só tem interesses nas instituições que acabou de mencionar, como ainda é um dos principais beneficiários do atual sistema econômico que enquadra as relações Norte/Sul. A maioria dos seus compatriotas estará sensibilizada para compreender e aceitar o custo social que representaria uma nova ordem econômica?

— O "auxílio para o desenvolvimento" implementado pelo governo e por todos os outros partidos da RFA, incluindo o Social-Democrata, só pode ser entendido enquanto promoção dos interesses de investimento do capital alemão ocidental nos países do Sul. Somos particularmente críticos ao incremento da exportação de armamentos para os países do Terceiro Mundo e que inclui o fornecimento de tecnologias para fins militares e mesmo para a produção de armamento nuclear.

A posição dos Verdes é clara e inequívoca: opômo-nos a to-



Os ecologistas advogam a redução da gigantesca dívida externa que aflige os países pobres

das as políticas que visem o aumento dos lucros das companhias alemãs federais mediante a exploração desenfreada dos recursos naturais e humanos dos países do Terceiro Mundo. A dependência dos países do Sul em relação aos centros industrializados do Norte deve-se precisamente à manutenção desse gênero de "cooperação". Entretanto, os recursos biológicos naturais e o meio-ambiente desses países defrontam-se com o problema de degradação crescente provocada pelo saque e irracionalidade na gestão dos recursos, como o provam a progressão de zonas desertificadas e o alastramento da fome, na África e outras áreas do globo.

No que se refere à situação financeira internacional, os Verdes advogam a redução substancial da gigantesca dívida externa que aflige os países terceiro-mundistas, mediante a redução do serviço da dívida a um nível tolerável, enquadrada por uma política econômica que privilegie a produção em função das necessidades do mercado interno. No plano político, defendemos o fortalecimento das posições internacionais dos movimentos de libertação e dos governos progressistas que lutam pela justiça social e apostam em estratégias de desenvolvimento econômico e social independente.

Mas quanto às implicações que essas propostas, a serem concretizadas, teriam, por exemplo, no modo de vida dos seus compatriotas...?

— Acreditamos que a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional será acompanhada de uma mudança radical nos nossos modelos de produção e padrões de consumo. Teremos, por exemplo, de reduzir a importação de produtos agrícolas provenientes do Terceiro Mundo e que tradicionalmente utilizamos na alimentação de gado. Os nossos índices de consumo de carne per capita estão na razão inversa da fome nos países do Terceiro Mundo, afetados internamente pela necessidade crescente da exportação de produtos agrícolas e matérias-primas, com vistas a regular os déficits, sempre maiores, dos respectivos balanços de pagamentos.

Mesmo os que fecham os olhos aos profundos desequilíbrios existentes entre o Norte e o Sul, serão forçados a compreender a necessidade da mudança. Tudo depende do modo como soubermos orientar a nossa luta comum.

Apoio à revolução centro-americana

Os Verdes têm apoiado ativamente as transformações demo-



A luta dos Verdes contra a instalação dos mísseis na Europa

cráticas e as lutas de libertação em curso na América Latina, especialmente na Nicarágua e El Salvador. De que modos se manifesta essa solidariedade?

— A mal-disfarçada intervenção militar que os EUA dirigem contra a Nicarágua é elucidativa quanto às intenções da administração Reagan em relação à evolução política dos países do centro e sul do continente americano. O governo dos EUA não respeitará o direito dos povos latino-americanos à autodeterminação se isso for contra os seus interesses imperialistas.

A política seguida pelos sucessivos governos da RFA em re-

lação à América Latina tem sido, não a que é própria de um aliado fiel dos interesses norte-americanos, mas sim, a de um vassalo, caso a compararmos com as posições da França, Holanda ou Dinamarca.

Daí a necessidade que sentimos de formular políticas independentes que sirvam aos interesses reais do nosso povo e que não coincidam com os interesses do capital alemão federal. Por isso, defendemos no Parlamento o apoio ao processo revolucionário em curso na América Central, através de auxílio econômico e tecnológico que a RFA poderá canalizar na forma de créditos.

É óbvio que não conseguimos influenciar diretamente a atual maioria no governo. Porém, apelamos para o apoio ao governo sandinista e para o fim do auxílio prestado ao governo de El Salvador. Essas questões são discutidas nos órgãos de comunicação social do nosso país, contam com a nossa participação ativa e, assim, contrabalançamos a propaganda de guerra proveniente do outro lado. Dessa maneira, tentamos divulgar à maioria do nosso povo a realidade que se vive na América Central. Isso é tanto mais importante, se considerarmos que o governo da RFA necessita legitimar as opções políticas que vai adotando, no quadro de um sistema relativamente democrático como é o nosso.

Penso que a melhor forma de mobilização da opinião pública do meu país contra a política imperialista seguida pelos EUA e contra o apoio e a cumplicidade do nosso governo tem de ser feita a partir de uma forte e sistemática campanha de informação, organizando e apoiando a presença de europeus em missões de trabalho solidário nesses países, e continuando a coleta de fundos para a realização de certos projetos como, por exemplo, estamos fazendo em relação à Nicarágua e às forças democráticas de libertação em El Salvador.

92 - terceiro mundo



Cidadãos alemães confortam um ferido de guerra nicaraguense, hospitalizado na Alemanha Oriental

Contra o "apartheid"

A RFA é um dos países europeus com mais interesses econômicos na África do Sul e Namíbia. Empresas alemãs como, por exemplo: a "Krupp", a "AEG Telefunken", a "Thyssen" ou a "Mannesmann", atuam nesses países e controlam setores chave da atividade econômica. Recentemente, o presidente do regime do "apartheid", Pieter Botha, fez uma visita oficial ao seu país. Os Verdes têm desenvolvido ações no sentido de alterar a política que o governo segue em relação ao regime do "apartheid"?

— Todos sabemos que os governos do meu país têm desrespeitado as resoluções das Nações Unidas referentes à África do Sul. As companhias que mencionou não são as únicas mais preocupadas com os próprios lucros do que com problemas ligados à democracia ou direitos humanos.

A Volkswagen, que conta com uma importante participação do Estado, está envolvida. A Daimler Benz, fornecedora do exército sul-africano, viola abertamente o embargo decretado pelas Nações Unidas. Durante a viagem que realizei, no verão passado, aos países da Linha de

Frente e à África do Sul, vi com os meus próprios olhos, como os caminhões *Unimog* da Daimler Benz são utilizados para reprimir o povo sul-africano.

Os Verdes apoiam a iniciativa proposta no âmbito das Nações Unidas, que solicita o parecer do Tribunal Internacional de Haia em relação ao deslocamento forçado de populações e à desnacionalização da população africana (negra) na África do Sul. Apoiamos todos os esforços no sentido do isolamento total do regime racista de Pretória no seio da comunidade internacional. Condenamos os convites feitos pelo nosso governo a dirigentes do regime racista, que vieram a Bonn, em 1983 e 1984, por considerarmos que isso se integra numa estratégia mais ampla, que visa recuperar a imagem do regime no plano diplomático.

Tentamos prestar o melhor apoio que podemos aos movimentos de libertação da Namíbia e da África do Sul. No decurso da minha visita à África do Sul tive oportunidade de conversar com Winnie Mandela, mulher do dirigente do ANC, Nelson Mandela, que cumpre uma pena de prisão perpétua. A entrevista foi total ou parcialmente publicada por diversos jornais da Alemanha

87.000 - 04M - 3801

Federal. Eis um exemplo do modo como tentamos influenciar a opinião pública no sentido da alteração da política seguida pelo governo em relação à África Austral e da sua substituição por outra que contribua para a libertação e independência dos povos da Namíbia e da África do Sul.

Os direitos do povo palestino

Diz-se que uma das razões porque todos os partidos do seu país, à exceção do Comunista, têm apoiado discreta mas solidamente o Estado de Israel, se deve à "síndrome judaica", isto é, a um complexo de culpa pelo genocídio de que foi vítima o povo hebreu nas mãos do nazismo. Essa afirmação tem fundamento? Qual a posição dos Verdes diante do problema palestino?

— A Alemanha Federal mantém uma relação muito especial com o Estado de Israel que deve ser interpretada à luz do genocídio que vitimou uma grande parte da população judia na Europa, durante o regime hitlerista.

No entanto, penso que essas relações não seriam por certo tão cordiais caso Israel tivesse se tornado um Estado socialista. Os Verdes defendem o direito inalienável do povo palestino à sua pátria e condenam a continuação de medidas que têm por objetivo a sua expulsão de territórios que ainda ocupam, como é o caso das novas colônias judaicas.

Defendemos a coexistência pacífica de judeus e palestinos, se possível, no quadro de um Estado comum. Condenamos a política expansionista do Estado de Israel, a ocupação do Líbano e a repressão que exerce sobre libaneses e palestinos nos campos de refugiados.

Nas últimas eleições para o Knesset (Parlamento de Israel), demos o nosso apoio solidário aos partidos onde se integram judeus e palestinos que defendem a paz e o reconhecimento dos direitos do povo palestino. ●

Economia

O monopólio mundial do comércio de arroz

Três transnacionais norte-americanas e seis firmas da Tailândia controlam o comércio de um produto básico para metade da população do planeta

Mario de Cautin



85% das exportações norte-americanas de arroz se destinam a países do Terceiro Mundo

O comércio mundial de arroz, um produto básico para cerca de dois bilhões de seres humanos, em sua maioria vivendo no Terceiro Mundo, é um dos alicerces do próspero negócio que está concentrado nas mãos de três corporações norte-americanas e de um consórcio conhecido como "os seis tigres" da Tailândia.

Mais de cinco bilhões de dólares são faturados anualmente no comércio mundial de arroz, correspondendo a aproximadamente 4% da produção mundial de grãos. A China é o maior produtor mundial de arroz (150 milhões de toneladas em 1982), mas os Estados Unidos são o

principal exportador, com cerca de 27% do mercado mundial. Oitenta e cinco por cento das exportações norte-americanas de arroz se destinam a países do Terceiro Mundo.

No outro extremo da cadeia comercial, estão a Indonésia e a Coreia do Sul, os maiores importadores. A Tailândia é o segundo maior vendedor de arroz no mercado mundial, operando principalmente através dos "seis tigres". Esses "felinos" tailandeses não chegam no entanto a ameaçar a sólida hegemonia exercida pelas três megaempresas norte-americanas no setor alimentício: a *Cargill Incorporated*,

a *Continental Grain Company* e a *Connel Rice and Sugar*.

Segundo os pesquisadores norte-americanos Frederick Clairmonte e John Cavanagh, a extrema concentração de empresas no mercado mundial de arroz é devida a três fatores. Em primeiro lugar, por causa da chamada "lei pública 480", através da qual os EUA concederam créditos subsidiados aos países do Terceiro Mundo que comprem excedentes agrícolas norte-americanos. Em segundo lugar, o fato dessas vendas terem sido realizadas em grande número no mercado livre, o que favoreceu a ação dos conglomerados. E, por fim, a ação dos grupos de pressão ou *lobbies* dos grandes plantadores de arroz do sul dos Estados Unidos sobre o Congresso e sobre o Departamento de Agricultura dos EUA.



A *Cargill* teve importante papel na eleição do ex-presidente Nixon

Os monopólios

As facilidades fornecidas aos exportadores norte-americanos fizeram com que, no final da década de 70, o número de firmas dos EUA ligadas ao comércio internacional de grãos ficasse

reduzido a sete empresas, cujos negócios eram amparados pela controversa lei 480. A *Cargill* e a *Continental* são as maiores entre as grandes, seguidas de perto pela *Connel Rice and Sugar*. Na luta pelo controle do mercado, as transnacionais norte-americanas travaram entre si uma verdadeira guerra, nem sempre limpa ou honesta. Em 1982, a *Pacific International Rice Mills* (Pirmi) acusou a *Connel* nos tribunais de difamação e uso de métodos desonestos para afastá-la do mercado da Coreia do Sul, para onde a última exporta 70% do arroz vendido pelos Estados Unidos a esse país. Entre os métodos usados pela *Connel*, a Pirmi denunciou o suborno de funcionários do governo sul-coreano.

Para os pesquisadores norte-americanos Roger Burbach e Patricia Flynn, o tráfico de influência é um hábito normalmente usado por todas as grandes corporações dos EUA para conquistar novos mercados e derrotar concorrentes. O poderio da *Cargill*, formada pelas famílias *Cargill* e *Macmillan*, de Minneapolis, está baseado em grande parte nos contatos políticos e financeiros que a corporação acumulou ao longo de mais de um século de existência.

A *Cargill* é considerada como um dos maiores impérios comerciais do mundo. Ao mesmo tempo em que compra e vende cereais a nível mundial, a empresa opera usinas refinadoras de açúcar, sementes oleaginosas e fábricas de rações no Brasil, México, Argentina e Honduras. Tem também aviários em El Salvador, Guatemala e Barbados; fábricas de detergentes e conservas no Peru, além de uma fábrica de farinha em Porto Rico.

Ela foi fundada em meados do século passado por um comerciante que emigrou da Escócia, e que ficou rico nos Estados Unidos graças ao tráfico de escravos negros. A *Cargill* cresceu

muito rapidamente desde a sua criação e só enfrentou dificuldades no começo do século 20, quando escapou da falência, através de uma associação com os interesses econômicos da família *Macmillan*. O império *Cargill-Macmillan* conseguiu, graças ao apoio estatal e à habilidade de seus executivos, sobreviver à crise dos anos 30, e aumentou em muito os seus lucros durante a 2ª guerra mundial. Com o apoio do *Chase Manhattan Bank*, da família *Rockefeller*, a empresa registrou, no final da década de 70, um faturamento global da ordem de 12,6 bilhões de dólares.

A *Cargill* é a principal exportadora de trigo, cevada, milho e outros cereais na Argentina. Nas Filipinas, com o apoio do presidente Ferdinand Marcos, domina as exportações de copra e açúcar. No Japão, está associada à *Toyo Futo* para controlar o mercado de frangos e de gado para abate. Tem fábricas de processamento de soja na Espanha, Holanda e França; uma cadeia de fábricas de rações na Bélgica, Alemanha Ocidental e França. Nos Estados Unidos, a *Cargill* tem uma forte influência política, notadamente junto ao Partido Democrata.

Em 1980, o então vice-presidente Walter Mondale teve um papel decisivo nas negociações que levaram o governo norte-americano a comprar da *Cargill* os cereais que a empresa deixou de vender à União Soviética em consequência do embargo adotado pelo presidente Jimmy Carter na venda de grãos ao bloco socialista. Mas a empresa teve seus tempos áureos no mandato de Richard Nixon, que apesar de republicano, foi o presidente que mais vínculos teve com o conglomerado. Foi a *Cargill-Macmillan* que organizou em 1964, a célebre entrevista à imprensa que serviu como ponto de partida para a campanha que levou Nixon à Casa Branca em 1968. ●

CUBA: ECONOMIA E EXPORTAÇÕES PARA ASSEGURAR DESENVOLVIMENTO



Através da economia, particularmente de petróleo e da produção de mais e melhores bens exportáveis ou substitutos de importações, Cuba está prestes a melhorar o seu desempenho econômico. Esta política, traçada pelo Comitê Central do Partido Comunista e pela Assembléia do Poder Popular tem por objetivo resolver o problema das chamadas divisas conversíveis, para enfrentar a dívida externa e cumprir com os compromissos internacionais, tanto com o campo socialista como com os países ocidentais.

A dívida externa de Cuba com os governos de países não socialistas e bancos privados é de cerca de 3 bilhões de dólares, a mais baixa da América Latina, segundo os economistas cubanos. O programa do governo estabelece que o nível de vida da população será mantido nos atuais índices e inclusive será aumentada a produção de algumas mercadorias de consumo interno.

MARROCOS E A ENTRADA DA ESPANHA E DE PORTUGAL NA CEE

O chanceler italiano Giulio Andreotti, que exerceu um papel determinante na entrada dos países ibéricos na Comunidade Econômica Européia (CEE), viajou para Rabat para explicar às autoridades marroquinas a ra-

ção da medida e tranquilizar as apreensões que a mesma suscitou nesse país do norte da África.

As relações entre a CEE e o Marrocos estão reguladas por um acordo de 1976 que inclui empréstimos e assistência financeira — 140 milhões de dólares no período 1982-1986 — assim como reduções das tarifas externas da CEE, que oscilam entre 20 e 100% para quase todos os principais itens das exportações marroquinas.

A economia do Marrocos é atualmente muito dependente da Comunidade Européia e por isso o governo de Rabat teme não poder enfrentar a concorrência dos produtos espanhóis, sobretudo os agrícolas. Cem por cento da produção marroquina de tomate e 50% de sua produção de cítricos são exportados para a CEE. Andreotti, na sua qualidade de presidente em exercício do Conselho de Ministros da CEE, deu garantias a seus interlocutores lembrando-lhes que, juntamente com a entrada de Espanha e Portugal, os dez membros da CEE subscreveram um compromisso para encontrar soluções satisfatórias para os problemas que a ampliação possa acarretar para os países mediterrâneos. Segundo o dirigente italiano, a CEE se comprometeu a manter os atuais fluxos de importações, intensificar a ajuda ao desenvolvimento agrícola dos países costeiros e subvencioná-los com financiamentos.

DÍVIDAS DO TERCEIRO MUNDO AGRAVADAS POR PROTECIONISMO

O diretor do FMI, Jacques de Larosière, afirmou em Estocolmo que a dimensão do protecionismo praticado pelos países ricos ameaça os programas previstos

para os estados mais endividados do Terceiro Mundo e aumentará a dívida externa dessas nações nos próximos anos.

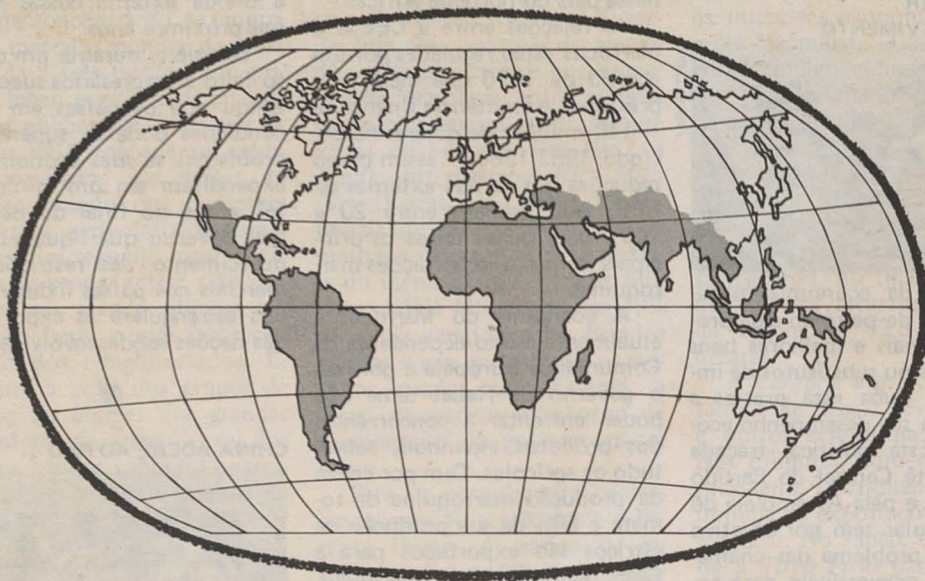
Larosière, durante um discurso feito a empresários suecos, estimou que os países em piores condições poderão superar seus problemas se suas economias se expandirem em um mínimo de 5% antes do final do decênio, mas advertiu que "qualquer endurecimento das restrições comerciais nos países industrializados estrangulará as exportações das nações subdesenvolvidas".

CHINA ADERE AO BAD

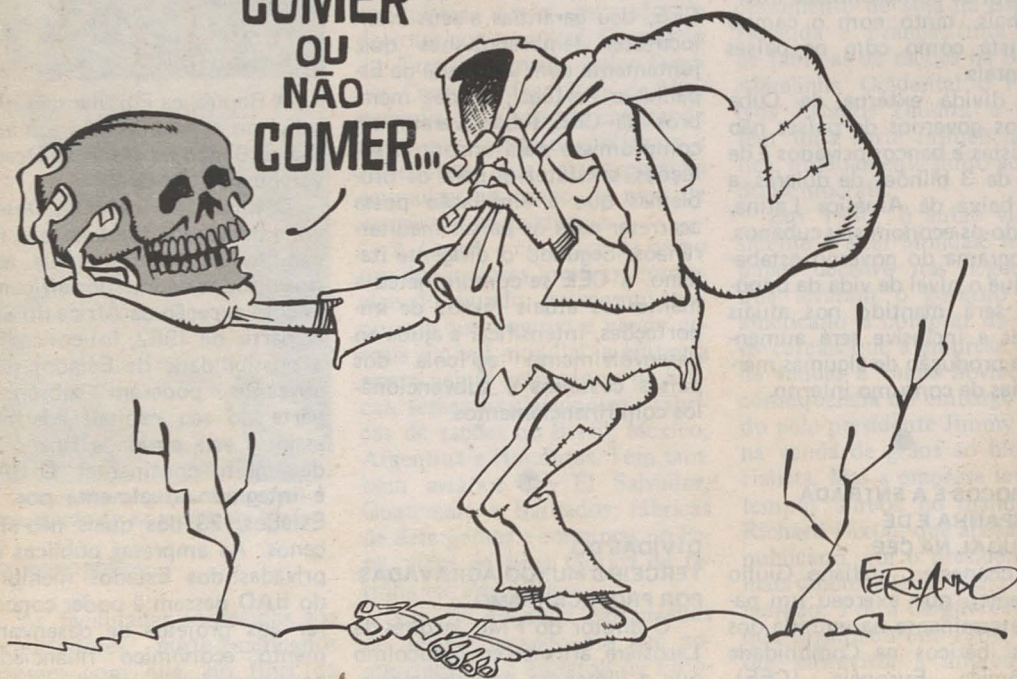


A República Popular da China solicitou oficialmente a sua adesão ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O Banco Africano de Desenvolvimento foi fundado em novembro de 1964 e a ele aderiram todos os Estados africanos — com exceção da África do Sul. A partir de 1982, foi concedida a possibilidade de Estados não-africanos poderem subscrever parte do seu capital, aderindo assim a esta entidade financeira de âmbito continental. O BAD é integrado atualmente por 73 Estados, 23 dos quais não-africanos. As empresas públicas ou privadas dos Estados membros do BAD passam a poder concorrer aos projetos de desenvolvimento econômico financiados por aquela instituição de crédito, o que, de outro modo, ficariam impossibilitadas de fazer.



**COMER
OU
NÃO
COMER...**



Fernando

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.**



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.